



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

MARIA CAROLINE BARBOSA DA SILVA

**A CIDADE DAS OPORTUNIDADES: Goiana e a produção capitalista do  
espaço**

Recife

2017

MARIA CAROLINE BARBOSA DA SILVA

**A CIDADE DAS OPORTUNIDADES: Goiana e a produção capitalista do  
espaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>: Cristina Pereira de Araujo.

Recife

2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S586c Silva, Maria Caroline Barbosa da  
A cidade das oportunidades: Goiana e a produção capitalista do espaço / Maria Caroline Barbosa da Silva. – Recife, 2017.  
143f.: il., tab.

Sob orientação de Cristina Pereira de Araújo.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.  
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2017.

Inclui referências e anexo.

1. Produção capitalista. 2. Indústrias. 3. Empreendimentos imobiliários.  
4. Capital. I. Araújo, Cristina Pereira de (Orientação). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-28)

MARIA CAROLINE BARBOSA DA SILVA

**A CIDADE DAS OPORTUNIDADES: Goiana e a produção capitalista do espaço**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Dissertação aprovada em: 15/09/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Cristina Pereira de Araújo (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Flávio Antônio Miranda de Souza (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Jan Bitoun (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Pernambuco - UFPE

---

Prof. Márcio Moraes Valença (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Para Sidineia e Reginaldo.

## AGRADECIMENTOS

Ao Eterno, porque d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Aos meus pais, Sidineia e Reginaldo, por sempre acreditarem em mim.

A João Victor, por ser o esteio, onde me encontro.

A Cristina Araújo, por todo conhecimento transmitido, pelas discussões desenvolvidas e pela paciência exercitada. Sigo como uma grande admiradora.

A Rinaldo Thomaz, por toda ajuda prestada e por proporcionar momentos divertidos durante alguns sufocos.

Aos companheiros de turma de mestrado Felipe Moraes, Paulo Ferrari e Amanda Martinez. Obrigada pelas conversas e sapiência das palavras.

À FACEPE, por todo apoio financeiro durante a pesquisa.

Ao MDU, coordenação e funcionários, especialmente Renata Albuquerque, por ter solucionado todos os meus problemas.

Aos amigos que contribuíram em todo processo, dando força, palavras de apoio, orações e pensamentos positivos. Muito obrigada!

## RESUMO

A pesquisa realiza uma análise da produção capitalista do espaço, tendo como objeto empírico o município de Goiana, localizado na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco. O interesse pelo objeto deu-se pelo fato de o município estar vivenciando uma reorganização industrial e imobiliária nos últimos quatro anos, fazendo-o ser conhecido como “Oásis industrial”. Dessa forma, é levado em consideração o papel do Estado (em seus diversos patamares) como promotor da produção capitalista do espaço e também uma análise sobre a maneira com a qual esses investimentos estão sendo absorvidos pelo município através dos arranjos institucionais que ali ocorrem. Buscando entender como Goiana tornou-se o novo território de desenvolvimento para o estado de Pernambuco, a pesquisa tem como objetivo geral investigar a produção do espaço em Goiana entre os anos de 2010-2015, levando em consideração a dinâmica industrial e imobiliária no município e o papel desses como agentes produtores do espaço. Sendo assim, a dissertação se divide em três capítulos que constituem os três campos de análise, a pesquisa teórica sobre a produção capitalista do espaço, o papel das políticas e desenvolvimento e estudo de caso do município; os capítulos têm como objetivos específicos respectivamente: caracterizar a produção capitalista do espaço através de teóricos e exemplos empíricos (primeiro capítulo), descrever como os programas e políticas de desenvolvimento nacionais foram direcionados para o Nordeste proporcionando uma explosão de investimentos para a região (segundo capítulo), caracterizar a atual situação do município de Goiana e identificar os novos eventos industriais e principais empreendimentos imobiliários nos últimos cinco anos (terceiro capítulo).

**Palavras-chave:** produção capitalista; indústrias; empreendimentos imobiliários; capital.

## ABSTRACT

This research makes an analysis of the capitalist production of space, having as its empirical object the municipality of Goiana, located in the *Zona da Mata Norte* in the state of Pernambuco. Our Interest in the object was due to the fact that the municipality is experiencing an industrial and real estate reorganization in the last four years, making it known as "Industrial Oasis". In this way, the role of the State (in its various stages) as a promoter of the capitalist production of space is taken into account. We also analyze the way in which these investments are being absorbed by the municipality through the institutional arrangements that occur at this locality. Looking to understand how Goiana became the new development territory for the state of Pernambuco, the research has as a general objective to investigate the production of space in Goiana between the years 2010-2015, taking into account the industrial and real estate dynamics in the municipality and the role of these agents in the production of space. The dissertation is divided into three chapters that constitute the three fields of analysis, the theoretical research on the capitalist production of space, the role of policies and development and the case study of the municipality. The chapters have as specific objectives: to characterize the capitalist production of space through theoretical and empirical examples (first chapter), to describe how the national development programs and policies were directed to the Northeast, providing an explosion of investments for the region (second chapter), characterize the current situation of the municipality of Goiana and identify the new industrial events and major real estate developments in the last five years (third chapter).

**Key words:** capitalist production; industries; real estate; capital.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologias sub-regionais .....	61
Figura 2 – Fundos e competências .....	65
Figura 3 –Número de operações contratadas entre os anos de 2000-2009 .....	66
Figura 4 – Taxa de desemprego (%) .....	70
Figura 5 – Investimentos do PAC – 2007 a 2010 .....	74
Figura 6 – PRODEPE 2007-2014 .....	78
Figura 7 – PRODEPE POR RD .....	79
Figura 8 – PIB Pernambuco e Brasil .....	79
Figura 9 – Participação do PIB por estado do Nordeste .....	80
Figura 10 – Projetos aprovados pelo PRODEPE .....	82
Figura 11 – Mapa estratégico de ações AD-Goiana .....	88
Figura 12 - Localização de Goiana .....	89
Figura 13 – RESEX Acaú – Goiana .....	91
Figura 14 – Localização das indústrias Klabin, Itapessoca e Usina Santa Tereza.....	102
Figura 15 – Composição do Pólo Farmacoquímico .....	105
Figura 16 – Novo território industrial de Goiana .....	111
Figura 17 – Chamada do JC online sobre o mercado imobiliário em Goiana .....	114
Figura 18 – Empreendimentos imobiliários em Goiana .....	115
Figura 19 – Arco metropolitano .....	119
Figura 20 – Miniarco .....	120
Figura 21 – Chamada do JC online sobre ampliação de municípios da RMR.....	123

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - AD – Goiana (centro da imagem).....	86
Foto 2 – Estátua de barro “Heroínas de Tejucopapo”.....	93
Foto 3 – Igreja erguida pelos Jesuítas no povoado de São Lourenço .....	94
Foto 4 – Antigo prédio da Prefeitura de Goiana .....	94
Foto 5 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	95
Foto 6 – Igreja Nossa Senhora da Conceição .....	95
Foto 7 – Canavial em Goiana (margens da BR-101).....	96
Foto 8– Fábrica da VIVIX em Goiana.....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receitas e despesas (%) .....	53
Gráfico 2 - Matrículas por nível escolar .....	57
Gráfico 3 - Formas de abastecimento de água (%).....	98
Gráfico 4 – População rural e urbana (%) .....	101

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB – Goiana.....	51
Tabela 2 - Valor líquido total do PIB (R\$) 2010-2014.....	52
Tabela 3 - Admissões e desligamentos por área .....	53
Tabela 4 – Renda nominal por domicílio .....	56
Tabela 5 – Regiões Programadas (RPs) e Sub-regiões de Planejamento (SRPs) .....	68
Tabela 6 – Crédito presumido por região .....	77
Tabela 7 – Tabela de variação populacional .....	97
Tabela 8 – Coleta de lixo (%) .....	98
Tabela 9 – Esgotamento sanitário (%) .....	99
Tabela 10 – Valor estimado de venda dos lotes e apartamentos .....	116

## LISTA DE SIGLAS

ADDIPER	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
AD – Goiana	Agência de Desenvolvimento de Goiana
APA	Área de Preservação Ambiental
BRT	Bus Rapid Transit
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DST	Divisão Social do Trabalho
DTT	Divisão Territorial do Trabalho
HEMOBRAS	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JC	Jornal do Commercio
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPP	Parceria Público Privada
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
RD	Região de Desenvolvimento
UPA	Unidade de Pronto-Atendimento
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO</b> .....	19
2.1	O espaço e o capital .....	19
2.2	A circulação do capital .....	24
2.3	O Estado .....	31
2.4	O Estado brasileiro .....	36
2.5	A divisão internacional do trabalho .....	37
2.6	Divisão Territorial do Trabalho .....	41
2.7	Divisão Social do Trabalho .....	55
<b>3</b>	<b>PERNAMBUCO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	599
3.1	Política Nacional de Desenvolvimento Regional .....	59
3.1.1	<i>Breve análise da PNDR</i> .....	69
3.1.2	<i>Plano de Aceleração do Crescimento</i> .....	72
3.1.3	<i>Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco</i> .....	76
3.2	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco .....	83
3.2.1	<i>Agência de Desenvolvimento de Goiana</i> .....	86
<b>4</b>	<b>CIDADE DAS OPORTUNIDADES</b> .....	89
4.1	Conhecendo Goiana .....	89
4.1.1	<i>Breve histórico</i> .....	922
4.1.2	<i>Como se vive em Goiana?</i> .....	97

4.2	Os eventos industriais .....	102
4.2.1	<i>O polo farmacológico</i> .....	104
4.2.2	<i>O polo vidreiro</i> .....	106
4.2.3	<i>O polo automotivo</i> .....	108
4.3	As consequências da nova Divisão Internacional do Trabalho: a expansão imobiliária .....	112
<b>5</b>	<b>ARRANJOS PARA A PRODUÇÃO CAPITALISTA EM GOIANA</b> .....	<b>118</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>126</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>130</b>
	<b>ANEXO A - ALTERAÇÃO NO PLANO DIRETOR DE GOIANA</b> .....	<b>138</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Goiana, cidade histórica da Zona da Mata de Pernambuco, berço de um importante patrimônio cultural religioso do estado, um município marcado pela monocultura da cana-de-açúcar; uma cultura que apesar de estar devidamente fincada e enrustada nas terras férteis dessa mesorregião, agora dá lugar às indústrias, ou ao que muitos dizem “desenvolvimento”.

Desde os anos 2010-2011, Goiana tem se tornado um importante objeto de estudo para o meio acadêmico, pois foi a partir da continuidade desses anos que o município passou a ser conhecido (ao menos regionalmente) por se tornar sede, em um intervalo de dois anos, de uma importante indústria de automóvel do mercado mundial, uma importante indústria brasileira de hemoderivados e uma indústria de produção de vidros planos. A instalação dessas três novas indústrias conferiu a Goiana o *status* de Região de Desenvolvimento, sendo *locus* de três pólos de desenvolvimento do estado de Pernambuco. Sendo assim, Goiana passou a ser inserida nas rodas de conversa no que se tratava de desenvolvimento regional.

Apesar de o município já abrigar em seu território uma indústria de papelão ondulado, uma usina de processamento de cana-de-açúcar e uma fábrica de cimento, foi apenas a partir da chegada da Fiat que Goiana passou a experimentar decisões que não competiam apenas ao poder municipal; percebeu-se, a partir de então, que Goiana deixava de ser uma cidade da Zona da Mata conhecida pela cana-de-açúcar, e passou a ser figurada como a cidade das oportunidades, slogan que a Prefeitura passou a adotar.

Outro fator que tem chamado a atenção no município é o frenesi do que se entende por mercado imobiliário; que vai desde a construção de novos modelos habitacionais de bairros planejados à especulação de aumento de preços nas unidades habitacionais já existentes em Goiana. Até aí, nada de novo. É deveras normal que um grande empreendimento (independente de qual seja) atraia outros mercados; no entanto, o que se fala é de projetos de bairros planejados para uma cidade com 78.618 habitantes em que a maioria possui renda entre um e dois salários mínimos.

De modo geral, “o espaço urbano em sua gênese é desigual” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35), isso porque o regime de acumulação que o promove é baseado nessas desigualdades e é na desigualdade que ele se reproduz; e tendo em vista que a mudança (que vai além da

paisagem) é fomentada por esse sistema econômico que tem por base também a expansão do mercado, todo o percurso teórico realizado na pesquisa está então relacionado à produção capitalista do espaço, pois acredita-se que ele tem suas próprias características e estratégias de desenvolvimento.

Com base no exposto, sabe-se que o espaço urbano de Goiana já não é mais mesmo. Está expandido. O município possui uma grande extensão territorial, e é dividido em três distritos: Goiana (sede), Ponta de Pedras (área de praias) e Tejucoapo (antiga vila de Goiana). Distintos, esses três distritos são atingidos de maneiras igualmente diferentes por essa nova configuração espacial.

Sendo assim, a pesquisa partiu da premissa que a proposta de um desenvolvimento regional direcionado para Goiana com o objetivo de torná-la um Oasis industrial foi uma iniciativa do poder público estadual, como resultado de um reconhecimento potencial do município em contribuir para a economia do estado de Pernambuco, visto que nos últimos anos, as políticas públicas de desenvolvimento regional tiveram um papel fundamental no desenvolvimento do estado de Pernambuco. Dentre essas políticas, pode-se citar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o próprio Programa de Aceleração do Crescimento, assim como os incentivos fiscais oferecidos pelo PRODEPE.

A metodologia utilizada na pesquisa é o método dialético, visto que o método propicia a observação da realidade através das contradições. Essa realidade de contradições é bastante perceptível no município, tendo em vista o jogo de interesses ali presente: de um lado, temos a Prefeitura municipal, atualmente lutando na justiça para o pagamento de uma dívida de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do grupo *Fiat Chrysler* (FCA); indústria instalada com incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado.

O método dialético permite uma reflexão mais precisa a respeito dos fenômenos sociais, pois ele possibilita o diálogo entre as partes e o todo, procurando não sistematizá-los. Nesse caso, é pretendida uma abordagem de forma a experimentar os diversos segmentos que a pesquisa pode levar: econômico, social e político. O diálogo entre essas partes não será separado por tópicos, o que se pretende é, na medida em que os atores do objeto apareçam, sejam os mesmos identificados como tais produtores do espaço.

De acordo com a interpretação da pesquisa, se faz necessário o recurso de pelo menos três técnicas de pesquisa: entrevista semiestruturada e observação, além da coleta documental. O objetivo do trabalho é totalmente atrelado à questão de interpretação, já que a abertura do município para o capital estrangeiro ocorreu efetivamente a partir dos anos 2010. Logo, a coleta documental será realizada em grande parte na administração do município; principalmente na Agência de Desenvolvimento de Goiana, os documentos obtidos servirão para a interpretação do atual quadro da produção do espaço de Goiana.

Para tanto, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo faz um percurso teórico sobre a produção capitalista do espaço. O tema é abordado de maneira a lograr um debate conceitual relativamente amplo, dialogando entre geógrafos, sociólogos e economistas. O primeiro capítulo torna-se de deveras importância, pois sempre irá estabelecer a relação do homem com o espaço e o capital, a gênese do processo de produção capitalista, a circulação do capital (para explicar sua expansão) e levando em consideração o principal agente produtor do espaço, o Estado. O percurso teórico estende-se até as divisões social, territorial e internacional do trabalho, por acreditar que elas são resultados do regime de acumulação capitalista.

O segundo capítulo, que tem por título “Pernambuco e o desenvolvimento regional”, discorre sobre a importância dos programas nacionais e regionais de desenvolvimento para a criação de novos territórios e até mesmo a interiorização do mercado. Nesse capítulo, os programas abordados são: Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, o Plano de Aceleração do Crescimento e o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, respectivamente. Ainda nesse segundo capítulo, dois subitens chamam a atenção: A agência de desenvolvimento do estado de Pernambuco (AD-DIPER) e a Agência de desenvolvimento de Goiana (AD- Goiana). Ambas agências desempenham papel fundamental para o desenvolvimento do Estado e do município, respectivamente, e se tratam de uma tendência do Estado de administração e mediação entre o poder público e o mercado privado.

O capítulo três é o agregador do capítulo um e dois (principalmente). Trata-se do capítulo “Goiana: Cidade das Oportunidades”. O capítulo faz uso do próprio slogan da cidade para explicar a atual dinâmica espacial do município. Ele trata da localização estratégica do município, dos eventos industriais e da expansão do mercado imobiliário. Este percurso, no

terceiro capítulo, é baseado em pesquisas de campo, entrevistas e dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por fim, nas considerações finais, há um apanhado geral do que foi relatado no trabalho, de maneira a atentar para inquietações que foram surgindo ao longo desse. Salienta-se aqui a atuação do Governo do Estado e dos promotores imobiliários como importantes agentes modeladores e produtores do espaço em Goiana; no entanto, sabe-se que Goiana se trata de uma história em curso (o processo de produção do espaço), visto que a maioria dos polos industriais não estão devidamente concluídos; portanto, as considerações finais se tratam de resultados que provavelmente sofrerão revés, haja vista que o cenário político-institucional que provocou essa nova dinâmica territorial sofreu alteração a partir de um golpe no ano de 2016.

## 2 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

A produção, o capital e o espaço. Separados, esses elementos podem levantar discussões acerca de múltiplos assuntos envolvendo as ciências humanas e sociais. No entanto, a trinca desses elementos suscita debates estratégicos sobre o Estado e a sociedade. O espaço, como um elemento primo de toda construção social, o local onde ocorrem todas as produções e concepções humanas; a produção, como sendo algo inerente ao homem, o homem é e sempre será um produtor de algo; e o capital, como o elemento que, associado ao espaço e à produção, é capaz de determinar o modo como algo será produzido, construído através do homem.

### 2.1 O espaço e o capital

A categoria de análise do espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, 39). Sobre o paradigma espacial, Milton Santos chama atenção ao fato de que ele é repleto de contradições, de forma que os objetos e sistemas de ações são mudados incessantemente de acordo com o momento da história. O dinamismo parte no momento em que os novos objetos condicionam novos sistemas de ações, da mesma forma em que o sistema de ações é coagido a modificar-se para manejar os novos objetos.

Esse dinamismo pode ser observado em Goiana, município da Zona da Mata de Pernambuco (estudo de caso deste trabalho), de maneira que o município, nos últimos cinco anos, está sendo deveras dinamizado por novos objetos. Isso porque, em Goiana, tem se instalado indústrias dos mais diversificados ramos (objetos), que estão condicionando o município a uma nova dinâmica espacial e econômica (ações). Sendo assim, por consequência, o município deve adaptar-se a essas novas funcionalidades.

Ao longo da história, o homem foi produzindo seu espaço em torno de suas necessidades. Partiu-se de uma sociedade orgânica, natural, ligada às relações comunitárias; passando para o que Santos (1996) classifica de revolução neolítica à revolução cibernética. As alterações espaciais são resultados dos sistemas de objetos e ações (que constrói o espaço de maneira dialética e contraditória), ou seja, ao espaço são inerentes as práticas espaciais (Corrêa, 1995).

O próprio espaço nos fornece ferramentas para a sua análise, visto que, segundo Santos (2002), ele funciona como um testemunho do modo de produção; se refere diretamente às práticas realizadas pelos indivíduos e grupos presentes em um determinado espaço, em determinado período, com os recursos e técnicas para eles disponíveis. Essas práticas serão definidas pelas experiências desses indivíduos e grupos.

Alain Lipietz (1998) afirma que “há o espaço e nele se desdobram as coisas” (p. 17). Dada a importância do espaço como o *locus* dos acontecimentos (sociais, físicos), o autor enfatiza que para cada área de estudo o espaço terá uma concepção diferenciada, como por exemplo, ao exemplificar geógrafos, com os espaços dos lugares e regiões, e economistas, com seus espaços econômicos e matemáticos. No entanto, há uma parcela comum em todos os fatores, pois, segundo o autor, pode-se descrever o espaço através das coisas que nele acontecem, ou, descrever as coisas e então decifrar o espaço.

Para continuar desenvolvendo a ideia da lógica espacial, o autor configura o “espaço sócio-econômico”. Esse espaço que reúne os fundamentos sociais e econômicos, é resultado “da dimensão espacial da existência material das relações econômicas e sociais”( LIPIETZ, 1998, p. 25). O próprio espaço socioeconômico é, portanto, um produto da articulação das relações sociais, em um espaço herdado do passado.

É importante entender que só é possível compreender o que passa no espaço através da sociedade que nele habita, ou seja, o espaço só é inteligível através da sociedade e das práticas espaciais. Essas relações irão desenvolver-se no espaço modificando, produzindo e reproduzindo-o. Sendo a ideia de espaço tomada a partir da experiência do indivíduo ou grupo, entende-se que ele passa a ter um sentido de continuidade, ou seja, as produções espaciais são contínuas, de forma que as produções são resultado das práticas sociais realizadas de forma consciente pelo homem. Todos esses elementos compõe uma totalidade espacial.

À totalidade espacial é conferida a análise da: estrutura, forma e função. De forma que como se trata de uma totalidade, os elementos não podem ser submetidos a uma análise separadamente. Ao expor isso, Santos (1997) convida o leitor para um debate acerca dos processos espaciais, de forma que a própria totalidade propõe uma abordagem dialética.

O espaço, portanto, se vincula ao homem na acepção de que este também se vincula a ele, de maneira que ambos serão responsáveis pela construção das estruturas espaciais, criando assim um espaço produzido pelo homem e para o homem. No entanto, para a sua produção, deve-se existir um sistema coordenador dessas estruturas, algo que sirva como cerne das vinculações das relações.

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas (LEFEBVRE, p. 35, 2000 – grifo do autor).

Lefebvre (2000) aponta para os dois tipos de relações que ocorrem no espaço. As relações sociais e as relações de produção. As relações sociais, são, digamos, a primeira sobre a qual temos conhecimento; elas são realizadas por famílias, amigos etc. Já as relações de produção (não menos importantes que as relações sociais) são as responsáveis, como o próprio nome diz, pela produção. São nessas relações que o homem produz o espaço e se torna participativo do trabalho. É através do trabalho que o homem produz o espaço, que por consequência define sua hierarquização social.

O espaço torna-se então um importante ponto propulsor para a necessidade de expansão e até mesmo fixação do processo produtivo. Ao assumirmos a condição de que “O espaço é a sociedade” (SANTOS, 1996, p. 67), fica mais fácil entender que à sociedade é conferido certo poder autônomo na construção/produção do espaço, de forma que esse não perde o papel de localizador geográfico, mas também lhe é outorgado o sentido de lócus da produção social. Produção esta, que através das formas “fixas” do espaço é capaz de realizar geograficamente a sociedade e manter sua estrutura social de acordo com o modo em que foi produzido (espaço/sociedade).

Ao relatarmos sobre a relação entre o espaço e a produção espacial, é inerente falar sobre o modo de produção; pode-se observar isso, por exemplo, no parágrafo anterior. O modo de produção se trata da forma sobre a qual o espaço foi produzido e esse modo é tão importante quanto a compreensão do próprio espaço, pois, além de definir o espaço no seu sentido físico, definirá também a sociedade. Sendo assim, a sociedade e o espaço passam a ser categoricamente frutos do modo de produção.

Segundo Lipietz, o modo capitalista de produção funciona da seguinte forma:

De um lado, com efeito, a forma de existência de cada um dos modos é consideravelmente modificada pelo lugar que lhe reserva a produção do modo dominante na formação social (o capitalismo); de outro lado, o próprio modo de produção conta, entre suas condições de existência concreta, na formação considerada, com a presença dos outros modos de produção (que lhe servem de reservas de mão-de-obra, de mercado, etc). Ainda que cada um dos modos de produção possua, a priori, sua própria dinâmica em desenvolvimento, sua própria lógica, geralmente contraditória em relação às dos outros modos cuja presença a análise revela, patia-se que, após a síntese, na articulação concreta dos modos, a dominância do modo de produção capitalista impõe ao conjunto sua unidade, seu modo de funcionamento, que aparece então como coerente (...) enfim, as próprias modalidades da articulação devem ser compreendidas como um processo, onde o modo dominante domina, dissolve, integra o modo dominado segundo fases sucessivas nas quais se modificam regras da totalidade social (LIPIETZ, 1998, p. 23).

Ao relatar sobre a forma como um modo de produção se impõe em determinado espaço, Lipietz (1998) atenta a algumas características do modo de produção capitalista; para o autor, mesmo que exista um modo de produção em um determinado lugar, esse será modificado pela reprodução social que, para ele, é baseada no capitalismo. No entanto, a relação dialética espacial revela que o modo dominante é apoiado por outros modos de produção, pois estes lhe servirão de mão de obra; mas isso não garantirá a permanência dos outros modos, pois o modo capitalista será o dominante, de forma que imporá suas condições para o desenvolvimento.

Porém do que se trata esse modo de produção capitalista? Em seu livro “O capital e seu espaço”, Alain Lipietz (1998) disserta sobre os modos de produção. Ao tratar sobre o modo de produção capitalista, o autor aponta algumas características desse modo, como por exemplo “divisão do trabalho entre ramos autônomos, separação do produtor de seus meios de produção (...) separação entre cidade e campo” (LIPIETZ, 1998, p. 33). No entanto, essas características, segundo o autor, não definem o modo, apenas o limitam, portanto, é importante analisar as articulações sociais e econômicas.

Segundo o autor, o modo capitalista de produção se fundamenta, no geral, na valorização do privado e a dissociação dos produtores e meios de produção, de maneira que ele associa-se de maneira mercantil aos objetos e forças do trabalho, ou seja, o modo de produção capitalista dispõe de um caráter mercadológico, de maneira que sua gestão seja quase que fundamentalmente privada.

De uma maneira geral, o capitalismo (modo dominante) se vincula (ou apropria-se) a outros modos de produção, pois esses servirão como reserva de mão de obra (“exército de reserva”, Harvey, 2000) e mercado para consumo dos produtos.

Em seu desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista atravessa vários estádios sucessivos nos diferentes ramos, que podem sobrepor-se geograficamente ou excluir-se, em particular através do modo de ocupação do solo, da estruturação adquirida pelo mercado de emprego, etc (...) esses diferentes estádios têm também sua própria espacialidade. Em particular, as formas mais avançadas do capitalismo se caracterizam por um desatrelamento geográfico entre o processo de trabalho e o processo de valorização do capital (LIPIETZ, 1988, p. 35).

Esses “estádios” definidos pelo autor são os de manufatura, grande indústria e automação; de maneira que os estádios do capital também estão correlacionados ao processo de valorização dele (concorrencial e monopolista). Para que haja o desenvolvimento desse modo de produção, é necessário o capital fixo; este nada mais é que o capital é incorporado, de maneira parcelada, ao ciclo de produção na construção de edifícios e maquinários e equipamentos, ou seja, é o capital investido na produção material-física capitalista, que mudará todo o espaço.

Harvey (2001) lista algumas características de base do modo de produção capitalista, são elas: a circulação e o lucro. Socialmente aceitos, a circulação e o lucro são as bases da produção capitalista; caso haja uma interrupção no ciclo de circulação, a reprodução do capital desandarará, assim como os lucros não serão obtidos.

À sociedade (lê-se os detentores dos meios de produção) é conferido o papel de garantir a circulação e o lucro do modo de produção capitalista. Se ambos não estiverem em sintonia, a circulação de mercadorias será afetada e a reprodução social, será como ele mesmo diz “dissolvida ao caos” (HARVEY, 2001, p. 30).

Portanto, é importante entender sempre a relação que a sociedade mantém com esse modo de produção, por isso abre-se um parêntese nesse momento para explicar o que seria o tal “caos social” como resultado da interrupção de circulação e lucro. O caos social corroborado pela possível não circulação de mercadorias, nas palavras de Santos, podem ser entendidos como:

Quanto mais as forças produtivas são desenvolvidas, maior é a parte do capital constante, isto é, do “trabalho morto”, no aparelho produtivo, e mais o homem deve sujeitar-se às coisas que ele próprio construiu (SANTOS, 2012, p. 31).

Sobre a relação entre modo capitalista de produção e sociedade, Santos (2012) explicita que quanto mais o homem se envolve nas mercadorias produzidas pelos sistemas, mais ele se torna dependente delas, tornando-se escravo das suas próprias mercadorias; isso porque, segundo o autor, quando um objeto é produzido pelo homem ele torna-se coisa social; portanto, esse determinado objeto definirá o homem em seu cotidiano, fazendo-o experimentar um *estado de alienação*.

## 2.2 A circulação do capital

Harvey (2001, p. 131), interpretando Marx, elaborou dez pontos sobre a importância da circulação do capital:

O primeiro refere-se à expansão do valor; a essa expansão se deve sempre ter um crescimento positivo. Ou seja, determinado produto é produzido por um valor X, no final da produção, ao mesmo produto deve ser conferido um valor maior ao anterior ( $X^1$ ). O segundo ponto refere-se exatamente ao executor da produção: o trabalhador, ou mais precisamente, ao trabalho. O trabalho representa um ponto fundamental na produção capitalista, pois o valor da mercadoria será definido pelo tempo que é gasto para produzi-la; portanto, o trabalho vivo é o fator agregador de valor à produção.

O terceiro ponto diz respeito à exploração do trabalho. Ao dissertar sobre o terceiro ponto, Harvey pede ao leitor que desnude o termo “exploração” de qualquer sentido “romântico” que ele venha a passar; nesse caso, vamos chamar exploração de “aproveitamento”.

O aproveitamento do trabalho acontece quando a mão de obra gera mais produção. O quarto ponto envolve as relações entre as classes; essa relação de classe é feita através de compradores e vendedores, mas não necessariamente de mercadorias, mas (principalmente) de força de trabalho. Segundo ele, essa é a relação social mais importante.

O quinto ponto se refere às relações antagônicas das classes. Se há força de trabalho e compradores dessa força de trabalho, há também relações de classes. Essas relações são as responsáveis pela organização social da força de trabalho e seus interesses e também dos

compradores da força de trabalho e seus interesses. Por isso Harvey cita que entre eles há uma relação antagônica, caracterizando a luta de classes.

O sexto ponto faz referência ao dinamismo do modo capitalista de produção. Esse dinamismo é marcado pela evolução tecnológica que recria o antigo mercado e cria um “desemprego tecnologicamente reduzido”. Esse progresso tecnológico está ligado totalmente ao modo capitalista de produção, pois para a expansão do capital, são necessárias cada vez mais ferramentas tecnológicas que envolvem a sua circulação. No sétimo ponto, Harvey expõe sobre a inserção da tecnologia no processo produtivo e o que ela pode implicar.

Os pontos oito, nove e dez revelam a instabilidade da circulação do capital. É sabido que ao capitalismo são inerentes as crises, portanto, no ponto oito, Harvey aponta os dois possíveis fatores para a contradição das crises: 1. Para a sua expansão, é necessário trabalho vivo. 2. Com o avanço tecnológico, a situação tende a substituir o trabalho vivo da produção. O ponto nove relata sobre os excedentes de capital e trabalho vivo como manifestações da crise. O que ele chama de superacumulação. Os excedentes de trabalho vivo e de capital são, de certa forma, antagônicos e não se inter-relacionam. Isso é revelado no aumento do desemprego e grandes estoques que não saem das lojas. O ponto dez relata exatamente do excedente, que quando não absorvidos, são desvalorizados. A desvalorização inclui ainda a moeda, a capacidade produtiva e a própria mercadoria. As crises geram intensas desvalorizações do capital.

Todos os pontos acima relatam a lógica de circulação de capital, que vão desde a sua expansão (tanto geográfica quanto economicamente falando) até seus momentos de instabilidade da produção como resultado de excedentes.

Em “O enigma do capital: e as crises do capitalismo”, Harvey, no primeiro capítulo, disserta sobre o ápice da crise norte-americana de 2008. Uma crise no mercado imobiliário, que se caracterizou-se pelo excesso de crédito (hipotecas) e ficou conhecida como *subprime*. Toda crise capitalista parte de um excedente. Em 1929, por exemplo, foi o excedente de mercadorias que resultou numa crise.

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e as lojas e as fábricas fecharam (HARVEY, 2011, p. 13)

O *subprime* de 2008 representou um momento totalmente diferente do vivido em 1929. O excedente não era mais palpável, físico. Era o excedente do crédito oferecido através das hipotecas (imobiliárias) que deveriam ser pagas. No entanto, o capital das hipotecas não estava sendo reabsorvido pelos bancos, que também afetaram as seguradoras de crédito. O desencadeamento foi o desemprego, despejo de imóveis (**desvalorização da própria mercadoria**) e desvalorização do dólar (**desvalorização da moeda**) e fechamento de fábricas (**perda da capacidade produtiva**). Através da *network* do capital, a crise também sofreu expansão (com a ajuda da tecnologia), no entanto, com impactos diferentes em todo o globo.

A crise capitalista, segundo Harvey (2013) passa por ciclos.

Mas, o que é o capital? Ao falarmos sobre a circulação do capital, muitas pessoas podem confundir capital com o dinheiro propriamente dito. No entanto, o capital vai além, segundo Harvey (2011, p. 40) trata-se de “um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro”. Nesse sentido, Harvey assinala que a forma dominante de circulação de capital foi o capital industrial. O industrial reúne a tecnologia e compra as forças de trabalho para a execução de um determinado produto. Ele deverá garantir que o produto tenha seu valor agregado ao tempo de trabalho de forma que sobreponha o valor gasto na compra da matéria-prima, pois, como já vimos anteriormente, o fundamento capitalista é o lucro.

Quando os negócios vão bem, há uma necessidade natural de expansão dos negócios. Nesse momento é onde entra o fluxo do capital. O fluxo do capital é tão importante quanto o lucro. Na verdade, ele irá garantir os lucros. Essa expansão não acontece apenas de maneira econômica, mas sim espacial. O espaço, obviamente, desempenha um papel importantíssimo nesse processo, pois suas características irão determinar para onde irão os recursos.

Por que os capitalistas reinvestem na expansão, em vez de consumir seus lucros em prazeres? Esse é o lugar em que “as leis coercitivas da concorrência” desempenham um papel decisivo. Se eu, como capitalista, não reinvestir em expansão e um rival o fizer, então depois de um tempo eu provavelmente estarei fechando as portas. Preciso proteger e expandir minha participação no mercado. Tenho de reinvestir para permanecer um capitalista (HARVEY, 2011, p. 43).

Essa é uma necessidade primitiva do capital. O lucro é importante, mas a expansão dele também o é. A expansão alcançará novos territórios, criará novas redes e permitirá que

naquele novo espaço, haja uma nova exploração do trabalho vivo e o ciclo da circulação também ali irá se perpetuar.

Outro fato interessante que, segundo Harvey (2013), justifica a intensa expansão do capital, é que dinheiro sempre será dinheiro. Normalmente, há limites para a quantidade de bens físicos que uma pessoa pode ter; no entanto, quando se trata de dinheiro, esse limite não é propriamente estabelecido. E, claro que se o investidor continuar reinvestindo seus lucros ao invés de usufruir completamente deles, ele terá mais capital. E dinheiro, no capitalismo, não significa apenas moeda, significa poder. Sem contar que reinvestir significa também aumentar a potência do capital.

Para a expansão do capital, o espaço é demasiadamente importante, no entanto, ele também funciona como uma barreira a ser rompida. Por esse motivo, Marx (apud Harvey 2001) sobrepõe a categoria do tempo ao espaço; isso porque o tempo gasto na produção é que determinará o valor da mercadoria. A barreira espacial, por sua vez, é rompida através da comunicação e dos meios de transportes, que através dos fixos existentes no espaço, é possível tramitarem os fluxos. Apesar disso, o espaço ainda é necessário para a produção. Além do mais, “quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais valia” (MARX, 1976 apud HARVEY, 2011, p. 50), ou seja, quanto mais veloz o capital circula mais o processo de acumulação será intensificado. Dessa maneira, o tempo sobrepõe ao espaço, pois a distância física do mercado não pode ser maior que a velocidade com a qual ele vem a ser alcançado. Quanto mais rápida for a circulação do capital, maior a troca de mercadorias, e quanto mais rápido acontecer essa troca de mercadorias, significa que o capital está mais desenvolvido.

Como, no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço (SANTOS, 2006, p.181)

Essa afirmação de Santos apenas resume a interpretação de Harvey. Consideremos no sistema capitalista de produção com alguns elementos fundamentais: circulação, lucro, capital, acumulação, luta de classes e força de trabalho. Perceba que todos esses elementos são próprios fluxos do capital. O único fixo da produção capitalista é o próprio espaço, de forma que o “padrão” geográfico do lugar será definido pela circulação do capital. A circulação é

um fluxo e a produção um fixo. Dessa forma, tomemos como exemplo a instalação de uma indústria numa determinada porção do espaço; o espaço está a todo o momento experimentando divisões sociais do trabalho; novos fluxos estão sendo estabelecidos, o que resultará em um novo padrão geográfico.

“A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço” (HARVEY, 2006, p. 149). Se o padrão geográfico é definido pela circulação e que a dominação dele é resultado da produção espacial, é importante frisar que essa dominação e produção não ocorrem de maneira igualitária em todo o território. É o que próprio autor chama de “desenvolvimento geográfico desigual”.

O desenvolvimento geográfico nos ajuda a entender que o modo capitalista de produção do espaço tem consequências graves em países emergentes, por exemplo, e entender porque em um determinado país ele funciona relativamente bem (dentro de suas próprias contradições) e em outros leva a população a um nível de miséria.

Segundo Harvey (2011), a dinâmica geográfica é complexa e as configurações espaciais são deveras diversificadas; no entanto, os capitalistas apresentam ações fundamentais na modificação espacial, isso faz com que novos espaços sejam produzidos (e também reproduzidos) constantemente. Ao analisar primeiramente o contexto ambiental, ele demonstra as mudanças nos espaços que foram proporcionadas pelo capital, como exemplo disso, à medida que florestas são destruídas para darem lugar a construções humanas, mananciais de rios são dizimados para unicamente interesse humano em se apropriar da área, oceanos incessantemente vasculhados para conveniência também humana.

No entanto, Harvey (2011) não exige também a participação da população. Segundo o autor, a população cresce paralelamente ao índice de acumulação do capital; e mais ainda, sabe-se que o capitalismo chegou onde chegou graças à população em constante expansão, visto que ao mesmo tempo são tanto consumidores quanto produtores. Harvey ressalta ainda que a escravidão e a extração do ouro, por exemplo, foram os sustentadores do capitalismo e que mantiveram o crescimento através dos séculos.

“A acomodação de mais e mais pessoas no planeta Terra implicou por si só grandes mudanças geográficas” (HARVEY, 2011, p. 120). As colônias de povoamento na época de

expansão das grandes metrópoles europeias proporcionaram uma abertura para novos territórios capitalistas em terras desconhecidas. É comum encontrar nos países que foram colônias de exploração pessoas que “que se deparam com a falta de oportunidades para a incorporação dentro do sistema capitalista, cujo vínculo com a acumulação do capital é frouxo ou tangencial” (HARVEY, 2011, p. 120). Segundo Harvey, essas pessoas configuram o que ele chama de “exército de reserva”.

As populações excedentes não estão mais ancoradas em um lugar, assim como não está o capital. Elas fluem para todos os lugares em busca de oportunidades ou emprego, apesar das barreiras a migração por vezes colocadas pelos Estados-nação. A força de trabalho cativa dos trabalhadores domésticos, grupos de trabalhadores migrantes na construção e trabalhadores rurais disputam com as populações e os indivíduos locais, que se deslocam em busca de melhores chances na vida. Mulheres polonesas limpam os hotéis ao redor do aeroporto de Heathrow, em Londres, letões servem em *pubs* irlandeses, trabalhadores itinerantes do México e da Guatemala constroem as torres dos condomínios em Nova York ou colhem morangos nos campos da Califórnia, os palestinos, indianos e sudaneses trabalham nos Estados do Golfo e assim por diante (HARVEY, 2011, p. 122).

Aqui é possível observar como o tempo sobrepõe o espaço. Nesse caso, o espaço não se torna mais um limite geográfico para a população exército de reserva. As pessoas que se deparavam com a falta de oportunidades dentro de sua configuração geográfica, agora podem se deslocar em busca de emprego em outros lugares. Esse fluxo de pessoas configura também um novo espaço, com diferenças geográficas, dessa forma, novos locais são produzidos com qualidades diferenciadas.

Essa suma de fatores, segundo Harvey (2011), resulta em desenvolvimentos geográficos bastantes variados, como por exemplo,

populações indígenas em conflitos na Amazônia ou na Nova Guiné; os bairros ricos, em Greenwich, Connecticut (ate recentemente, pelo menos, a capital dos fundos de cobertura do mundo); os campos de petróleo na região de Ogoni, na Nigéria, onde ha conflitos constantes; as zonas autônomas mantidas por um movimento militante, como os zapatistas em Chiapas, no México; a ampla produção de soja no Brasil, Paraguai e Argentina (HARVEY, 2011, p. 120)

É importante frisar que esses eventos não acontecem isoladamente. Ora, se todos vivem em um sistema capitalista de produção, é natural que todos os elementos estejam interligados, visto que em um sistema as ações e resultados não acontecem isoladamente. Para existirem conflitos com índios na Amazônia, há centenas de interesses de latifundiários por trás; os zapatistas defendiam uma gestão democrática do território, visto que o NAFTA

(acordo de livre comércio entre EUA, Canadá e México) de certa forma esmagava as comunidades indígenas tradicionais mexicanas.

Repare que praticamente em todos os territórios podem-se observar esses conflitos, o que nos leva a pensar que ao modo capitalista de produção é inerente o desenvolvimento geográfico desigual. Sempre devem existir exércitos de reserva para a manutenção do capital. O resultado são parcelas desiguais no globo, conflitos sociais, fechamento de empresas, favelas, guetos. Grupos de imigrantes conflitam com a população local em busca de empregos. Ao capitalismo é inerente o desenvolvimento geográfico desigual!

Sobre esse aspecto, Santos (2002), ao dissertar sobre “As diferenciações do território”, na interpretação do autor, os espaços possuem diferenciações naturais e sociais, que vão desde a divisão social do trabalho ao conjunto de técnicas informacionais que cada território tem. Ao relacionar esses territórios, o autor os divide basicamente em “espaços da rapidez e da lentidão”, “espaços opacos e luminosos” e “espaços que mandam, espaços que obedecem”. Para o autor, os espaços de rapidez são os espaços que têm mais vias de circulação (fixos) e por consequência maior circulação de pessoas (fluxos); os de lentidão são por consequência o antônimo, “os espaços da rapidez e da lentidão se distinguem também em função da importância da divisão do trabalho” (SANTOS, 2002, p. 263).

É importante analisar as consequências territoriais de ser um espaço da rapidez e da lentidão, pois ambos implicam consequências econômicas, sociais e políticas. Os espaços luminosos referem-se aos que acumulam maior tecnologia, densidade informacional e capital; por consequência, os espaços opacos são os que as características citadas nos espaços luminosos não estão presentes neles. Os espaços luminosos são os mais suscetíveis a receber grandes empresas, pois apresentam características técnica e política suficientes para a absorção de maior capital. No entanto, em todas as caracterizações de território, o autor afirma que existem espaços que mandam e espaços que obedecem. Numa visão de sobrevoo, claramente se pode afirmar que de fato espaços existem; no entanto, a análise vai além. Ao lugar é conferido o poder apenas por ser um “melhor lugar” ou o poder vem através da força de entidades privadas e públicas? Nesse caso, Santos (2002) nos convida a uma reflexão de que o espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações” (SANTOS,

2002, p. 265), sendo assim, existem de fato espaços que obedecem e que mandam, pois ambos são resultados de um conjunto de contradições.

Durante esse processo, o espaço passa por valorizações e desvalorizações. Ainda segundo Santos (2002), o território pode ser valorizado para o capital, mas desvalorizado para os homens (podemos dizer que é o caso dos grandes parques industriais). Portanto, o território é coberto de qualificações e adjetivações, enquanto para um determinado território a valorização por uma mercadoria A, em outro território a mesma mercadoria pode não ser valorizada ou até mesmo é desvalorizada.

A nova estrutura de acumulação tem um efeito certo sobre a organização do espaço, visto que ela agrava as disparidades tecnológicas e organizacionais entre os lugares e acelera o processo de concentração econômica e geográfica (SANTOS, 2012, p. 23).

Esse movimento será determinado pela distribuição geográfica do capital, que procura locais favoráveis economicamente sob pena de desvalorizações sociais, por exemplo.

### 2.3 O Estado

O modo capitalista de produção precisa ser garantido para que o ambiente de circulação do capital seja o mais favorável possível. Quem garantirá esse processo será o Estado, que é a principal ferramenta política para a manutenção do modo capitalista de produção, pois nele estão contidas todas as contradições de interesses sociais e econômicos da sociedade. A intervenção do Estado pode ser desde a normatização da circulação do capital, ou até mesmo assumir o papel de financiador para a expansão.

Harvey (2006, p. 80) posiciona que “o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade”. Dessa forma, o próprio aparelho estatal vive um antagonismo social, político e econômico, na administração dos interesses públicos e privados. Esse Estado criado pelo sistema capitalista é capaz de dominar grupos, sendo ele objeto de alienação do homem.

No processo de produção de um espaço para alguns e não para todos, a sociedade, escudada no poder político do Estado, organiza o território visando utilizá-lo de determinadas formas e com determinados fins... Como o processo de produção do espaço é dialético, o espaço ao mesmo tempo se homogeneiza, se heterogeneiza,

gerando as sementes de novas reivindicações, de novas conquistas e de novas transformações. (ANDRADE, 1984, p. 17)

A ideia que Manuel Correia de Andrade relata é que o Estado não é um organismo isento, que mantém sua idoneidade. Na maioria das vezes, o que podemos notar é uma subversão do Estado a uma classe dominante, que por sua vez também é heterogênea, de forma que ele se molda para atingir de algum modo as necessidades dessas classes dominantes.

Essas classes dominantes, ou dirigentes, como se refere Harvey (2006), não dominam apenas como pensadoras, mas como produtoras de ideias, ou seja, suas ideias são dominantes da época. No entanto, para que essas ideias sejam disseminadas, elas devem ter um caráter de universalidade, caso contrário, não seriam aceitas pela sociedade no geral. É como se as ideias surgissem de maneira autônoma, sem influências de grupos e tivessem um significado comum.

Em contrapartida, quando o modo capitalista de produção é instalado, é dever do Estado assegurar as relações de circulação e produção, garantindo assim certos direitos (seguros) à sociedade capitalista. Como por exemplo: o direito de propriedade privada, a garantia da força de trabalho como mercadoria (sendo assim o trabalhador tem direito à venda), a efetivação de contratos, a eliminação de barreiras para a circulação do capital são princípios que não só asseguram o trabalhar, como, prioritariamente, os detentores dos meios de produção, segundo Harvey (2006), “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que um instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho” (p. 84).

A produção e troca capitalista são inerentemente “anárquicas”. Os indivíduos, todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca (HARVEY, 2005, p. 85).

Apesar dos antagonismos existentes no Estado capitalista, o mesmo faz-se estritamente necessário, não apenas para garantir a circulação e produção do capital, mas também porque um modo de produção baseado na propriedade privada, não seria capaz por si só de garantir certos direitos aos indivíduos. Daí a importância também de garantir os direitos trabalhistas, as estruturas sociais, as infraestruturas urbanas, entre outros fatores.

o Estado pode intervir com seus próprios modelos de estruturas de insumo/produção para planejar ou a totalidade ou um componente-chave na cadeia de oferta que o capital tem dificuldade de organizar (como o fornecimento de energia ou de água e toda uma panóplia de infraestruturas físicas para a produção) (HARVEY, 2011, p. 62).

Para o bom funcionamento do Estado, Harvey (2006) afirma que também são necessárias concessões. Essas concessões, que nem sempre correspondem aos interesses políticos das classes dominantes, são também responsáveis por manter o equilíbrio entre a classe dominante (hegemônica) e os grupos subordinados. O Estado é então o responsável por transmitir os interesses da classe dirigente, mas de maneira que esses sejam consentidos pela classe subordinada; sendo assim, o Estado torna-se palco da luta de classes.

É importante dar-se conta de que o espaço não é nem neutro e nem inocente, mas que é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado é também uma entidade geográfica e o aparelho do Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens (LACOSTE apud LIPIETZ, 1988, p. 150).

Em todo lugar o Estado funciona como mantenedor do sistema capitalista. As grandes navegações em busca de alcançar novos territórios, a libertação dos escravos como meio de obter mão de obra salariada e aumenta o mercado consumidor/produtivo, a concessões entre os burgueses e os operários na construção das leis trabalhistas, os incentivos fiscais para a atração de indústrias e até mesmo o estado mínimo, em todos esses acontecimentos o Estado esteve presente “controlando”, regulamentando e assegurando o modo de produção capitalista. Caso o Estado não consiga manter sua função como mediador de toda a coisa, o modo capitalista de produção dará então lugar a outro modo de produção e organização social.

O Estado capitalista, em resumo, é resultado das contradições entre os interesses coletivos e individuais, de maneira que os interesses privados são os mais privilegiados. O controle do Estado então serve apenas para reger toda a orquestra capitalista, de maneira que o espaço para a circulação do capital seja mantido. Segundo Bauman (2010, p. 14), “A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção”.

Em 1997, Jean LoJkine em seu livro “Le marxisme, l’État et la question urbaine”, com edição para o Brasil em 1981, intitulado de “O Estado capitalista e a questão urbana”, retrata sobre o território multifacetado do Estado com o modo capitalista de produção, ressalta que “o

Estado capitalista aparece como a expressão acabada e condensada da principal contradição que caracteriza o modo capitalista de produção” (LOJKINE, 1981, p. 92). A principal característica citada trata-se da *contradição entre as forças produtivas e as relações de produção*. Segundo o autor, essa contradição se torna mais acentuada à medida que processos privados do capital se tornam, de certa maneira, cada vez mais socializados ao processo de produção. Essas formas socializadas de capital privado, podem ser exemplificadas pelas Agências de Desenvolvimento brasileiras, que funcionam com capital misto (privado e estatal), e servem, por exemplo, de sociedade de crédito a indústrias, mediando processos entre as entidades pública e privada; que de certa forma tentam romper com o paradigma da contradição entre “privado” e “social” e, no entanto, apenas dão um novo visual a esse processo.

O Estado nesse momento é interpretado como a forma mais “avançada” da produção capitalista, pois é responsável pela garantia da relação entre os agentes privados de produção e os próprios agentes “públicos” de produção. A esse processo, Lojkine (1981) chama de “socialização capitalista” (p. 93). No entanto, é importante ressaltar que o Estado não “perde força” ou é diminuído pela socialização capitalista, pelo contrário, o Estado deve se manter o mais autônomo possível para que a socialização seja garantida, sendo assim o Estado é o “representante oficial da sociedade capitalista” (ENGELS, 1963, p. 319 apud LOJKINE, 1981, p. 94).

Sobre essa função de ser o norteador da socialização capitalista, o Estado deve também apresentar algumas características políticas importantes para o desenvolvimento da produção capitalista, a essas características políticas vamos dar nome de intervenções. Segundo Lojkine (1981), existem ao menos três intervenções políticas, ao menos nos países desenvolvidos, que envolvem o Estado na produção capitalista; e uma das primeiras características é a intervenção do Estado que garantiu o desenvolvimento urbano capitalista, de modo a evitar “processos anárquicos” (p. 169).

A segunda intervenção trata que o Estado resolve problemas imediatos; para exemplificar esse processo, podem-se citar as leis de higienização das cidades, reguladas pelo Estado, que naquele momento “resolveu” o problema da saúde pública e a própria libertação da escravidão que além de eliminar uma forma de trabalho completamente sub-humana,

conseguiu expandir o mercado consumidor e garantir a mão de obra salariada. A terceira intervenção se refere às “tentativas de coletivização do uso do solo” (p. 171). As tentativas de coletivização do solo tiveram sucesso em países como Alemanha e Holanda e a região da Escandinávia. A essa última intervenção estatal, em países como o Brasil, podemos citar as políticas públicas de habitação como uma tentativa de coletivização do uso do solo; além da massificação de shopping centers e condomínios fechados, que apesar de serem de uso coletivo, são proporcionados por um capital privado.

A essas intervenções estatais consideradas por Lojkine (1981), Harvey (2006) chama de “funções mínimas do Estado” (p. 85). Essas funções mínimas do Estado, assim como as intervenções englobam funções políticas, mas não necessariamente ações coletivas, como são as citadas por Lojkine. Para Harvey, as funções mínimas são relativizadas entre as políticas privadas e públicas:

igualdade e a liberdade de troca devem ser preservadas, o direito de propriedade tem de ser protegido, os contratos precisam ser cumpridos, a mobilidade deve ser preservada, os aspectos “anárquicos” e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações de capital precisam ser arbitrados para o “bem comum” do capital como um todo (HARVEY, 2006, p. 85).

A esse Estado que envolve os interesses privados e públicos, Harvey (2006) chama de “democracia social burguesa”. Na verdade, a democracia social burguesa trata-se mais de uma “forma” que uma característica. O estado da democracia social burguesa mantém um discurso antagônico. É democrático, mas não democrático totalmente. O exemplo disso são os discursos sobre igualdade, mas que presa intimamente a propriedade individual; é o discurso de liberdade e emprego, que percorre sobre a alienação do trabalho e a coisificação do homem.

Sobre democracia, ou a falta dela, podemos dar o exemplo do que aconteceu no Brasil em agosto 2015, quando o aparelho estatal burguês, insatisfeito com as benesses sociais estabelecidas pelo Partido dos Trabalhadores (durante seus 13 anos à frente da presidência), através do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, criaram uma situação favorável para o impeachment dela, reafirmando assim o discurso antagônico do estado democrático burguês.

## 2.4 O Estado brasileiro

A corrupção do Estado pela democracia social burguesa cria um cenário totalmente favorável aos seus interesses, e o Estado é quem garantirá através de seu discurso do “bem comum” que a burguesia seja a privilegiada. Sobre isso Fernandes (2008) aponta para a “revolução burguesa”. Na verdade, os interesses econômicos da classe burguesa, a conduz a uma série de mecanismos que podem ser considerados como “autodefesa” para a manutenção de seu status quo. Esses mecanismos são impressos no âmbito político. Dessa forma, ela (a burguesia) consegue forjar e reforçar continuamente o fortalecimento do capitalismo dependente. A burguesia só se une, de certa forma, no plano econômico. A ela cabe o principal papel de romper com estruturas arcaicas e modernas no plano internacional. Em geral, a burguesia é quem constrói fundamentos de dominação social e política sob as classes (alienação), de acordo com os seus interesses e situações de classe. Como sociólogo, o autor desenvolve a ideia de que só será possível mudar os atuais moldes capitalistas com uma revolução social comandada pela burguesia, que, atualmente, é a mantenedora do sistema, ou seja, a burguesia teria que converter o Estado para um novo sistema político-econômico.

Seguindo o modelo do modo capitalista de produção, alguns autores brasileiros se preocuparam em retratar o desenvolvimento desse modo de produção no Brasil. Florestan Fernandes (2008) é um dos autores que baseado nas ciências sociais recuperou momentos históricos a fim de descortinar o desenvolvimento brasileiro através do modo capitalista de produção revelado através da sociedade. Para o autor, o próprio processo histórico-social brasileiro provocou grandes consequências para a estruturação do capitalismo a nível local.

A dependência passou a ser a égide do negócio, pois este, após a independência da metrópole portuguesa, o país ainda mantinha laços jurídicos e institucionais com Portugal, e as estruturas sociais e econômicas da colônia permaneceram intactas. Após a expropriação colonial, o Brasil começa a seguir as tendências do mercado mundial, mas mantém o que o autor chama de “independência ambígua” com Portugal. Florestan utiliza-se do princípio que quem determinará o capitalismo em avançado e dependente será a forma como ele é assimilado, ou seja, como a sociedade irá absorvê-lo.

A economia dos países capitalistas dependentes se organiza em torno das condições oferecidas pelo mercado mundial, de maneira que seus interesses econômicos não vão de

encontro aos interesses dos países capitalistas avançados. Como Fernandes (2008) analisa o modo capitalista através da sociedade, para ele a burguesia brasileira é a maior sustentadora do modo capitalista de produção, pois consegue através de mecanismos políticos, que o capitalismo dependente seja algo contínuo, pois, em geral, a burguesia é que constrói fundamentos de dominação social e política sob as classes (alienação), de acordo com os seus interesses e situações de classe.

As únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas. Todavia, elas são vítimas da ilusão da autonomia nacional em nível político, ao mesmo tempo em que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 2008, p. 68).

A subordinação do capitalismo dependente, para Fernandes (2008), é uma escolha social (p. 51), pois os capitalistas avançados orquestram o sistema capitalista para os dependentes, fazendo-os, por exemplo, produzir determinadas mercadorias que para eles é interessante em determinado momento. Dessa forma, é interessante que haja a subordinação econômica e até mesmo social para que os capitalistas avançados sempre se reafirmem como tais.

Goiana, segundo depoimento da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, foi escolhida entre várias cidades brasileiras e também de fora do Brasil para sediar a fábrica da *Fiat Chrysler* (FCA). Essa concorrência com o mercado internacional capitalista impulsionou o Governo do Estado de Pernambuco que optou por oferecer uma série de benefícios para a instalação da fábrica em território pernambucano. Assim, Goiana entrou nas rotas do cenário da Divisão Internacional do Trabalho, visto que o pequeno município agora sedia uma das maiores montadoras automotivas do mundo. Essa Divisão Internacional do Trabalho é acompanhada por um desenvolvimento geográfico desigual em que Goiana está sendo influenciada, até mesmo dentro do próprio município.

## 2.5 A divisão internacional do trabalho

A divisão internacional do trabalho (DIT) trata-se, como o próprio nome sugere, da organização e produção econômica e industrial do trabalho em âmbito internacional. Essa

divisão proporciona que cada país se defina com uma determinada especialização produtiva, visto que é praticamente impossível que todos os países desenvolvam todas as atividades produtivas do globo em um único lugar. O que se pode afirmar é que a divisão internacional do trabalho fez frente ao aprimoramento das forças produtivas.

Sendo assim, a DIT se torna uma das égides do mundo capitalista, pois ela tende a repartir o globo por atividades produtivas de cada país, de modo que os países em desenvolvimento quase sempre são os países fornecedores de matéria-prima e mão de obra. Além disso, se pode citar o fato das benesses que são oferecidas aos países desenvolvidos que desejam instalar-se em países em desenvolvimento; fazem parte dessas benesses: incentivos fiscais e leis ambientais frágeis, por exemplo.

Segundo Adam Smith (1996):

O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho (SMITH, 1996, p. 65).

A DIT aperfeiçoou a produção capitalista. Para exemplificar isso, Smith (1996) propõe uma análise do que ele chama de “pequenas manufaturas” (SMITH, 1996, p. 65). Essa análise que o autor faz de uma pequena manufatura de alfinetes ressalta a importância da divisão de tarefas de trabalho para o melhor aproveitamento do tempo.

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente (SMITH, 1996, p. 66)

O autor propôs essa análise para exemplificar como ocorre a divisão do trabalho em um mesmo local de produção. No caso da DIT, o processo dá-se da mesma forma, mas numa escala internacional, os postos de trabalho deixam de ser numa mesma sala, para serem divididos em países distintos. Quantos produtos comprados aqui no Brasil têm o selo “made in China”? Quantas grifes mantêm trabalho escravo em países em desenvolvimento?<sup>1</sup> Na DIT, o produto produzido ou até o próprio capital não foram feitos para ficar apenas numa porção

---

<sup>1</sup> In <<http://www.cartacapital.com.br/economia/zara-e-autuada-por-nao-cumprir-acordo-para-acabar-com-trabalho-escravo-8409.html>> Acesso

territorial; peças importadas para a automação do trabalho das grandes montadoras de veículos é um exemplo disso.

A divisão internacional do trabalho, até chegar aos moldes atuais, passou por alguns momentos. A primeira DIT caracterizou-se pelo desenvolvimento industrial na Inglaterra; após a revolução industrial, a Inglaterra conquistou um poder hegemônico sobre os demais países, de maneira que a libra esterlina se tornou a principal moeda de troca mundial. Por ser o primeiro país da Europa a assumir esse papel industrial, Inglaterra passa a manter uma relação ambígua com os outros países; isso porque apesar do elevado patamar industrial, a Inglaterra era ainda dependente de produtos de origem primária, como os produtos agrícolas, pois já no século XIX, boa parte da população estava envolvida em centros urbanos de trabalho (POCHMANN, p. 6).

A dicotomia entre os produtos manufaturados do centro e os produtos primários da periferia demarcou a primeira Divisão Internacional do Trabalho primária. Enquanto o setor agrícola era o grande empregador nos países periféricos, o setor urbano, especialmente a indústria, destacava-se no emprego da maior parte da mão de obra nas economias centrais (POCHMANN, s/d, p. 7).

A segunda DIT foi marcada pelo momento pós-guerra, quando os Estados Unidos passaram a assumir uma posição hegemônica, devido aos traumas trazidos pela primeira guerra que acontecia na Europa. O momento pós-guerra principal, segundo Pochmann (s/d) foi a segunda guerra mundial, que elevou os EUA ao status de país hegemônico mundial. No entanto, os EUA assumiram esse papel num momento bastante fragilizado internacionalmente, que foi a guerra fria. O autor ressalta a ideia que o mundo bipolarizado resultou na consolidação de dois blocos: os capitalistas e os socialistas<sup>2</sup>.

Esses países semiperiféricos citados pelo autor se tratam dos países que foram descolonizados no século XX. A importância desses países para a segunda DIT se deu pelo fato que eles se tornaram territórios de exploração internacional para outros países do globo.

---

<sup>2</sup> Por conta disso, uma segunda Divisão Internacional do Trabalho foi sendo maturada pela constituição de um bloco de países semi-periféricos que teve o apoio de uma ordem econômica mais favorável à difusão geográfica do padrão de industrialização norte-americano. O papel da semi-periferia foi absolutamente importante para a estabilidade do sistema capitalista mundial, impedindo, de certa forma, o aprofundamento da polarização entre países ricos e pobres. A abertura de espaços para nações com renda intermediária se mostrou também necessária para a oxigenação de empresas e setores de atividade econômica que se encontravam em declínio no centro capitalista (POCHMANN, s./d, p. 8-10)

Esse momento, caracterizado por Pochmann (s/d, p. 9) como “periferização da indústria”, permitiu que outros países se integrassem à completa fase industrial; vale salientar que o principal negociador dessas operações de abertura para o mercado internacional é o Estado.

A terceira DIT, segundo Pochmann (s/d), vem acontecendo desde os anos 70. O autor ressalta a importância da consolidação capitalista em seu cenário de financeirização e também da revolução tecnológica. Na terceira DIT, o autor reforça a ideia da dominação do mercado pelos países desenvolvidos (oligopólios). Para exemplificar esse fato, Pochmann (apud CHESNAIS, 1996s/d) faz uma ressalva ao setor de computadores, em que dez empresas controlam 70% da produção mundial.

Segundo Pochmann (s/d):

Durante os anos 50 e 60, a expansão das antigas empresas multinacionais para várias áreas geográficas ajudou a diversificar a especialização das firmas, diante da maior intensificação da competição inter-empresa, a partir da ajuda norte-americana na reconstrução europeia. A ampliação da competição em torno de novos mercados e a procura de menores custos de produção contribuíram para o estímulo à relocalização de determinados processos produtivos para os países semi-periféricos, especialmente (POCHMANN, s/d, p. 12).

Na terceira DIT, o que temos é um cenário de financeirização global, principalmente a partir dos anos 80. Esse cenário de financeirização reformulou os processos globais de produção; nos anos 50 e 60, as empresas transnacionais buscavam ao máximo estabelecer raízes locais e manter fortes relações com a matriz. Já nos anos 80 e 90, o processo produtivo foi elevado ao grau de “liberdade” de exploração, com contratos curtos e objetivos, para exploração imediata das atividades lucrativas.

Dessa forma, não apenas os países desenvolvidos tomam à frente do processo, mas os países periféricos assumem um papel importante. Conduzidos pelo Estado, eles passam a um momento de competição para a atração dessas indústrias internacionais; resultado disso é a desvalorização da mão de obra (menor custo de trabalho) e aumento das diferenciações entre países periféricos e os de centro.

A terceira DIT é marcada por duas divisões: a clássica e a nova DIT. A clássica corresponde ao momento em que os países periféricos transferem matéria-prima aos países centrais. Na nova DIT, esse processo é ainda mais consolidado; contudo, na nova DIT, há a

cobrança de juros e royalties as empresas de países centrais, mas os países centrais continuam fornecendo tecnologia superior, especulação de capital e empréstimos aos países periféricos. Dessa maneira, a desigualdade entre esses países se torna ainda mais perceptíveis.

A nova DIT proporciona, muitas vezes, a fragmentação e informalização do trabalho. Segundo Castells (1999), o trabalho se torna cada vez mais informal por conta do processo de informatização do setor. Nos países centrais, desenvolvidos ou de primeiro mundo, a tecnologia da informação se torna mais expansiva e de fácil acesso a todos; enquanto que em países periféricos ou semiperiféricos, o acesso à tecnologia se torna mais caro e difícil; por isso há essa discrepância na qualidade do emprego informal. Castells (1999) transcreve ainda que transformação na estrutura do emprego é resultado da globalização, que ocasiona o que autor classifica como “sociedade em redes”. Esses países centrais estão num processo que Castells chama de “pós industrialização” (CASTELLS, 1999, p. 268). Esse período corresponde à alteração das atividades, da atividade industrial para ter uma economia baseada nas atividades relacionadas ao setor de serviços e tecnologias.

Para o autor, nos atuais moldes de estruturação do trabalho, os setores da economia não podem ser mais definidos como primário, secundário e terciário. Essa setorização do trabalho acaba por ser mais setORIZADO que apenas os três conhecidos setores da economia, como é o caso dos países que estão vivenciando o período do “pós industrialismo”.

## 2.6 Divisão Territorial do Trabalho

A DIT funciona como um parâmetro para a divisão do trabalho em todo globo terrestre, no entanto, como já mencionado, ela não funciona da mesma maneira em todos os países ou lugares do mundo. Para essa análise mais interna acerca da divisão do trabalho em um menor recorte, recorreremos às divisões territorial e social do trabalho. A análise dessas divisões nos permitirá um diagnóstico mais preciso em relação às diferenciações do trabalho em uma menor escala.

Para Santos (2006, p. 13), a própria divisão territorial do trabalho é uma categoria analítica do espaço, ou seja, através do entendimento da DTT de um determinado local, é possível entender o funcionamento do seu espaço.

A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Sem dúvida, as duas situações se aparentam, embora mude a energia que as move. Por outro lado, a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo (SANTOS, 2006, p. 86).

Segundo Godoi e de Deus (2009), a primeira divisão territorial brasileira aconteceu com a chegada dos portugueses, pois houve uma adaptação do trabalho que aqui estava sendo realizado, para uma dinâmica voltada a atender as necessidades da metrópole portuguesa.

Na primeira Divisão Territorial do Trabalho do Brasil um exemplo marcante do desenvolvimento voltado à exportação foi a mineração, iniciada no século XVII, em Minas Gerais. Estas atividades significaram, além da consolidação dos interesses no Brasil Colônia, uma dinâmica maior no interior do território e uma urbanização embrionária (GODOI; de DEUS, 2009, p. 131).

Para os fins de exploração, a dinâmica da DTT resultou na interiorização do país; a busca por mais territórios de exploração desenvolveu também outros trabalhos para a alimentação da mineração. Nessa atmosfera, o território brasileiro acabou por se inserindo em áreas distintas de trabalho; vale salientar que esse momento histórico brasileiro estava influenciando diretamente na DIT, pois, com o outro arrecado no Brasil, Portugal pagava suas dívidas e comercializava externamente com outros países.

Após esse momento, em que o Brasil estava voltado internamente para a produção do ouro, com o processo de interiorização experimentado através da necessidade de produção agrícola e pecuária, segundo Godoi e de Deus (2009), o Brasil experimenta sua segunda divisão territorial do trabalho quando se torna república de fato.

A segunda Divisão Territorial do Trabalho do Brasil pode ser relacionada com o período que se estende do ano de 1889 e segue até 1945. Este recorte temporal foi selecionado porque a partir da consolidação do Brasil como República tem-se um marco que evidencia o interesse por independência. A proclamação da república foi associada ao período de governo de Getúlio Vargas porque ambos os períodos buscaram afirmar seu território como potencialmente independente e produtivo. Além disso, outra característica deste período foi a busca de negociação com outros países, além de Portugal e Inglaterra, que ampliaram a divisão internacional do trabalho à qual o Brasil nunca rompeu, mas buscou novos espaços para se relacionar (GODOI; de DEUS, 2009, p. 134)

Durante o período da república, o Brasil se afirma como um intenso produtor de café. Essa nova cultura inserida no país muda avidamente a dinâmica territorial, que nos primórdios da colonização se concentravam intensamente no Nordeste e na monocultura da cana-de-açúcar. Portanto, a nova configuração espacial trazida pela cultura do café, por sua vez mais

concentrada no interior do Brasil, resultou em uma nova espacialização do território brasileiro. Além do fato que nessa mesma época (século XIX) o Brasil estava vivenciando a abolição da escravatura e a abertura do território para os imigrantes italianos e alemães.

Entre a primeira e a segunda divisão territorial brasileira, podemos nitidamente observar a construção de dois espaços distintos em períodos determinados de tempo. A primeira destinada a uma produção externa e exploratória; e a segunda com um caráter mais territorial e de interiorização das atividades. Essa lógica da DTT, independente do lugar onde ela acontece, nos faz assimilar o que foi dito em parágrafos anteriores por Santos: a DTT é progressiva.

É no sentido de ser progressiva que os autores chamam a atenção para o fato de uma terceira DTT no Brasil. Essa terceira DTT brasileira, que segundo Godoi e de Deus (2009) dura até os dias atuais, iniciou nos anos de 1945; isso porque é nesse período que o Brasil se abre de fato para os mercados internacionais como participante ativo da produção. É também nessa mesma época que o Brasil passa a vivenciar avidamente o processo de industrialização do território, que conseqüentemente resultou em diversas e inúmeras divisões territoriais pelo Brasil, visto que, como anteriormente mencionado, a produção capitalista que envolve todo esse processo acontece de maneira desigual.

A terceira Divisão Territorial do Trabalho do Brasil pode ser relacionada com o período que se estende do ano de 1945 e segue até os nossos dias atuais. Este recorte temporal agrega a continuidade do processo de abertura do Brasil aos mercados internacionais, às relações internacionais, e, mais recentemente, ascende o país ao papel de representante de diversos países do hemisfério sul nas negociações internacionais. Neste sentido, a rede de relações, a divisão do trabalho agrega fluxos de diversos continentes, não só da Europa e América. Esta rede de relações não só estabelece negociações, mas, racionaliza o espaço de forma a estruturar uma produção mundial em que diversas etapas do processo de produção de determinados produtos se encontram divididas e espalhadas pelo mundo (GODOI; de DEUS, 2009, p. 136).

Santos e Silveira (2002) traçaram um perfil do território brasileiro baseado no modo capitalista de produção (divisão territorial do trabalho). O autor retrata o desenho do território brasileiro desde a construção da infraestrutura (meio técnico-científico-informacional) e a transformação dele. Essas transformações também são marcadas por diferenciações no território, mostrando que em um mesmo território há seletividade de investimentos, o que causa maiores reforços em uma região específica, em detrimento do baixo investimento em outras.

Essas diferenciações de territórios, segundo Santos (2002), dizem, sobretudo, respeito a questões locacionais e às diferenças do meio técnico-científico-informacional. Esse “movimento desigual e combinado” (SANTOS; SILVEIRA 2002, p. 103) cria um novo perfil no território brasileiro, estabelecendo regiões mais e menos desenvolvidas.

O meio técnico-científico-informacional não se impõe igualmente sobre o território. Vejamos os casos do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia. Representando cerca de 20% da área total cultivada do Brasil, 25% da produção de grãos e 43% do rebanho nacional, os cerrados aparecem como a mais produtiva das regiões brasileiras para a produção agropecuária capitalista. O meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade de vazios diminuiu as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnosfera e da nova racionalidade econômica. Já no Nordeste, o peso das heranças materiais e culturais é muito forte, agindo como freio e resistência (...) Na Amazônia, são sobretudo formas “externas”, como satélites e radares do SIVAM, que buscam cientificizar a natureza, certamente depois de conhece-la (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 104).

As diferentes regiões brasileiras reagem de maneiras diferentes aos investimentos do capital. Enquanto na região centro-oeste o cenário era completamente favorável à expansão e ao desenvolvimento tecnológico por conta da tecnosfera<sup>3</sup> da agricultura, na região Nordeste, as tradições culturais, segundo o autor, foram as responsáveis pelo entroncamento da inovação; na Amazônia, são as pesquisas espaciais que oferecem mais desenvolvimento, pesquisas ligadas ao satélite e à natureza. Sobre a região Sul e Sudeste, Santos e Silveira (2002) afirmam que os processos foram mais intensos, o que afirma a diferenciação na disponibilidade de recursos para as diversas regiões brasileiras.

Nas regiões Sudeste e Sul, a urbanização, a cientificização da agricultura, a presença de centros de pesquisa e ensino superior, a maior densidade de rodovias, ferrovias e bases materiais das telecomunicações e da teledetecção como que reduzem, na produção, a ação direta sobre a natureza, substituída em larga proporção pela ação do trabalho sobre o trabalho, isto é, do trabalho vivo sobre o trabalho morto. Com maior intensidade que em outras áreas do país, a esfera técnico-científica espalha-se, substituindo os escassos interstícios de um meio natural e as amplas manchas dos sucessivos meios técnicos (SANTOS; SILVEIRA. 2002, p. 103).

É importante frisar que às diferenciações regionais podemos agregar também o que Santos e Silveira (2002) chamam de “Guerra dos lugares” (p. 112). Essa “Guerra dos lugares” ou também “Guerra fiscal”, se referem aos momentos tortuosos antes da instalação de um empreendimento industrial em um determinado lugar, de forma que, segundo o autor, a indústria automobilística é maior responsável por todo cenário conflituoso dos lugares.

---

<sup>3</sup> Refere-se ao mundo dos objetos. Pautado na tecnologia e na ciência. SANTOS, Milton (2002). A Natureza do Espaço.

Segundo o autor, as maiores partes das indústrias automobilísticas apresentavam-se em determinado território através das benesses que ele oferecia, e normalmente esses territórios localizavam-se nas regiões metropolitanas. A mesma situação aconteceu com Goiana, no entanto, em Pernambuco, ocorreu uma descentralização industrial, visto que a Região Metropolitana do Recife está deveras adensada. Com o fomento também por programas nacionais que visam diminuir as diferenciações regionais (como o PRODEPE), no caso específico da *Fiat Chrysler* (FCA), ela foi direcionada para a Zona da Mata Norte do estado.

A descentralização industrial ajuda na “colonização” de novos territórios. No processo de escolha do lugar, muitos fatores são levados em consideração, pois todo o espaço deve colaborar a manutenção de um bom desenvolvimento da indústria. Santos (2002) atenta para o discurso generalizado das indústrias automobilísticas em relação à geração de novos empregos. Segundo ele,

Nada se fala sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infraestruturas, os royalties e o aumento da dívida externa, a importação de peças e de vínculos completos. E o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção, ou melhor, dessa possibilidade de produção, pois em muitos casos não há ainda a implantação das indústrias. Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra (SANTOS; SILVEIRA, 2002, P. 112)

Antes mesmo da instalação de indústrias, as cidades reorganizam seus territórios para se tornarem atrativos para o mercado. A reorganização quase nunca gira em busca de uma melhoria para a comunidade local; isso porque a reorganização territorial é direcionada para uma determinada atividade. A reorganização territorial no município de Goiana se deu também por meio do Governo do Estado; este doou o terreno e a terraplanagem para a instalação da fábrica de automóveis.

Por outro lado, Santos e Silveira (2002) chamam a atenção para o fato que as cidades entram na “guerra fiscal”. Um verdadeiro leilão das benesses, um verdadeiro “quem dá mais” para a instalação industrial; dentre as benesses, pode-se citar a isenção de taxas municipais, créditos para capital de giro, rodovias de acesso, subestação própria de energia, entre outros. Com esses elementos, está montado o cenário dos melhores dados políticos e técnicos.

O custo para a população costuma ser alto. Para Santos e Silveira (2002), à sociedade é estabelecido um nível de alienação, como resultado da reorganização do territorial apenas para investimentos externos, a sociedade passa a ser um campo exploratório de força de trabalho, e qualquer semelhança entre esses espaços e antigas vilas fabris não são mera coincidência. No entanto, há um momento em que o próprio lugar se esgota, as forças produtivas ali já não suficientes e o lugar deve ser reorganizado novamente para atração de novo capital. Portanto, o lugar deve oferecer a todo momento atrativos para a permanência das atividades ali instaladas, evitando ao máximo o deslocamento de investimentos.

Em relação aos atrativos fiscais, Goiana está em um empasse com a fábrica da *Fiat Chrysler (FCA)*, pois, segundo a Fábrica, foi realizado um acordo em que ela estaria isenta do pagamento do Imposto Territorial Predial Urbano (IPTU). Hoje a prefeitura do município pleiteia na justiça o pagamento dos mais de 30 milhões de reais atrasados do pagamento do imposto.

O modo capitalista de produção desencadeia tantas diferenciações em um mesmo território, que Santos e Silveira (2002), ao dissertarem sobre as condições territoriais da produção capitalista no Brasil, que os autores classificaram “os quatro Brasis”. “Os quatro Brasis” se trata de uma proposta de divisão regional com base na diferenciação técnica-científica-informacional no território brasileiro.

A proposta dos autores (Santos e Silveira, 2002) insere as regiões nas seguintes categorias: Região concentrada (esta, por sua vez, formada pelos estados do Sul e Sudeste), Brasil do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste. A região concentrada, como o próprio nome sugere, é conhecida por agrupar as regiões onde os dados do meio técnico-científico e informacional foram mais consolidados (Sul e Sudeste); esta também é marcada por um traço forte de urbanização e onde se apresentam as maiores taxas de consumo do país. Na região concentrada, apesar de não apresentarem a maior extensão territorial, encontra-se o maior número populacional<sup>4</sup> e número de postos de trabalho.

O livro, escrito em 2002, atenta para o fato que “São Paulo continua sendo, nesse novo período, o pólo nacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 269), isso porque desde o primeiro

---

<sup>4</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as regiões Sul e Sudeste, somaram em 2015 um total de 94.737.528 habitantes.

ciclo de industrialização brasileira, na década de 50, São Paulo continua sendo a cidade concentradora de atividades.

A região Centro-Oeste se trata de uma “ocupação periférica” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 271). Em um resgate histórico, Santos e Silveira (2002) afirmam que a região, apesar de ser um de hoje ser um dos cenários promissores na agricultura para o meio técnico-científico-informacional, apresentava um território nativo, com uma herança de vida precária. No entanto, se trata hoje de um lugar com uma modernização do campo que possibilitou o saneamento das necessidades agrícolas a curto prazo.

O Brasil do Nordeste, que inclui todos os estados da região Nordeste, de acordo com Santos e Silveira (2002, p. 271), apesar de se tratar de uma região extensa e povoamento antigo em comparação às outras regiões brasileiras, é talvez a região que apresente a menor densidade técnico-científico-informacional do Brasil, se relativizado com a Região concentrada, por exemplo. A circulação de pessoas, mercadorias produto e informações foram precárias durante muito tempo, o que inviabilizou um aproveitamento mais intensivo de recursos técnicos; uma prova disso era o modelo de agricultura em que as máquinas de colheita eram escassas e a maior parte do trabalho envolvido no campo era feito de maneira manual.

Ao contrário da Região concentrada, o Brasil do Nordeste, ou apenas Nordeste, apresenta um traço baixo de urbanização, no entanto, há a presença de variados núcleos urbanos pouco desenvolvidos. Apesar do ambiente desfavorável à instalação de técnicas, algumas parcelas da região Nordeste foram sendo aos poucos favorecidas pela globalização da mecanização do trabalho, um exemplo disso é o Vale do São Francisco. É importante atentar para o fato que essa nova estrutura econômica podem ser causadoras de “fratura na história social” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 272), pois essas medidas de instalação do meio técnico-científico-informacional são responsáveis por grande transformação na condição territorial do antigo lugar.

A região da Amazônia, composta pelos estados da atual região Norte, apresenta um cenário completamente singular, e em nada se pode comparar às outras regiões brasileiras, apresenta a maior extensão territorial do Brasil e a menor densidade demográfica do Brasil. A

base agrícola dessa região era bastante concentrada, devido também aos escassos núcleos urbanos, no entanto, a técnica e o capital ainda eram limitados (SANTOS; SILVEIRA 2002, p. 272). A ampliação da mecanização na agricultura foi bastante tardia, isso se deu, pois a região precisava inicialmente estar ligada ao resto do Brasil, de forma que o capital investido foi para a construção e melhorias em rodovias. A incorporação de técnicas na infraestrutura permitiu que a região se incorporasse ao Brasil, o que reverberou no alcance das técnicas naquela região.

O modo de produção concede aberturas suficientes para que a distribuição das técnicas não seja igualmente repartida sequer em um mesmo lugar. A análise desse discurso se evidencia quando Flávio Villaça (1986), quando disserta sobre a produção social do longe. As diferenciações territoriais advindas pelo direcionamento das técnicas não causam impactos apenas no meio técnico-científico-informacional das grandes empresas e indústrias. Sobretudo, é o no espaço social em que se reverberam as condições mais severas do modo capitalista de produção.

A disputa que se trava em torno da produção do “longe” e “perto” é mais vital do que aquela que se trava em torno do acesso à rede de água, de esgoto ou de iluminação pública. Esses melhoramentos podem ser (e tendem a ser, embora muito a longo prazo) implantados por toda a cidade. Nos países ricos, por exemplo, eles existem em todos os locais das cidades e mesmo do campo. Ao contrário, o tempo dispendido em transporte, nunca poderá ser equitativamente repartido por entre todos os habitantes de uma cidade. A classe dominante então, luta para produzir o “perto” para si e o “longe” para os outros (VILLAÇA, 1986, p. 87).

Villaça (1986) chama atenção para o fato que a produção do longe não precisa necessariamente da diferenciação entre um estado brasileiro da região Sudeste e um estado da região do Nordeste. Pelo contrário, o autor afirma que a produção do longe pode ocorrer até mesmo dentro de uma mesma cidade. E não se trata necessariamente da distância de infraestruturas básicas como o saneamento. A questão, para o autor, é ainda mais profunda, pois envolve o tempo de deslocamento do morador da periferia para o seu trabalho que nunca será de igual qualidade ao do morador do centro para seu trabalho, afinal, essa é a gênese do estudo do espaço interurbano do Brasil (Villaça, 2001).

A produção capitalista do espaço, portanto, também causa diferenciações na urbanização. Santos e Silveira (2002), baseados na divisão regional dos “quatro Brasis”, dissertaram sobre as “diferenciações regionais da urbanização” (p. 273). É importante

salientar para o fato que essas diferenciações acontecem não apenas como resultado da produção capitalista do espaço, mas também pela diferenciação na divisão territorial do trabalho, que é experimentada variavelmente em todo território brasileiro.

O Centro-Oeste, segundo os autores, se apresenta “receptivo aos fenômenos de urbanização” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 274), pois o território dessa região, além de vasto, apresenta o que os autores chamam de “virgem”, que propiciou uma maior apropriação sem que obstáculos de momentos passados de alguma forma embargassem o progresso. Dessa forma, os estados do Centro-Oeste puderam se adequar melhor às necessidades e receber uma nova infraestrutura que sustentasse a economia já presente. Portanto, a urbanização no Centro-Oeste foi uma das mais bem-sucedidas do Brasil, e hoje apresenta uma das maiores taxas de urbanização.

A Amazônia Legal, que ocupa cerca de 49%<sup>5</sup> do território brasileiro, aumentou gradativamente de núcleos urbanos em 40 anos. Apesar de concentrar a maior parte do território nacional, a Amazônia Legal continua sendo a região com menor densidade populacional e com taxas de urbanização relativamente inferiores se comparadas às outras regiões do Brasil.

O Sul e o Sudeste, a região concentrada, apresentam processos de urbanização bastante distintos. Segundo Santos e Silveira (2002), o Sudeste foi a região que primeiro integrou o processo de mecanização para os interesses diretos do capital, ou seja, não só no passado, como também no presente, a região Sudeste é a que encabeça os processos do meio técnico-científico-informacional. As taxas de urbanização são bastante elevadas assim como as de crescimento. O Sul, por sua vez, obteve um rápido desenvolvimento urbano, como resultado da incorporação tardia da mecanização do trabalho; mais uma vez a divisão territorial do trabalho desempenha um papel fundamentalmente importante nessa região.

Na região Nordeste, que segundo os autores apresenta desde cedo “uma estrutura fundiária hostil a uma melhor distribuição de renda” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 275), o processo de urbanização aconteceu de uma maneira deveras particular. O ambiente fundiário, acima de tudo truncado e com pouca flexibilidade, foi bastante resistente à inovação, o que

---

<sup>5</sup> <In <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>> Acesso set 2016

levou a região a atrasar no processo de desenvolvimento. Essa falta de flexibilidade do aparelho fundiário desacelerou o processo de urbanização em diversos momentos, pois era afixado em uma estrutura social arcaica que reverberava na concentração de renda. O dinamismo do meio técnico na região Nordeste é menos evidenciado se comparado a outras regiões brasileiras, cenário que vem mudando nos últimos anos. O Nordeste tem provado que tem grande potencial para a exploração econômica, prova disso é a abertura da região para corporações internacionais. Os programas de desenvolvimento regional têm proporcionado cada vez mais a interiorização do desenvolvimento.

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Devemos levá-los em conta para empreender uma análise do fenômeno que seja válida. Entre esses conflitos, alguns são mais relevantes. O primeiro é a disputa entre o Estado e o Mercado. Mas não nos podemos referir a essas duas entidades como se fossem um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. E as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem (SANTOS, 2006, p. 88).

A exposição das diferenciações regionais como resultado do modo capitalista de produção aponta para a divisão territorial do trabalho; esta, por sua vez, não acontece de maneira uniforme em todo Brasil. A produção capitalista do espaço está intimamente ligada ao trabalho, portanto, é importante dissertar a respeito das divisões territorial, social e internacional do trabalho, por considerar que ele é a égide da produção capitalista.

Sobre a Divisão Territorial do Trabalho, vale salientar que é possível medi-la através de índices como do Produto Interno Bruto (PIB) e do Trabalho (contratações e demissões); sendo as divisões entendidas como o termômetro do modo de produção capitalista em cada lugar específico do globo, é provável que esses índices também sofram variação de um local para o outro; esse fato dá-se também devido ao desenvolvimento geográfico desigual. Segue abaixo algumas tabelas que tratam a respeito da evolução desses índices após a entrada, em especial, da *Fiat Chrysler* (FCA), *Hemobrás* e *VIVIX* no município de Goiana. As três indústrias, hoje, representam o novo distrito industrial do município.

Sobre o PIB de Goiana, observe a tabela abaixo:

**Tabela 1 – PIB Goiana**

<b>ANO</b>	<b>Primário %</b>	<b>Secundário %</b>	<b>Terciário %</b>
1999	8	36,5	55,5
2000	9,29	35,59	55,1
2001	8,6	36,74	54,61
2002	10,27	34,35	55,36
2003	12,13	32,19	55,67
2004	10,78	33,22	56
2005	20,61	29,77	59,61
2006	13,33	29,42	57,24
2007	11,04	30,45	58,49
2008	10,14	31,52	58,33
2009	10,49	28,67	60,83
2010	8,71	31,32	59,95
2011	6,86	33,39	59,73
2012	5,13	35,01	59,85
2013	12,83	47,69	39,47
2014	10,07	51,84	38,08

Fonte: IBGE, 2015. Elaboração própria.

Segundo os censos do IBGE, Goiana teve boa parte de sua economia vinculada ao setor dos serviços até os anos de 2012, que, por conseguinte, está vinculado principalmente às demandas ligadas ao comércio. Em 2013, temos, segundo a tabela, um salto do setor

secundário (este vinculado às indústrias) como maior participante da produção econômica do município, alterando assim a divisão territorial do trabalho do município, e por consequência, modificando também a divisão social do trabalho.

Vale salientar que entre os anos de 2005-2010, podemos observar uma leve queda no setor de Indústrias, que só voltará a crescer em 2012. O setor de serviços, por outro lado, sempre se manteve em alta e é um dos setores mais promissores da economia no município. Estão ligados a esse setor, por exemplo, estabelecimentos comerciais, restaurantes, salões de beleza etc. É lógico também que com os investimentos ligados ao setor da indústria, o setor dos serviços se beneficiará de certa forma, fornecendo alimentos e outros subsídios para o setor em ascensão.

Observa-se também que com o aumento do PIB ligado setor industrial, tem-se também uma queda no setor primário, mais precisamente no ano de 2012, ano em que iniciaram as obras da fábrica da *Fiat Chrysler* (FCA). Ao aumento do PIB ligado à instalação das novas indústrias está ligada a expansão do valor. O aumento crescente do setor industrial mostra que a *Fiat Chrysler* (FCA) trouxe uma nova dinâmica territorial para o município.

Observe abaixo a tabela do valor líquido do PIB de Goiana entre os anos de 2010-2014.

**Tabela 2 – Valor líquido total do PIB (R\$) 2010-2014**

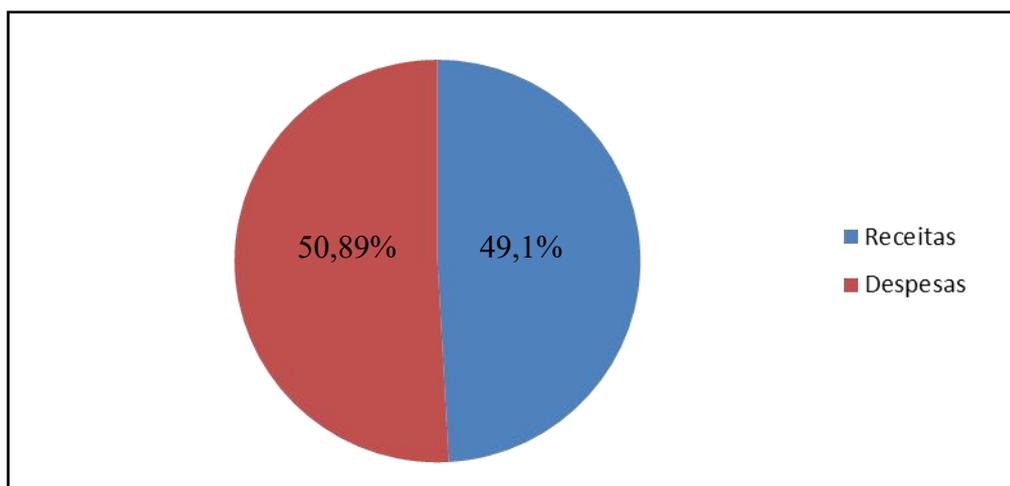
Ano	Valor
2010	669.140 mil
2011	705.720 mil
2012	772.587 mil
2013	1.054.759 milhão
2014	1.403.653 milhão

Fonte: IBGE, 2015. Elaboração própria

O aumento significativo do valor do PIB também é notável. No entanto, segundo dados do IBGE (receitas orçamentárias realizadas em 2014), a razão entre a receita e a

despesa do município é negativa. Conforme o gráfico abaixo, é possível observar que há maior gasto com despesas a receitas, faz parte dos municípios que compõe o maior PIB do estado. Destaca-se no município atividades do setor secundário. No entanto, é no setor de serviços que a economia se desenvolve mais, como já foi relatado, embora, nos últimos anos (2013-2014), tenha havido um aumento do setor secundário em detrimento de uma queda no PIB no setor terciário, como nos mostra a tabela 1.

**Gráfico 1 – Receitas e despesas**



Fonte: IBGE, 2014. Elaboração própria

Sobre os empregos do município, observe a tabela 3 abaixo.

**Tabela 3 – Admissões e desligamentos por área**

Ano	Setor	Admissões	Desligamentos	Saldo
2010	Agropecuária	762	376	386
	Indústria de transformação	723	305	418
	Comércio e serviços	804	608	196
2012	Agropecuária	325	280	45
	Indústria de transformação	3.280	758	2.522
	Comércio e serviços	1.355	1.005	350

2014	Agropecuária	134	126	8
	Indústria de transformação	3.858	853	3.005
	Comércio e serviços	1.609	1.182	427
2016	Agropecuária	102	61	41
	Indústria de transformação	8.306	7.325	981
	Comércio e serviços	2.165	2.905	-740

Fonte: CAGED, 2017. Elaboração própria.

Nesta tabela é possível visualizar a distribuição de empregos por setor. Ao longo dos anos, nota-se uma queda significativa no número de admissões do setor correspondente à agropecuária, de maneira que entre os anos de 2010-2012, houve a maior queda, como é possível observar na tabela 3; em contrapartida, o número de admissões no setor correspondente à indústria, aumentou significativamente no mesmo período. O setor de comércio e serviços também tem aumento contínuo do número de admissões entre os anos de 2010-2014.

Essa tabela também nos fornece um diagnóstico importante sobre a divisão do trabalho dentro do próprio município; visto que o setor que mais emprega atualmente é o setor industrial. Em 2010, o setor de agropecuária admitiu mais trabalhadores que o setor industrial; já no ano de 2012, o setor de agropecuária admitiu apenas 325 trabalhadores, enquanto o setor industrial admitiu 3.280 trabalhadores no município de Goiana. Isso significa que a Divisão Territorial do trabalho no município sofreu significativas alterações, deixando de empregar prioritariamente trabalhadores no setor de agropecuária e passando a empregar mais no setor industrial, devido à ressignificação do território pelo surgimento dos novos eventos industriais.

## 2.7 Divisão Social do Trabalho

A estruturação espacial brasileira foi intensamente modificada nos anos de 1950, tanto pelos fixos do território, quanto pelos fluxos resultantes dessa abertura do mercado internacional. É preciso pensar que além de uma mudança específica territorial, a DTT reconfigura também a sociedade que está presente nesses territórios. A essas transformações sociais, chamaremos de divisão social do trabalho (DST), que, por sua vez, será um resultado da DTT de um determinado espaço.

Para explicar sobre a DST, Santos (2006), grosso modo, afirma que a DTT e a DST são indissociáveis. A análise de uma é totalmente dependente da outra, de modo que a DST é “considerada como a repartição do trabalho vivo” (SANTOS, 2006, p. 91). No entanto, segundo o autor, além da indissociação com o trabalho vivo, o trabalho morto também se faz deveras presente na repartição desse caráter. O trabalho morto, nesse caso, representa as formas já preexistentes, tanto as marcas deixadas pelo homem anteriormente, como as formas naturais (natureza).

Segundo Santos (2006):

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas (SANTOS, 2006, p. 91).

A essas “condições” pré-existentes, Santos (2006) dá o nome de rugosidades. Essas rugosidades são extremamente importantes para o conhecimento espacial e social. A lógica defendida pelo autor é que nada acontece (em termos de divisão do trabalho) isoladamente ou a esmo. Santos (2006) afirma a todo o momento que essa herança de trabalho vivo e morto definirão as próximas divisões territoriais e sociais do trabalho, de maneira que elas sejam complementares (quanto ao exercício de análise) e indissociáveis analiticamente, pois, considerando que a análise da DST consiste na expiação do trabalho vivo sobre o trabalho morto, a DTT é a prima (no sentido de primeira) impulsionadora desse processo.

Na DST, podemos destacar os dados de renda e educação. Observe a tabela abaixo.

**Tabela 4– Renda nominal por domicílio**

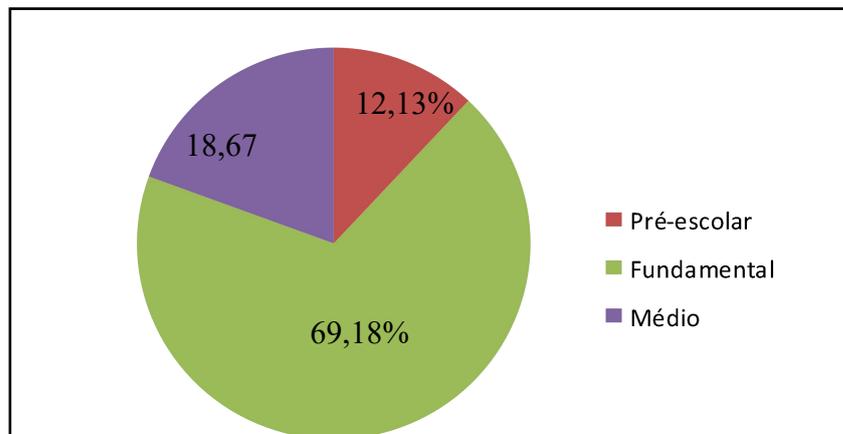
<b>Salário mínimo</b>	<b>Número de domicílios</b>	<b>%</b>
Até 1/2 salário mínimo	1959	9,12
> de 1/2 a 1 salário mínimo	5672	26,41
> de 1 a 2 salários mínimos	6152	28,64
> de 2 a 5 salários mínimos	4852	22,58
> de 5 a 10 salários mínimos	1141	5,32
> de 10 a 20 salários mínimos	253	1,18
> de 20 salários mínimos	72	0,33
Sem rendimento	1379	6,41
Total	21480	100

Fonte: IBGE, Censo de 2010. Elaboração própria.

De acordo com a tabela, é possível observar que boa parte dos domicílios possui uma renda maior que um a dois salários mínimos. No entanto, o número de domicílios que possui renda igual a meio salário ou um salário mínimo é considerável. Considerando que esses números foram coletados em 2010 (o salário mínimo em 2010 era de R\$510,00), 5672 domicílios tinham renda entre R\$510,00 e R\$1020,00.

Algo interessante a se observar é que apenas 72 domicílios de 21.480 possuem renda igual ou superior a 20 salários mínimos. É possível identificar, de acordo com a tabela, a concentração de renda do município. Enquanto 0,33% dos domicílios possuem renda superior a 20 salários mínimos, 6,41% não possuem renda; classificação do IBGE, no entanto, computa renda dos moradores com carteira de trabalho assinada, portanto, 6,41% dos domicílios em Goiana não possuem morador inserido no mercado formal ou de fato não possui trabalho (formal ou informal).

Observe agora os dados sobre a educação no município.

**Gráfico 2 – Matrículas por nível escolar (%)**

Fonte: IBGE, Censo de 2010. Elaboração própria

Analisando o gráfico, pode-se observar que o maior número de matrículas acontece no ensino fundamental, que é também o que tem mais escolas destinadas. No entanto, em relação ao primeiro contato escolar (pré-escola), é possível observar que essa modalidade tem a maior defasagem de matrículas (apenas 12,13%), seguida do ensino médio, que além de ter poucas matrículas, apenas 18,67% (ou seja, é sinal que os alunos do ensino fundamental abandonam a escola ou vão estudar em outro município); é também o que apresenta o menor número de escolas destinadas (das 52 escolas públicas do município, apenas cinco oferecem matrículas para alunos do ensino médio)<sup>6</sup>.

Em Goiana, há apenas uma instituição de ensino superior, a Faculdade de Ciência e tecnologia de Goiana. Com o aumento de investimento nos polos produtivos, acredita-se que a demanda pelo ensino superior aumente, fazendo assim com o que município incentive mais o ensino superior, um Sesi e um SENAI (este último em etapa de finalização).

Podemos dizer que as rugosidades (conexão entre o material do presente e do passado) mantidas em Goiana, partindo de uma análise social, se trata de uma sociedade canavieira, uma herança colonial ou patriarcal. Isso é nítido visto a concentração de renda do município, de maneira que, em 2010, apenas 0,33% dos municípios tinham renda nominal igual ou superior a 72 salários mínimos. Em relação à educação, vale salientar o baixo número de

<sup>6</sup> Escolas públicas e particulares em Goiana < <http://www.escolas.inf.br/pe/goiana/27>>. Acesso maio 2017.

matrículas de ensino médio no município, que pode significar evasão escolar ou até mesmo a opção de estudar em outro município, visto a falta de opção; sendo assim, essas marcas deixadas são perpetuadas ao longo dos anos.

Até os anos de 2010, o número de trabalhadores na agropecuária era maior, visto que o mesmo não exige cursos de automação (por exemplo) como exige o setor industrial. Logo o nível escolar de uma sociedade vai interferir na dinâmica e desenvolvimento do trabalho vivo de um determinado local.

O modo capitalista de produção é o modo atualmente empregado em todo o mundo. As divisões do trabalho, o processo de produção, o Estado, o espaço e o tempo são os principais norteadores desse modo de produção, além de claro o próprio trabalho. É importante sempre atentar para o fato que a produção capitalista é desigual em todo o mundo, pois assim o sistema o é.

### 3 PERNAMBUCO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em uma tentativa de o Estado diminuir as diferenciações regionais das divisões territoriais e sociais do trabalho, desenvolveu uma série de programas de incentivo ao desenvolvimento regional. Assim, serão abordados neste capítulo os programas públicos direcionados ao desenvolvimento regional do estado de Pernambuco, cujo aperfeiçoamento tem direcionado Pernambuco a ser um dos mais importantes polos industriais do Brasil. As políticas públicas como facilitadoras do processo de expansão econômica do estado no que diz respeito a políticas industriais, tem repercutido também numa escala local, em municípios, através das Agências de Desenvolvimento do estado; essas que desempenham um papel fundamental da consolidação das indústrias nos municípios.

#### 3.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Diante do cenário globalizado em que vivemos, os grandes investidores tornaram-se cada vez mais autônomos no processo de expansão do capital, de maneira que os países em desenvolvimento, como o Brasil, são mais perversamente incluídos ou excluídos da dinâmica global de fluxo de capital. É comum nesses países observarmos a ascensão econômica de uma determinada região em detrimento da estagnação ou diminuição da atividade econômica em outra. Essas diferenciações de investimentos são causadores das diferenciações regionais.

Com um território nacional imenso, cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, o Brasil conta com uma grande diferenciação cultural e social; essa diferenciação regional também pode ser visualizada no padrão econômico das regiões brasileiras. Como visto no capítulo anterior, através de Santos e Silveira (2002), pode-se constatar que a produção capitalista do espaço não propicia padrões iguais de desenvolvimento, sendo como resultado disso, partindo por uma análise local, as diferenciações regionais.

Numa tentativa de minimizar essas diferenciações, geradas através de um desenvolvimento geográfico desigual (Divisão Territorial do Trabalho) inerente ao modo capitalista de produção, cria-se no Brasil a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que foca no desenvolvimento realizado de maneira endógena, ou seja, ativando as

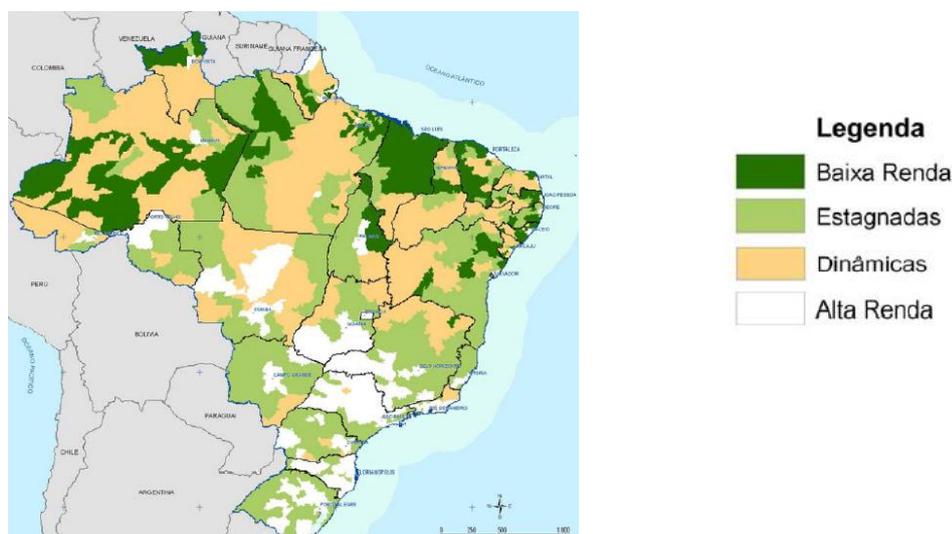
potencialidades de cada região para se desenvolverem em seu próprio território; sendo assim, a política acredita que a solução dos problemas de diferenciações econômicas regionais está dentro de cada região e que cada uma tem sua potencialidade de desenvolvimento baseado na estrutura econômica pré-existente, numa tentativa de combater as desigualdades regionais e garantir a integração do território brasileiro.

Instituída pelo decreto nº6.047, em fevereiro de 2007, durante o governo do então presidente Luiz Inácio da Silva, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) já vinha sendo discutida desde 2003, como política de desenvolvimento. Em linhas gerais, a PNDR faz parte de uma política de integração regional (com abrangência nacional), através da diminuição de desigualdades entre as regiões do Brasil, além de proporcionar parâmetros e ações de desenvolvimento em programas de promoção regionais.

A PNDR, em seu decreto, que dispõe de quatro capítulos, sendo eles os capítulos que tratam das disposições gerais, dos instrumentos financeiros e fiscais, da distribuição das competências quanto à PNDR e avaliação e monitoramento da PNDR. O capítulo I (disposições gerais), além de definir a PNDR, trata dos limites regionais de investimento, através da definição de estratégias de desenvolvimento, sendo assim, neste primeiro capítulo, são definidas as macrorregiões prioritárias de investimentos, que são as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as sub-regiões, entendidas pelo PNDR também como microrregiões, sendo elas: microrregiões de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda (figura 1); sendo ainda duas áreas prioritárias: semiárido e faixa de fronteira.

São definidas também nesse primeiro capítulo as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES). Observe na figura 1 a maneira como estão distribuídas as tipologias sub-regionais. A microrregião baixa renda trata-se de áreas com baixo dinamismo econômico e baixo rendimento familiar, que segundo a figura 1, concentra-se nas regiões Nordeste e Norte do Brasil. A microrregião estagnada, assim pois apresenta um baixo dinamismo econômico, mas apresenta um rendimento familiar médio, pode ser observada em todo território nacional, no entanto, apresenta maior concentração na região Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A microrregião dinâmica se trata de regiões com um bom desenvolvimento industrial e uma dinâmica econômica significativa se concentra no Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. A microrregião de alta renda concentra-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

**Figura 1 - Tipologias sub-regionais**



Fonte: Ministério de Integração Nacional<sup>7</sup>.

Observe na figura 1 a maneira como estão distribuídas as tipologias sub-regionais. A microrregião baixa renda trata-se de áreas com baixo dinamismo econômico e baixo rendimento familiar, que segundo a figura 1, concentra-se nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.

No capítulo II do decreto, fica definido de onde virá o investimento, sendo o orçamento geral da união como prioritário, os fundos constitucionais de desenvolvimento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, podendo ser criados ainda mais fundos para investimentos. Como instrumentos fiscais, podem ser adotados também benefícios e incentivos fiscais.

O capítulo III define de que maneira o Ministério de Integração Nacional irá coordenar a política desde o estabelecimento de diretrizes à orientação dos planos, programas e ações da PNDR. No último capítulo, IV, é estabelecido o instrumento de avaliação da PNDR. O instrumento de avaliação é tão importante quanto a própria política, pois tem o objetivo de monitorar os programas, planos e ações de cada região. A esse instrumento é dado o nome de Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (SNIRD). Por meio de um

<sup>7</sup> In < [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915)> Acesso set 2016.

relatório anual, os programas são avaliados de forma a serem diagnosticados os principais problemas de cada região, assim como a definição de novos parâmetros de ações públicas e privadas, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

A PNDR deve ser entendida e analisada através de dois momentos distintos, que de acordo com o extinto Ministério de Integração Nacional (MI), são respectivamente o período que compreende entre 2003 a 2010, que se trata de uma fase de apreensão da política e de experimentação, e de 2010 a 2015, que corresponde ao que na época, se tratava de uma perspectiva do futuro<sup>8</sup>, que é conhecido como PNDR II, por se tratar da segunda fase da política de desenvolvimento.

Em sua primeira fase de implementação, o MI teve um papel fundamental como norteador das políticas, atuando como promotor e estimulador dos arranjos produtivos locais, em que “o objetivo é a criação de emprego e a desconcentração da renda por meio da inclusão socioprodutiva”<sup>9</sup>. Para que a PNDR obtivesse êxito, foram definidos programas focados na sustentabilidade e diminuição da desigualdade da populacional e regional, são eles: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver), de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso); todos os programas financiados pelo orçamento geral da união.

Cada programa busca promover cada região prioritária de acordo com as necessidades pré-estabelecidas através de um diagnóstico de cada área. O Promeso, por exemplo, tem seu enfoque na eliminação das desigualdades regionais no âmbito social, de maneira a garantir a participação civil no processo de desenvolvimento econômico.

A PDFF, segundo o relatório do MI, ainda é uma área com baixo desenvolvimento que apresenta uma população com difícil acesso a bens; no entanto, é uma área de suma importância, pois são áreas de significativa representação estratégica para integração sul-americana, pois dos 12 países da América do Sul, o Brasil faz fronteira com 10. Se voltar à figura 1 e analisar a imagem, é possível observar que as áreas de fronteiras são em sua maioria classificadas como estagnadas. São áreas que sempre estiveram aquém dos

---

<sup>8</sup> O documento do MI que está sendo discutido neste trabalho é datado do ano de 2010.

<sup>9</sup> PNDR-Ministério de Integração. In < [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915) > Acesso set 2016

investimentos do Estado. Dessa forma, a PDFF busca promover as áreas fronteiriças no âmbito econômico, social e física.

O Conviver se trata de um programa direcionado à área do semiárido, que atua como catalisador da vulnerabilidade social, através da promoção econômica e da organização regional. É importante salientar que o Conviver também abrange o norte de Minas Gerais. Um dos focos do Conviver é a implementação de uma infraestrutura hídrica.

A PNDR instituiu ainda mais programas de intervenção regional, sendo eles: Programa de Promoção Econômica e Inserção Econômica de Sub-Regiões (Promover), as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) e o Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres (Produzir). Este último, em uma parceria com a Organização das Nações Unidas, que tem por objetivo combater o desemprego e o subemprego através da promoção profissional dos atores produtivos.

Como apontado anteriormente, o financiamento desses programas de promoção regional, dão-se através de dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCs), Fundos de Desenvolvimento Regional (FDs) e os incentivos fiscais. Os FCs, são os principais recursos para a execução dos programas, tendo como operadores o Banco da Amazônia (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA), o Banco do Nordeste (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE) e o Banco do Brasil (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste). Os FDs da Amazônia e do Nordeste foram criados para substituírem o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

Os FCs, por sua vez, atuam como fundos exclusivos para as macrorregiões da Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste; “emprestam recursos aos diversos setores da economia e a tomadores de todos os portes, desde o agricultor familiar e a microempresa até o grande produtor e os grandes projetos estruturantes”.<sup>10</sup> Como a intenção da PNDR é a promoção endógena da região, com a efetiva participação da sua população, os FCs são prioridade aos

---

<sup>10</sup> In Brasil: Dez Anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). In <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU\\_n11\\_brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf)> Acesso set 2016

pequenos produtores e empreendedores locais. Já FDs, são destinados às empresas de grande porte, na forma de sociedade por ações.

Segundo a PNDR, são entendidas como políticas de incentivos fiscais:

i) redução do imposto sobre a renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração; ii) aplicação de parcela do imposto de renda em depósitos para reinvestimento; iii) isenção do IOF nas operações de câmbio para importação de bens; iv) isenção do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante (AFRMM); v) maior incentivo para contratação no exterior de assistência técnica ou científica e de serviços especializados; vi) maior subvenção do valor da remuneração de pesquisadores, titulados como mestres ou doutores; vii) depreciação acelerada incentivada; viii) desconto, no prazo de 12 meses, contados da aquisição dos bens, dos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins. (PNDR-MI, sem data, p. 18)<sup>11</sup>

Os FCs e os FDs possuem então um papel fundamental no desenvolvimento dos programas, sendo possível observar ainda o esforço de trazer para a PNDR as Superintendências Regionais, que foram recriadas através de decreto de lei para a viabilização da administração dos recursos destinados a cada região. Sendo assim, em 2007, houve o retorno da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e o PL n91/2004, que instituiu a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

Houve evoluções graduais de investimentos de empreendedores nessas áreas, sobretudo pelo FNE, que abrange a macrorregião Nordeste. Note ainda o salto no número de operações contratadas se comparadas às operações contratadas antes de 2004 e as após esse ano; justifica esse fato o anúncio da Refinaria Abreu e Lima, em 2005, pelo então presidente Luiz Inácio da Silva em parceria com a companhia de petróleo venezuelana PDVSA. A Refinaria Abreu e Lima é situada em Pernambuco, no entorno do Porto de Suape, no município de Ipojuca. A diminuição do número de operações contratadas nos anos posteriores (2007, 2008 e 2009) pode ter a ver com as especulações quanto à idoneidade dos processos legais quanto à liberação dos recursos em relação às organizações privadas.

---

<sup>11</sup> PNDR-Ministério de Integração. In < [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915)> Acesso set 2016

A figura 2 demonstra de maneira mais sintática a atuação de cada fundo, banco e superintendência.

**Figura 2 - Fundos e competências**

FUNDOS	Ministério da Integração Nacional	Condel - Conselho Deliberativo da Superintendência	Superintendências (Sudam, Sudene, Sudeco)	Banco Federal (BNB, Banco da Amazônia, Banco do Brasil)
<b>FCO, FNE, FNO</b>	Diretrizes, orientações gerais e normas para operacionalização de programas de financiamento; Supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos; Avaliação de desempenho e de impactos.	Diretrizes e prioridades, aprovação dos programas de financiamento e avaliação de resultados.	Secretaria executiva do Condel; Avaliação de impactos.	Analisar propostas e deferir as operações de crédito; Aplicar os recursos; Definir normas e procedimentos próprios da atividade bancária; Acompanhar e cobrar as operações de crédito; Exercer atividades para recuperação de recursos.
<b>FDA, FDNE</b>	Diretrizes, orientações gerais; Proposição e estabelecimento de normas; Supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos; Avaliação de desempenho e de impactos.	Diretrizes e Prioridades, Forma de participação do Fundo nos projetos; Condições de remuneração e risco do agente operador; Condições de contrapartida necessária.	Aprovar cartas-consulta; Analisar projetos ou contratar instituição financeira federal para tal; Aprovar projetos Aprovar liberação de recursos; Aprovar a conversão de debênture em ação.	Analisar projeto (se contratado pela Superintendência); Contratar as operações; Adotar as providências para subscrição das debêntures; Propor a liberação dos recursos; Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos; Cobrar e recuperar os créditos aplicados.

Fonte: Ministério de Integração Nacional<sup>12</sup>

De acordo com o MI<sup>13</sup>, os FCs estabeleceram um papel importante para novas operações nas regiões. Observe a figura 3:

<sup>12</sup> In < <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>> Acesso set 2016

<sup>13</sup> PNDR Em Dois Tempos. In < <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>> Acesso set 2016

**Figura 3 - Número de operações contratadas entre os anos 2000-2009**

<b>Fundo</b>	<b>FCO</b>	<b>FNE</b>	<b>FNO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ano</b>				
2000	11.558	47.621	31.298	90.477
2001	21.901	16.583	10.006	48.490
2002	20.986	25.093	14.125	60.204
2003	26.388	24.899	23.587	74.874
2004	55.925	173.486	38.364	267.775
2005	47.319	531.557	22.605	601.481
2006	51.970	619.404	29.078	700.452
2007	59.613	371.316	39.995	470.924
2008	71.441	329.272	46.259	446.972
2009	64.569	380.421	49.248	494.238

Fonte: Ministério de Integração Nacional <sup>14</sup>

A PNDR II (2010 – em curso) trata-se da segunda fase da PNDR, de maneira que observou-se que apesar dos esforços de diminuição das desigualdades regionais, ainda notou-se no país uma desconcentração industrial limitada e que a desigualdade não se encontrava mais numa escala macrorregional, e sim microrregional, ou seja, desigualdades territoriais. Logo, a PNDR II sai de uma escala apenas macrorregional e foca numa abordagem em diversas escalas.

No entanto, a primeira mudança realizada é que a PNDR deixa de ser uma Política de Governo e passou a ser tratada como uma Política de Estado que previa a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e a proposta de um novo modelo de política que fosse capaz de absorver as novas demandas da atual política<sup>15</sup>. A PNDR II, que começou a ser discutida em 2010, mas que entrou em vigor em 2012, quando foram discutidas suas medidas na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, de maneira que foram redefinidos dois objetivos dessa conferência, sendo eles:

- i) sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais; e ii) criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e de moradia. (RESENDE, et al, 2015, p. 33).<sup>16</sup>

<sup>14</sup> In <: < <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>> Acesso set 2016

<sup>15</sup> PNDR Em Dois Tempos. In < <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>> Acesso set 2016

<sup>16</sup> Brasil: Dez Anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). In < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU\\_n11\\_brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf)> Acesso set 20116

A mudança na nomenclatura da política (de governo para Estado), que pode ser entendida como uma “mensagem força” (ALVES; NETO, 2014, p. 318), mostrou a intenção do governo na perpetuação dela, independente do governante. O outro objetivo principal da PNDR II era também a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR). O FNDR possibilitaria um maior direcionamento de recursos para os programas da PNDR, no entanto, a proposta se perdeu, juntamente com outras propostas, na PEC da reforma tributária, por ser considerada inviável.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional Brasileira, em sua Fase II, na condição de política de coesão econômica e social deve exprimir a solidariedade entre as unidades da federação, as regiões brasileiras em suas múltiplas escalas e o Governo Federal.<sup>17</sup>

Como agora se trata de uma política com um olhar de várias escalas regionais, a PNDR II definiu novos conceitos de elegibilidades das políticas. As regiões prioritárias de investimentos continuaram por ser as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas áreas de abrangência da Sudam, Sudene e Sudeco, respectivamente. A diferença é que na primeira experiência da PNDR, as microrregiões de alta renda estavam fora de alcance da política, no entanto, na PNDR II, as microrregiões de alta renda das macrorregiões Norte e Nordeste passaram a ser incluídas na política, visto que as microrregiões de alta renda dessas macrorregiões, ainda assim, estão longe do que é vivenciado no Sul e Sudeste (RESENDE, et al, 2015)<sup>18</sup>. Partindo desse ponto, foram criadas Regiões Programadas (RPs) e Sub-regiões de Planejamento (SRPs).

---

<sup>17</sup> PNDR Em Dois Tempos. In < <http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>> Acesso set 2016

<sup>18</sup> In Brasil: Dez anos da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU\\_n11\\_brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf)> Acesso set 2016

**Tabela 5 – Regiões Programadas (RPs) e Subregiões de Planejamento (SRPs)**

	<b>Escalas</b>				
	Macrorregional	Intermediária	RIDES	Subregional	Subespaços estratégicos
<b>RPs</b>	Regiões de atuação da Sudene, Sudeco e Sudam.	Semiárido, faixa de fronteira.	Entorno de Brasília, de Teresina e de Petrolina e Juazeiro.	As Mesorregiões Diferenciadas, Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania.	Regiões Programa Especiais (RPEs) do Xingu no entorno de Belo Monte; do Entorno da BR 163; do Marajó (PA); do Alto Paroebepa (MG); e do Corredor Turístico do Meio Norte.
<b>SRPs</b>	Serão definidas no âmbito das Regiões Programa (RPs) macrorregionais e de escala intermediária.				

Fonte: Dados da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Elaborado pela autora

Com a inserção das novas tipologias observadas na tabela 1, segundo o MI, é possível entender melhor a dinâmica espacial de cada região, pois é inserido um olhar para diversas escalas. Para a PNRD II, ou a nova PNRD, também foram propostos eixos de desenvolvimento regional sustentável:

Vetores de desenvolvimento regional sustentável: são relacionados à necessidade de ações transversais nas diversas vertentes da nova PNDR, em consonância com o federalismo cooperativo. Estes vetores serão guiados por seis vertentes de ação: *i*) estrutura produtiva; *ii*) educação; *iii*) ciência, tecnologia e inovação (C,T&I); *iv*) infraestrutura; *v*) rede de cidades; e *vi*) sustentabilidade ambiental (RESENDE et al, 2015, p. 33)

Os fundos de financiamento continuam os mesmos da PNDR I, juntamente com o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor).

Finam e Finor, ambos são originados a partir de recursos da aplicação de impostos de renda de empresas de suas respectivas regiões e atendem apenas a projetos que já foram aprovados. Dessa maneira, o quadro de atuação dos recursos continua basicamente o mesmo.

### *3.1.1 Breve análise da PNDR*

A PNDR trata-se de uma política de cunho de integração regional, com o objetivo de minimização das diferenciações regionais (sociais e econômicas) que, em sua primeira fase (2003-2011), utilizou-se de uma escala macrorregional envolvendo três regiões brasileiras: Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

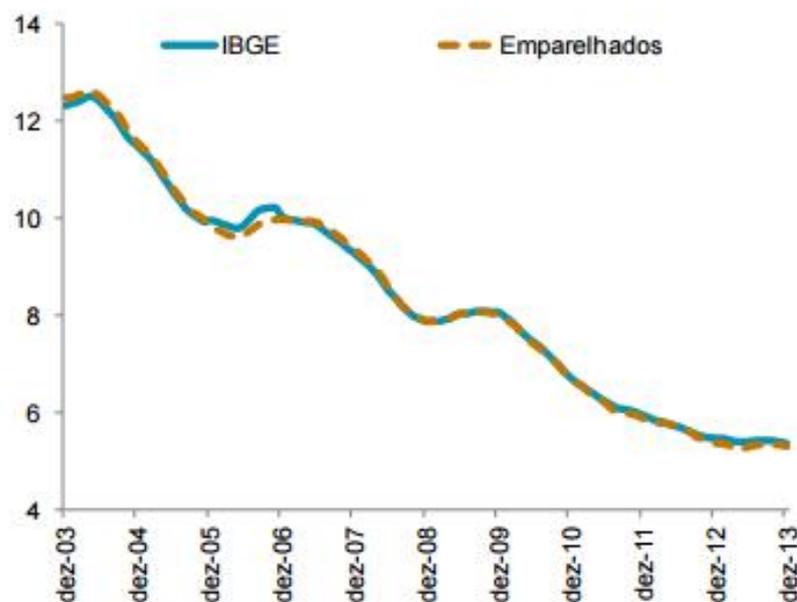
Segundo relatório do BNDES, a PNDR I possibilitou a redução do quadro de pobreza no Brasil que caiu de 17,5% em 2003 para 6,9% em 2012; esse resultado nos mostra que durante esses anos houve uma maior desconcentração de renda, o que foi favorecida pelo crescimento do salário mínimo durante os dois mandatos do governo do Presente Luiz Inácio Lula da Silva. O mesmo relatório aponta que a Região Nordeste foi a mais favorecida dessa política, de maneira que em sete dos novos estados a renda domiciliar per capita cresceu mais de 40%<sup>19</sup>.

Apesar de ter sido uma fase de experimentação, o programa propiciou certo desenvolvimento econômico para essas regiões. Os ganhos sociais, relativos ao acesso a bens e participação de lucros, que também se tratava de uma preocupação da PNDRI, foram de fato expressivos, como se pode observar na figura 4.

---

<sup>19</sup> Instrumentos para financiamento de uma nova política nacional de desenvolvimento regional. In < [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3076/1/Instrumentos%20para%20financiamento\\_12\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3076/1/Instrumentos%20para%20financiamento_12_P_BD.pdf) f> Acesso set 2016

**Figura 4– Taxa de desemprego (%)**



Fonte Evolução do Desemprego no Brasil no Período de 2003 a 2013<sup>20</sup>.

Através desse gráfico, é possível notar a diminuição da percentagem de desemprego entre os primeiros anos da PNDR e também nos anos posteriores da PNDR II. A discussão da PNDR elevou o Brasil a uma discussão de planejamento regional que não vinha acontecendo desde o final dos anos 60. O olhar voltado para os potenciais endógenos de cada macrorregião e suas tipologias permitiu que as políticas fossem efetuadas com mais precisão. A PNDR II concretizou isso com a reformulação das escalas de aplicação da política, reconhecendo as diferenciações espaciais até mesmo entre as microrregiões. Vale salientar a importância da política para o desenvolvimento, sobretudo do Nordeste, com que o Estado sempre teve uma preocupação, devido ser uma região propulsora econômica.

No entanto, alguns empasses de certa forma travam a política. Foram eles o veto na criação do FNDR e da Câmara de Políticas de Integração Nacional de Desenvolvimento

<sup>20</sup> In < <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD349.pdf> > Acesso set 2016

Regional. A falta desses dois recursos impede a financiamento em áreas fora das escalas prioritárias e a regulação da política em uma escala mais reduzida, respectivamente.

É importante salientar que fazem parte de políticas de desenvolvimento regional instrumentos como as Parcerias Público Privadas e as isenções fiscais. Sobre as isenções fiscais, as mesmas só são benéficas na medida em que geram resultados positivos, do ponto de vista financeiro; nesse caso, os mesmos podem servir como fator atrativo de investimentos.

Na PNDR II, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) exerceu um papel fundamental, principalmente para a região Nordeste. Sua participação no financiamento de desenvolvimento regional, apesar de ser maior nos estados das regiões Sudeste e Sul, vem marcando presença nos investimentos do Nordeste, de maneira que, em 2012, a região correspondeu a 13,5% dos recursos oferecidos pelo Banco<sup>21</sup>.

Pode, portanto, o BNDES vir a ser o maior alavancador do desenvolvimento e dos investimentos em infraestrutura das regiões mais carentes, se absorver, de forma definitiva e engajada, a PNDR como pano de fundo para definição de todas as suas ações, incluindo o planejamento e estabelecimento das políticas setoriais, fundamentais para o crescimento mais igualitário do Brasil (BNDES, p. 32, s.d).

Desse modo, a PNDR passou a ser uma política de desenvolvimento regional propulsora (especialmente) das regiões em que menos havia desenvolvimento econômico. Sendo assim, a Região Nordeste, grosso modo, conseguiu ser favorecida por tal política, visto que houve de fato maior desconcentração de renda e aumento do PIB nos estados referentes a essa Região. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito. É papel dos estados e municípios direcionar investimentos para áreas prioritárias deles, visando assim à mitigação de um desenvolvimento geográfico desigual dentro do seu território. A PNDR serviu como elemento propulsor das políticas regionais no Nordeste, uma prova disso foi a recriação da SUDENE, que funciona como instrumento de regulação dos fundos de investimentos para a Região.

A complexidade da política não deve ser entendida como um empasse para a efetivação dela. Sendo assim, a adoção de políticas regionais requer um trabalho árduo da Federação, dos estados e dos municípios. A articulação entre esses três organismos é de fundamental importância para a efetivação da PNDR.

---

<sup>21</sup>Instrumentos para financiamento de uma nova política nacional de desenvolvimento regional. In <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3076/1/Instrumentos%20para%20financiamento\\_12\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3076/1/Instrumentos%20para%20financiamento_12_P_BD.pdf)> Acesso set 2016

### 3.1.2 Plano de Aceleração do Crescimento

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) também se enquadra em uma política de desenvolvimento, no entanto, sem priorizar o caráter regional, como é o caso da PNDR. O PAC se trata de um plano destinado à execução de grandes obras de infraestrutura no geral, seja ela social, urbana e/ou energética.

O PAC, decretado em 2007, através do número 6.025 de 22 de janeiro, é “constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal”<sup>22</sup>.

Nesse caso, fica claro que, diferente do PNDR, o PAC não se trata de uma política com investimentos federais e nem requer fundos de investimentos específicos para sua execução, pois ele refere-se à incitação de investimentos privados, sendo os reguladores do PAC os ministérios do planejamento, orçamento e gestão, da fazenda e a secretaria do tesouro nacional e secretaria de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda.

E como são viabilizadas as obras do PAC, já que este não possui um fundo de investimento específico? Segundo o site [administradores.com](http://administradores.com), a maior parte das obras do PAC (cerca de 60%) são viabilizadas através das Parcerias Público-Privadas (PPPs)<sup>23</sup>.

As concessões assumem o papel importante de contribuir para melhorar os serviços que já temos, como aeroportos e algumas rodovias. A parceria entre o público e o privado traz, portanto, um resultado extremamente positivo não apenas na realização do investimento, mas na garantia da qualidade do serviço, e possibilita acertar grandes saltos, sem os quais a infraestrutura como um todo não acompanhará o potencial de crescimento da nossa economia. Além dos benefícios na área de infraestrutura, a PPP pode resultar em avanços também na prestação dos serviços públicos. (FGV Cadernos; 2014, p. 43)<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Artigo 1º do decreto nº 6.025, de 22 de jan de 2007.

<sup>23</sup> Mobilidade urbana e parcerias público privadas: modelo que está dando certo. In <<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/cotidiano/mobilidade-urbana-e-as-parcerias-publico-privadas-modelo-que-esta-dando-certo/84937/>> Acesso set 2016

<sup>24</sup> Biblioteca digital FGV In <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11647/PARCERIAS%20PUBLICO%20PRIVADAS%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>> Acesso set 2016

As PPPs tiveram sua origem no Reino Unido, durante o governo liberal de Margaret Thatcher, nos anos 80. Com o nome em inglês *Project Finance Initiative* (PFI), as PPPs, no Brasil, podem ser patrocinadas ou administrativas onde o poder público e a iniciativa privada assumem riscos das operações, sendo que boa parte das garantias são destinadas à iniciativa privada, de maneira que só há ganho para o setor público se o privado assumir desde o financiamento à operação do serviço (JARDIM; SILVA, 2016).

Dessa forma, são viabilizados os projetos do PAC, que em geral, as PPPs são destinadas aos projetos de infraestrutura com longa duração, cerca de 20, 30 anos (como é o caso da PPP do saneamento, na Região Metropolitana de Recife, que tem uma duração de 35 anos<sup>25</sup>), pois, quanto maior o tempo de duração, maior será a estabilidade econômica para a implementação do projeto, que também acumulará receita para o pagamento da própria parceria.

Portanto, as metas propostas pelo PAC envolvem uma expansão significativa de taxa de investimento, cujo investimento tem sido feito em grande parte pelo setor produtivo privado (empresas, fundos de investimento do mercado financeiro, fundos de pensão, empreiteiras) em parceria com o setor público (JARDIM; SILVA, 2015, p. 63)

Sendo assim, podemos dizer que o PAC foi idealizado para a melhoria da infraestrutura do país já fundamentado nas PPPs (que tem decreto do ano de 2004) para a viabilização dos projetos, já que as PPPs se tratam nada mais nada menos, de uma alternativa à falta de recursos de investimento público, buscando assim interesse privado para a execução dos projetos, tendo como principal financiador público o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

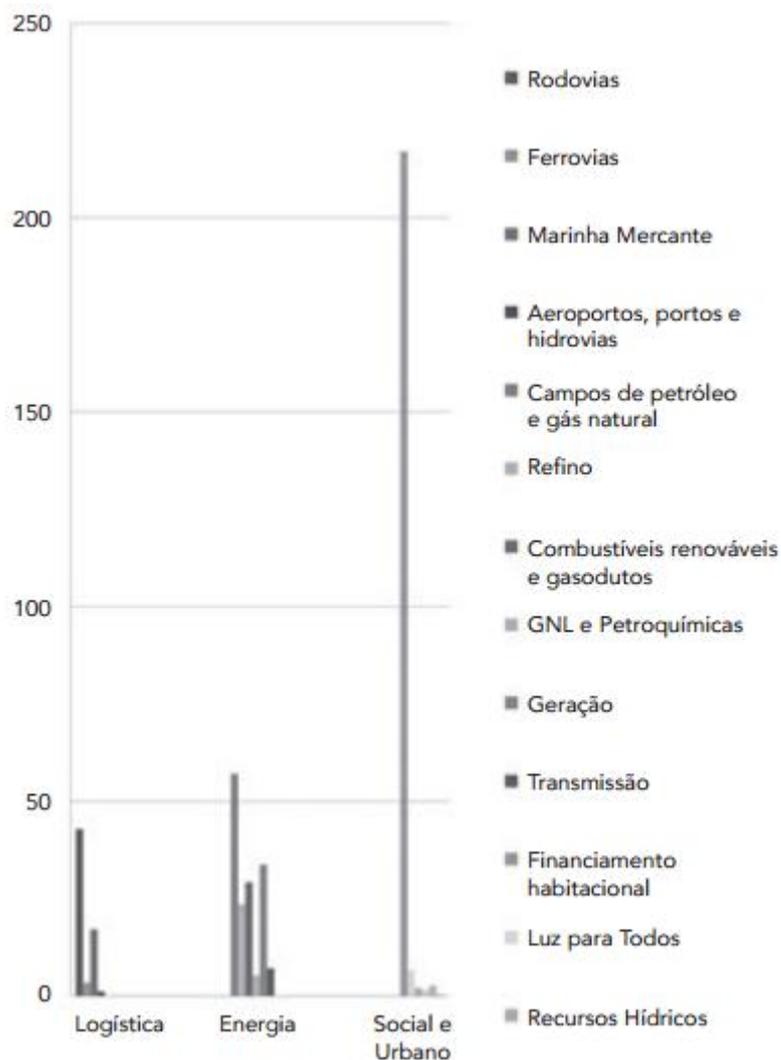
Segundo Jardim e Silva (2015), de 2007 a 2011, houve um investimento R\$503,9 bilhões em infraestrutura, entre obras de ferrovias, hidrovias, rodovias, programas de habitação (Minha Casa Minha Vida), projeto Luz para Todos, metrô, entre outras obras estruturantes.

Observe a figura 5.

---

<sup>25</sup> Ppp do Saneamento faz dois anos com 32% de índice de coleta de esgoto In < [http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/07/24/ppp-do-saneamento-faz-dois-anos-com-32\\_porcento-de-indice-de-coleta-de-esgoto-191573.php](http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/07/24/ppp-do-saneamento-faz-dois-anos-com-32_porcento-de-indice-de-coleta-de-esgoto-191573.php)> Acesso set 2016

**Figura 5 – Investimentos do PAC – 2007 a 2010**



Fonte: Jardim e Silva, 2015 (p. 66)

O fato é que entre os anos de 2008-2010, mundo passava por uma crise severa, no entanto, como se pode observar, os números do PAC foram o ponto fora da curva do mundo. Segundo Jardim e Silva (2015), as obras do PAC garantiram “geração de emprego e renda” (p. 64) em meio à crise mundial. As obras com o segmento social e urbano cresceram substancialmente, como é possível observar.

O PAC II, lançado pela presidenta legítima Dilma Rouseff, de 2011 a 2014, foi dividido nos seguintes seguimentos: Minha casa Minha Vida, Comunidade Cidadã, Transporte, Energia, Cidade Melhor e Água e Luz para Todos. Nessa fase do PAC, nota-se

que há certa inclinação para programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida e Comunidade Cidadã. No PAC II, também foi dada abertura à linha esportiva, visto a Copa que aconteceu em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Também foi lançado o PAC saúde, no PAC II, que proporcionou a construção de pelo menos 15 UPAs em Pernambuco<sup>26</sup>.

Em Pernambuco, as PPPs e as obras do PAC tiveram e têm uma importância deveras substancial para o estado. As PPPs tiveram um papel fundamental nas obras das rodovias próximas ao complexo portuário de SUAPE, essa foi a primeira grande concessão em Pernambuco<sup>27</sup>. Tivemos ainda, no estado, PPPs para a construção da estrada do Paiva, complexo prisional de Itaquetinga e Arena Pernambuco, esta como sendo parte do PAC destinada aos esportes.

Em Goiana, tem-se participação da PPP no polo farmacológico do município. As PPPs para essa grande obra envolveram dezesseis empresas privadas e 10 laboratórios públicos. Desses dez laboratórios públicos, encontra-se a HEMOBRÁS, o laboratório carro-chefe do polo<sup>28</sup>.

### *3.1.3 Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco*

Enquanto o PAC e o PNDR, que embora sejam política nacionais, reverberaram também como políticas regionais de desenvolvimento, pode-se dizer que a PNDR deu início à produção dessas políticas de desenvolvimento regional, e o PAC tornou viável inúmeros projetos, como é o caso do Arco Metropolitano<sup>29</sup> e dos ônibus VLT (BRT) na Região Metropolitana do Recife<sup>30</sup>, este último fazendo parte de um “Pacto para a Mobilidade”. No

<sup>26</sup> In <<http://portal.saude.pe.gov.br/unidades-de-saude-e-servicos/secretaria-executiva-de-atencao-saude/upas>> Acesso set 2016

<sup>27</sup>In <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11647/PARCERIAS%20PUBLICO%20PRIVADAS%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>> Acesso set 2016

<sup>28</sup> Em <<http://u.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/19/Apresenta----o---Gecis--08abril09.pdf>> Acesso set 2016

<sup>29</sup> Ver terceiro capítulo.

<sup>30</sup>Ministro das Cidades discute andamento de obras do PAC em Recife. In <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/11/ministro-das-cidades-discute-andamento-de-obras-do-pac-em-recife>> Acesso set 2016

entanto, é com a chegada de um programa regional de desenvolvimento para o estado que de fato Pernambuco abre as portas para as indústrias.

O Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), institucionalizado através do decreto nº 21.959, de 27 de novembro de 1999 (anterior ao PAC e a PNDR), foi elaborado para a atração de investimentos de atividades industriais e comércio atacadista em Pernambuco, assim como para fomentá-los.

A atração desses investimentos será efetuada através de incentivos fiscais e financeiros, que serão destinados de acordo com a natureza da atividade a ser instalada, a especificação dos produtos a serem comercializados, localização geográfica do empreendimento e a prioridade/ relevância para a economia do estado de Pernambuco. Os recursos administrados pelo PRODEPE têm sua origem no Fundo-PRODEPE, que é gerido pela Pernambuco Participações e Investimentos S/A e pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – ADDIPER; no entanto, a concessão dos recursos é autorizada por decreto através do poder executivo<sup>31</sup>.

É importante salientar que quem pode solicitar incentivos advindos do PRODEPE são aqueles estabelecimentos que tenham sede ou filiais em Pernambuco que estejam inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

O programa, no geral, é dividido em três grandes áreas de investimentos: industrial, centrais de distribuição (refere-se a estabelecimentos atacadistas) e comércio importador atacadista. As áreas prioritárias industriais de investimentos do PRODEPE são: agroindústria, metal mecânica e de material de transporte, eletroeletrônica, farmacoquímica, bebidas, minerais não metálicos, têxtil e plástico; são excluídas dessa lista a construção civil, indústrias extrativas, agroindústrias sucroalcooleiras e indústria de condicionamento de gás liquefeito de petróleo.

Programas como o PRODEPE são desenvolvidos para se tornarem um diferencial competitivo em determinada localidade. Os incentivos fiscais são em parte lidos como

---

<sup>31</sup> In

<[https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Decretos/1999/Dec21959\\_99.htm](https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Decretos/1999/Dec21959_99.htm)>  
Acesso set 2016

redução de cálculos de tributos ou por crédito presumido<sup>32</sup>, dessa maneira, não apenas o investidor é atraído, como também, dessa forma, o programa garante a permanência dos estabelecimentos industriais e atacadistas que já faziam parte do estado.

No caso do PRODEPE, essa dedução fiscal é realizada através do crédito presumido do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação), que em empresas ligadas à biotecnologia, produção de laminados, vidros planos e temperados e siderurgia, chegam a 95% por um prazo de 12 anos. O crédito presumido é detalhado segundo a localização geográfica desejada para a implantação do empreendimento. Segue a tabela 6:

**Tabela 6 – Crédito presumido por região**

<b>Região</b>	<b>Crédito presumido sobre o saldo devedor</b>
Metropolitana do Recife	75%
Zona da Mata	85%
Agreste	90%
Sertão	95%

Fonte: Invest in Pernambuco Elaborado pela autora<sup>33</sup>.

Como programa de incentivo fiscal e, por consequência, fator atrativo para investimentos, o PRODEPE tem exercido sua função. É importante ficar atento aos números do programa, pois eles são que definem o sucesso deste. Segundo a AD-DIPER<sup>34</sup>, 2014 foi o melhor ano, desde 2007, no quesito de geração de empregos como resultado da implementação dos novos estabelecimentos financiados pelo PRODEPE, gerando um total de 8.794 oportunidades de emprego; e o ano de 2012 ficou em segundo lugar, com 8.591 oportunidades.

Observe a

.

<sup>32</sup> Refere-se ao crédito oferecido, nesse caso, pelo estado, onde a empresa/indústria já se instala com um crédito que reduz o ICMS (benefício fiscal).

<sup>33</sup> In <Fonte: <http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/incentivos-fiscais1>> Acesso set 20016

<sup>34</sup> In <<http://pt.slideshare.net/ADDiper/balano-de-gesto-ad-diper-2014>> Acesso set 20016

**Figura 6 – PRODEPE 2007-2014**

ANO	QUANTIDADE		INVESTIMENTOS (R\$ bilhão)		EMPREGOS	
	RMR	Interior	RMR	Interior	RMR	Interior
2007	41	9	1,09	0,03	3.828	1.084
2008	64	36	1,04	1,38	5.484	7.731
2009	47	29	0,53	0,51	6.785	3.474
2010	69	55	0,90	0,94	4.916	4.776
2011	71	53	6,10	0,73	5.539	5.637
2012	90	85	3,09	1,05	6.377	8.591
2013	32	33	0,52	0,57	1.920	2.608
<b>2014</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>0,40</b>	<b>0,99</b>	<b>2.152</b>	<b>8.794</b>
Subtotal	459	347	13,66	6,20	37.001	42.695
<b>Total Geral</b>	<b>806 PROJETOS INDUSTRIAIS</b>		<b>19,9 BILHÕES</b>		<b>79.696 MIL EMPREGOS</b>	

Fonte: Slideshare.net

A figura 6 detalha investimentos do PRODEPE no estado a partir do ano de 2007 (ano em que houve mudança na lei do programa) até o ano de 2014. Os investimentos realizados em Pernambuco apresentam-se bastante significativos em relação ao aumento de projetos industriais abarcados pelo PRODEPE, assim como os investimentos e a geração de emprego no estado.

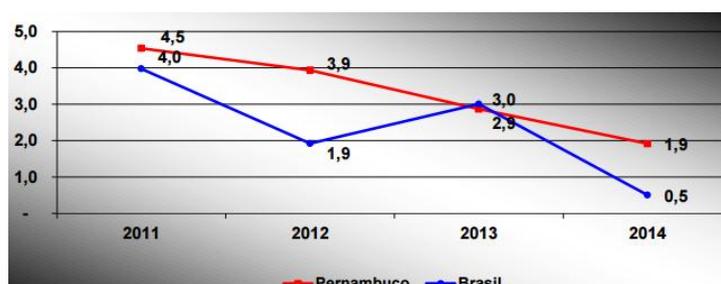
A figura 7 aponta exatamente para que locais, no estado, estão indo os investimentos do PRODEPE nas RD (regiões de desenvolvimento). A maior concentração de estabelecimentos financiados pelo programa está na Região Metropolitana, que somam ao todo 459 investimentos, com dados de 2014. Seguida pela Mata Sul, a Mata Sul que é onde se encontra o território produtivo de SUAPE; logo após o Agreste Central, onde é encontrado o polo de confecções do estado. A Mata Norte, tendo como representantes a FIAT, VIVIX e HEMOBRAS. As oportunidades de empregos são definidas pelo número de estabelecimentos, logo seguem a sequência das RDs.

**Figura 7 – PRODEPE por RD**

RD	NÚMERO DE PROJETOS	INVESTIMENTOS (R\$ BILHÃO)	EMPREGOS
Agreste Central	86	1,2	8.441
Agreste Meridional	27	0,353	4.308
Agreste Setentrional	24	0,161	1.598
Mata Norte	57	1,7	6.955
Mata Sul	88	1,6	10.313
Metropolitana	459	13,6	36.965
Sertão Central	2	0,014	464
Sertão de Itaparica	4	0,405	377
Sertão do Araripe	3	0,037	450
Sertão do Moxotó	13	0,044	871
Sertão do Pajeú	10	0,050	10
Sertão do São Francisco	33	0,487	33

Fonte: slideshare.net <sup>35</sup>

Apenas em 2014, a AD-DIPER balizou as negociações e implementou, através do programa, cinco estabelecimentos industriais. São eles: Ambev e Itaipava (Grupo Petrópolis) ambos em Itapissuma, Milet, em Limoeiro, VIVIX, em Goiana, Rocca, em Vitória de Santo Antão e Duda Damewer, em Escada. Juntos esses investimentos somarão 2,985bi e geraram em torno de 2.740 empregos diretos<sup>36</sup>.

**Figura 8 – PIB Pernambuco e Brasil**

Fonte: Condepe/Fidem<sup>37</sup>

<sup>35</sup> In < <http://pt.slideshare.net/ADDiper/balano-de-gesto-ad-diper-2014>> Acesso set 2016

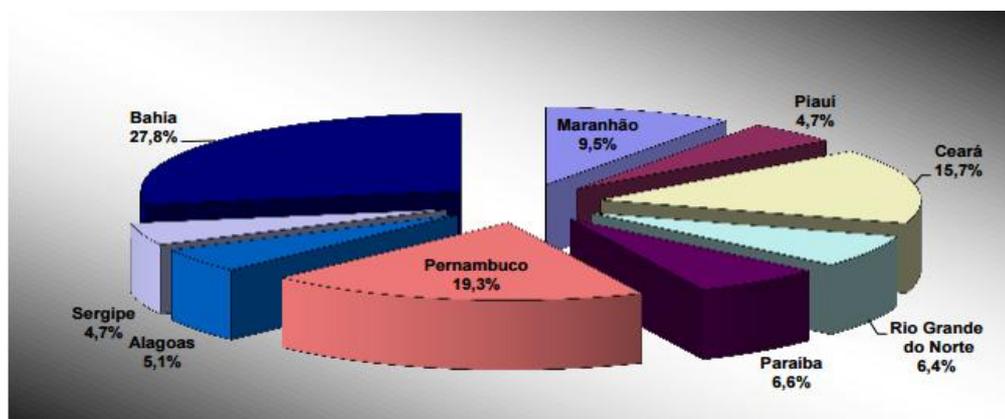
<sup>36</sup> Balanço de gestão AD – DIPER. In < <http://pt.slideshare.net/ADDiper/balano-de-gesto-ad-diper-2014>> Acesso set 2016

<sup>37</sup>In< [http://www.portais.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ca132be4-425e-47b8-94f7-5291c2a3c50a&groupId=19941](http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ca132be4-425e-47b8-94f7-5291c2a3c50a&groupId=19941)> Acesso set 2016

Em se tratando de uma política de incentivo fiscal, o PRODEPE, de fato, proporcionou ganhos inegáveis para o estado, que inclusive elevaram o PIB (Produto Interno Bruto) de Pernambuco de maneira que o deixou acima da média nacional no período entre 2011-2012 (período em que a fábrica da FIAT Chrysler/FCA estava sendo negociada e erguida, respectivamente), e em 2014 (ano anterior à inauguração da montadora automotiva, no entanto a Vivix; nesse ano, iniciavam suas operações) (figura 8).

As taxas de crescimento do estado foram bastante significativas, o que classificou Pernambuco como o segundo maior PIB do Nordeste, em primeiro lugar, a Bahia, no ano de 2014, como mostra a figura 9.

**Figura 9 – Participação do PIB por estado do Nordeste**



Fonte: Condepe/Fidem<sup>38</sup>

No entanto, apesar de uma política de desenvolvimento, o PRODEPE também proporcionou ao estado o que Santos e Silveira (2002) chamam de “Guerra dos lugares”.

Os incentivos fiscais são resultado de políticas estaduais para desenvolvimento, dada a ineficiência do governo federal na realização desse tipo de política. Essa redução fiscal via tributos propõe uma série de benefícios fiscais para os empreendedores à medida que eles vão se instalando de maneira a descentralizar a produção (é possível constatar isso na tabela 3, de forma que o valor do crédito presumido é diferenciado em cada região do estado na tentativa de espalhar a produção e a locação dos empreendimentos).

<sup>38</sup> In <[http://www.portais.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ca132be4-425e-47b8-94f7-5291c2a3c50a&groupId=19941](http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ca132be4-425e-47b8-94f7-5291c2a3c50a&groupId=19941)> Acesso set 2016

A política de incentivos fiscais serve de atrativo para as empresas, sobretudo indústrias, pois, através da abertura de novas unidades industriais, mais mão de obra é alocada, gerando renda para a região e assim por diante, proporcionando condições para que os efeitos propulsores se consolidem, conforme pensamento de Myrdal, Hirschman e outros (FROTA; et al, 2014, p.69).

A guerra fiscal encontra-se exatamente aí. À medida que um empreendimento X tem um interesse de instalar-se no Nordeste, Pernambuco e os demais estados competirão para a atração do empreendimento X. Os incentivos fiscais utilizados para esse tipo de manobra vão desde isenção de IPTU (por determinado período) até doações de terreno (ambas isenções ocorreram com a fábrica Fiat Chrysler/FCA em Goiana). Esse movimento retira os estados de protagonistas do processo de desenvolvimento e promove o setor privado numa posição privilegiada de escolha de localização geográfica. Segundo Frota (et al, 2014), os incentivos fiscais são os grandes responsáveis pela penalização em arrecadação de impostos.

No entanto, apesar de esses incentivos fiscais reduzirem a receita, torna-se deveras interessante para o governo do estado, pois espera-se que com a chegada desses grandes investidores, outros cheguem ao estado ou até mesmo incentivem a criação de novas estruturas produtivas, a exemplo segue a Petroquímica SUAPE, Estaleiro Atlântico-Sul e a FIAT, que ao se instalarem em suas respectivas regiões, atraíram uma série de outros investimentos, inclusive relacionados a outros setores da economia, principalmente o de serviços, no que responde a hotéis, pousadas e afins, e também de infraestrutura, como no caso específico da FIAT, a aprovação do “Arco Metropolitano”<sup>39</sup>.

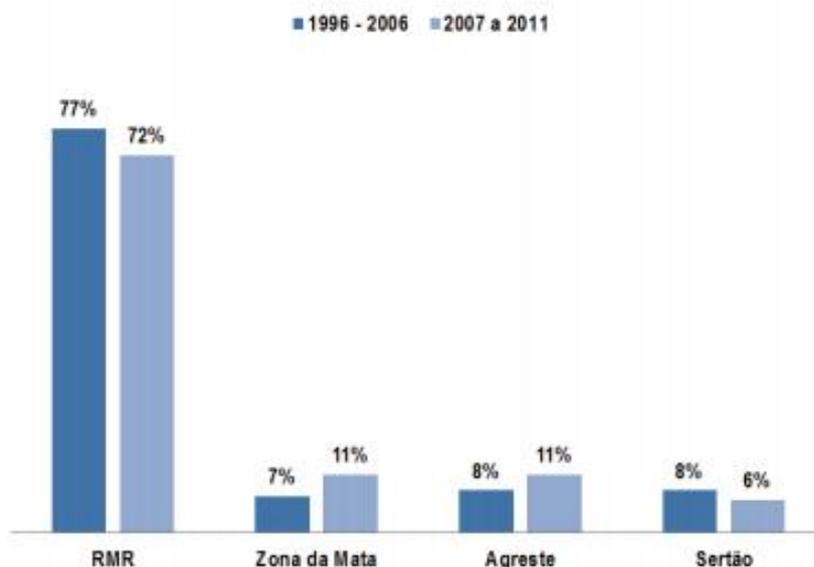
É interessante notar que esses não são apenas novos empreendimentos que chegaram ao estado (Petroquímica Suape, Estaleiro Atlântico Sul e FIAT). **A sua implantação também gerou novas cadeias produtivas.** O Nordeste nunca teve um estaleiro de grande porte – todos estavam concentrados no Rio de Janeiro. Ao trazer o maior estaleiro do Brasil para Pernambuco, teve início a criação de uma cadeia no estado (FGV – Cadernos/ Parcerias Público Privadas, 2014, p. 41).

Outro questionamento reside no fato que, apesar do árduo trabalho da AD-DIPER de desconcentração do aparelho produtivo do estado, boa parte deles ainda encontram-se na Região Metropolitana do Recife. Desde o anúncio do Complexo de SUAPE, muitas empresas têm destinado seus olhares para Ipojuca, tornando inviável (por vezes) a descentralização produtiva. Observe a figura 10.

---

<sup>39</sup> “Em pronunciamento, a presidente Dilma, que encerrou o evento da inauguração do polo automotivo Jeep, anunciou o seu compromisso de tirar do papel o arco metropolitano, para garantir o escoamento da produção Fiat no Estado. A presidente ressaltou o fato de a Assembleia Legislativa ter aprovado o projeto de impacto”.

**Figura 10 – Projetos aprovados pelo PRODEPE**



Fonte: Frota et al. 2014.<sup>40</sup>

Nesse contexto, constata-se que é a Região Metropolitana de Recife (RMR) ainda é a mais desejada para a locação desses empreendimentos. No entanto, segundo Frota (et al, 2014, p. 79), “a participação da mesma, nos últimos quinze anos, caiu de 67% para 56% do total de empresas instaladas no estado de Pernambuco”. Esse, por si só, apresenta que mesmo timidamente, as demais regiões do estado vêm atingindo seu lugar ao sol quando o assunto é incentivos fiscais; cabe, no entanto, à AD-DIPER a administração desses recursos de maneira a efetivar a descentralização (ou interiorização) dos arranjos produtivos para o estado; Frota (et al, 2014) chama a atenção ainda que, concomitante à atração desses novos empreendimentos, devem ser realizadas atividades de capacitação, com apoio técnico, para a familiarização da população com a nova atividade, principalmente no interior do estado, onde o acesso aos recursos é um tanto limitado.

É importante salientar que programas como do PRODEPE e políticas de desenvolvimento regional como o PAC e a PNDR alteram as Divisões Territorial e Social do trabalho. Ao longo dos anos, as dinâmicas de desenvolvimento regional têm impulsionado investimentos para o interior do estado, o que tem levado investimento para as áreas mais

<sup>40</sup> In <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1488](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1488)> Acesso set 2016

desfavorecidas economicamente, alterando assim a distribuição do capital pelo território, desconcentrando e alterando os fluxos desse. Em contrapartida, o desenvolvimento regional do interior provoca aumento do PIB e aumenta a participação dos municípios na economia do estado, o que se subentende que, como já foi falado, há uma maior distribuição de renda, aumentando a dinâmica da Divisão Social do Trabalho.

### 3.2 Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

A Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD-DIPER), supracitada no subitem anterior, trata-se de uma agência de economia mista, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC). A AD-DIPER, no geral, funciona como uma administração voltada à atração de empresas para o estado de Pernambuco, em seus mais diversos setores de atuação de trabalho. Utilizando alguns recursos como o PRODEPE, a agência tem atraído empresas importantes para o cenário pernambucano, como a *Fiat Chrysler* (FCA), a VIVIX e a Hemobrás, todas em um mesmo município, Goiana.

Antes de tornar-se a AD-DIPER como é hoje, a agência passou por algumas mudanças, até mesmo no que se refere a sua atuação. Em um breve histórico, em 1960, a agência se chamava COMPER-DI, pois, nesse momento, se referia a uma “Companhia de Desenvolvimento de Pernambuco” no que se refere a “Distritos Industriais”.

A atuação da então companhia se limitava à procura e administração de terrenos para as industriais que almejavam instalar-se aqui no estado. Em 1968, a COMPER-DI mudava mais uma vez e passou a ser a “Distritos Industriais de Pernambuco S/A” (DI-PER); nesse ano, foram agregadas atividades; a DI-PER, então, passou também a promover a industrialização através de incentivos aos empreendedores.

Já no ano de 1970, a “Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco” (DIPER) agrega mais atividades à companhia, que dessa vez apoia relações comerciais que se referem ao desenvolvimento de Pernambuco. Em 1992, ela se torna então a “Agência de

Desenvolvimento Econômico de Pernambuco” (AD-DIPER) e passa a contar com um conselho administrativo e um conselho fiscal, além de corpo diretivo<sup>41</sup>.

Localizada em um dos bairros tradicionais do Recife, Aflitos, a agência continua agregando atividades a seu funcionamento. Hoje ela conta com um setor de “Aftercare”, que possibilita um acompanhamento do empreendimento instalado no estado. Hoje, a AD-DIPER acompanha cerca de 162 empresas que foram financiadas pelo PRODEPE, através da Agência de Controle Empresarial (GCEM). Para um maior controle do procedimento, a GCEM monitora as empresas em três categorias: empresas em implantação, com incentivos do PRODEPE e empresas em operação.

O trabalho funciona de maneira diferente para essas três categorias; para as empresas em implantação, a agência entra com um suporte em relação às demandas delas e verificam se estão cumprindo os prazos acordados. Para as já instaladas e em operação, o rigor passa a ser se o que foi anunciado pela empresa está sendo cumprido de fato e se há algum problema que possa ser solucionado através da AD-DIPER. As empresas financiadas pelo PRODEPE são avaliadas quanto à inadimplência, e caso haja (inadimplentes), ocorre a negociação dos débitos<sup>42</sup>.

As negociações junto à AD-DIPER são bem sucintas e claras. O investidor que queira investir no estado aciona a agência, ou a agência sabendo desse investidor também pode contatá-lo. Como se tratam normalmente de investidores que não conhecem o estado de Pernambuco e, por consequência, suas potencialidades, nesse caso, AD-DIPER tem a preocupação de apresentar ao investidor o estado, principalmente no que diz respeito aos terrenos para a possível instalação; além disso, o órgão realiza também o levantamento de possíveis fornecedores e potenciais clientes.

Normalmente, o investidor também está negociando com outros lugares do Brasil e até mesmo do mundo; a partir desse momento, a AD-DIPER encontra-se no que ela chama de “longlist”, ou seja, o momento em que o estado posiciona-se ainda como uma possível opção

---

<sup>41</sup> O histórico completo da AD-DIPER está disponibilizado no site: < <http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/ad-diper/historico/>> Acesso set 2017

<sup>42</sup> Para maiores informações sobre o “aftercare” da AD-DIPER, visitar < <http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/ad-diper-monitora-162-empresas-instaladas-e-beneficiarias-do-prodepe/>> Acesso set 2017

para a instalação do empreendimento; o “choclist” é o segundo momento de negociação, é o momento em que o investidor em questão já está considerando o estado como locador do seu empreendimento; e é a partir desse momento que são realizadas visitas aos terrenos. Após a decisão, a AD-DIPER avalia em qual tipo de incentivo fiscal o determinado empreendimento pode ser locado. Local escolhido, o investidor, o município e o estado assinam um protocolo de intenções, que garantirá a efetivação da contrapartida do investidor em relação aos incentivos fiscais, como por exemplo, a geração de empregos.

Em um âmbito geral, as agências de desenvolvimento são gerenciadoras de novos arranjos produtivos locais, isso porque um dos objetivos da AD-DIPER é justamente a interiorização do desenvolvimento, além da administração dos Distritos Industriais já existentes.

A AD-DIPER entendeu bem a lógica da competitividade urbana e aponta para quatro fundamentais nexos da discussão, que são:

*Competir* pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; *Competir* na atração de novas indústrias e negócios; *Ser competitiva* no preço e na qualidade dos serviços; *Competir* na atração de força de trabalho adequadamente qualificada (VAINER, 2002, p. 77).

É importante ressaltar que nesse ponto Vainer (2002) não estava essencialmente falando das Agências de Desenvolvimento; nesse caso, o autor se refere à “cidade competitiva” ou “nova questão urbana” (p. 76). No entanto, não podemos desassociar as funções das Agências de Desenvolvimento a essas que foram listadas; podemos dizer então que as agências funcionam como desdobramento da produção capitalista do espaço no intuito de promover o local mesmo que tenha que competir pelos investimentos com outros municípios, estados e até mesmo países.

As agências de desenvolvimento, portanto, possuem um papel fundamental no modo capitalista de produção do urbano. Segundo Vainer (2002), as cidades necessitam de facilitadores de negociações entre o capital privado e o governo local. Logo, as agências urbanas tomam esse papel de articulador local.

### 3.2.1 Agência de Desenvolvimento de Goiana

A Agência de Desenvolvimento de Goiana (AD-Goiana, foto1), desenvolvida para realizar um trabalho de atração de investimentos para o município, foi criada em três de novembro de 2011 pelo então prefeito Henrique Fenelon. A agência pode ser entendida como uma extensão da AD-DIPER, com um caráter mais local, que “tem como missão a promoção do desenvolvimento econômico sustentável de Goiana, com ênfase na ampliação das oportunidades de trabalho, emprego e renda para a população economicamente ativa, tanto do setor formal quanto do setor informal da economia”<sup>43</sup>. A agência tem ainda como função a recepção de novos empresários que queiram se instalar em Goiana, classificando-se como uma facilitadora de investimentos.

**Foto 1 – AD-Goiana (centro da imagem)**



Fonte: A autora Janeiro, 2017

A agência surge num momento oportuno para o município, visto a chegada de uma importante multinacional (*Fiat Chrysler (FCA)*) e da consolidação de um polo de desenvolvimento na Zona da Mata Norte. Anteriormente já estava consolidada no município da HEMOBRÁS (Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia) em 2009, e a Vivix, importante empresa do setor vidreiro, um pouco mais tarde, em 2013. Essas três importantes empresas coordenam o polo de desenvolvimento em seus diferentes segmentos: automotivo,

<sup>43</sup> Site institucional da AD-Goiana. In < <http://adgoiana.pe.gov.br/a-agencia/>> Acesso out 2016

farmacoquímico e vidreiro; e a AD-Goiana trabalha na captação de investimentos para esses polos, muito embora a negociação da ida de todos os investimentos para o município tenha sido dada diretamente com a AD-DIPER.

Voltada para uma visão de desenvolvimento sustentável, a agência coordenada também alguns programas voltados para essa temática, são eles: Goiana Agroecológica (programa voltado para a consolidação da agricultura familiar), Movimento Goiana Criativa (voltado para cidadãos “criativos” do município para que suas atividades contribuam para o desenvolvimento de Goiana), Teia Sustentável (voltado para as comunidades rurais e pesqueiras), Engenho de Talentos (capacitação de goianenses para as atividades produtivas locais), Adote uma Praça (direcionado para a restauração de praças da cidade) e a Sala do Investidor.<sup>44</sup>

A Sala do Investidor trata-se de um modelo de atendimento aos potenciais investidores no município, com o objetivo de esclarecer o mesmo sobre as demandas e integrá-los ao plano econômico de Goiana, além de, claro, identificar as demandas do investidor e as possíveis potencialidades de Goiana para ele.

O mapa de estratégias e ações (figura 11) direciona a promoção do município sob a égide do que a AD-Goiana chama de desenvolvimento local sustentável. Através de quatro eixos de desenvolvimento, a agência pretende, até o ano vigente, promover o desenvolvimento sustentável através de fomento à economia criativa e promoção de qualificação social e profissional da população.

Apesar do esforço, a AD-Goiana está a par da discussão sobre o polo de desenvolvimento que acontece em sua própria cidade. Toda a instrumentalização dele foi mediada pela AD-DIPER, ou seja, pelo estado. O município, nesse caso, foi um coadjuvante do processo e adentrou apenas no que diz respeito à qualificação de trabalhadores, que articulou (através do sistema “s” – Senai, Senac) capacitação para goianenses trabalharem sobretudo na construção e operação da *Fiat Chrysler* (FCA).

---

<sup>44</sup> In < <http://adgoiana.pe.gov.br/category/programas/> > Acesso out 2016

**Figura 11 – Mapa Estratégico de Ações**



Fonte: AD-Goiana <sup>45</sup>

No entanto, não se pode negar a responsabilidade social dessa e os diversos trabalhos desenvolvidos em seus programas durante seu funcionamento, sobretudo nas atividades direcionadas ao desenvolvimento de agricultura familiar. Devido à mudança de gestão municipal, não se sabe ainda se a AD-Goiana irá continuar como uma agência propriamente dita, ou será integrada a alguma secretaria.

<sup>45</sup> In<<http://adgoiana.pe.gov.br/mapa-estrategico-de-acoes/>> Acesso out2016

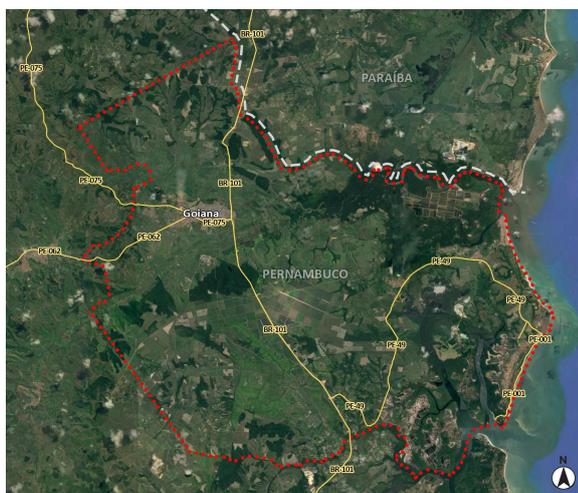
## 4 CIDADE DAS OPORTUNIDADES

Neste capítulo, será apontado Goiana e sua recente produção do espaço. Sendo assim, pretende-se apresentar o município e relatar o que está acontecendo com ele. O capítulo, então, será iniciado com um percurso histórico de Goiana, levantando questões importantes sobre a monocultura da cana-de-açúcar. Em seguida, serão mostrados dados sobre a população e o PIB do município, além de dados relacionados à infraestrutura e escolaridade da população de Goiana, pois considera-se que esses são indicadores fundamentais de uma cidade que se deseja promover para o mercado. Também serão abordados os eventos industriais e o novo percurso imobiliário do município.

### 4.1 Conhecendo Goiana

Goiana (figura 12) encontra-se na Zona da Mata Norte de Pernambuco, a 62 km da capital pernambucana (Recife) e a 51 km de João Pessoa, Paraíba. Goiana, então, tem um privilegiado território, visto que é localizado a menos de 65 km de duas capitais do Nordeste do Brasil. Com um litoral de aproximadamente 18 km, Goiana pode ainda ser classificada como um território de influências para municípios vizinhos (Igarassu, Itapissuma), principalmente após o ano de 2008. O município integra ainda a Região de Desenvolvimento Mata Norte (RD 11), em Pernambuco (IBGE, 2010).

**Figura 12 - Localização de Goiana**



Fonte: Google maps. Edição: Allyson Campos, 2017.

Em comparação a Recife, por exemplo, Goiana tem uma área de aproximadamente 445.814 km<sup>2</sup>, ou seja, quase o dobro do território de Recife (218,435 km<sup>2</sup>). Na imagem, é possível identificar que Goiana é cortada por uma importante rodovia, a BR-101; isso coloca o município em uma área estratégica, pois a partir dessa rodovia, mercadorias são escoadas e o trânsito de pessoas torna-se menos dispendioso, o que ressalta novamente uma qualidade (e possibilidade) para classificar o município como uma Região de Desenvolvimento. No entanto, a maioria das terras do município está voltada (ainda) para a monocultura da cana-de-açúcar.

Goiana apresenta uma localização bastante estratégica, pois município mantém proximidade ainda com os aeroportos das duas capitais em que faz divisa (Aeroporto Castro Pinto – PB e Aeroporto Internacional dos Guararapes – PE), além de claro os principais portos desses dois municípios: o Porto de Cabelo na Paraíba e o Porto de SUAPE no Recife. Portanto, Goiana tem em seu entorno um raio favorável para a aplicabilidade de negócios de vários ramos, entre eles podemos destacar o industrial (que está em ascensão) e o imobiliário.

O estado de Pernambuco sempre teve uma proximidade com a monocultura da cana-de-açúcar, sendo no século XVI, junto com a capitania de São Vicente, a responsável pela produção da monocultura no Brasil. Segundo a FUNDAJ, “a cana de açúcar é plantada na zona da mata de Pernambuco, na chamada zona canavieira há quase cinco séculos”<sup>46</sup>.

Desde os anos 2010, Goiana tem direcionado sua economia para a atividade industrial de maneira mais intensiva. É importante entender que, nesse momento, Goiana passa a ser direcionada para um cenário favorável de DIT, visto que uma das indústrias trata-se de é de grande porte do setor automobilístico, a Fiat Chrysler (FCA). Goiana então passa a ganhar espaço no mercado internacional, participando assim dos fluxos internacionais de capital. Antes de Goiana, o Brasil já tinha a presença dessa indústria em seu território, em Betim/MG; no entanto, podemos atrelar a vinda da fábrica para a região Nordeste devido à atenção dada pelas gestões atuantes (governos federal e do estado) nos devidos anos de negociação (2009/2010) na interiorização da produção, com incentivos fiscais que serão apontados posteriormente.

---

<sup>46</sup> Fundação Joaquim Nabuco in <  
[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&id=755](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=755)> Acesso out 2016

Goiana também tem se deparado com os novos empreendimentos imobiliários. A maioria desses novos empreendimentos que começaram a ser lançados nos anos 2010 (período em que as indústrias de grande porte Vivix, e HEMOBRÁS) estavam anunciando seu estabelecimento no município.

Além disso, no aspecto biofísico, Goiana está envolvida pelo bioma da Mata Atlântica em seu território (apesar de ter perdido boa parte do território para a monocultura da cana-de-açúcar). De acordo com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), Goiana mantém uma Unidade de Conservação (UC), chamada de Reserva Extrativista de Acaú (RESEX Acaú – Goiana, criada em 2007). A UC em questão compreende também o estado da Paraíba. A área total da Unidade de Conservação totaliza 6.676,69 hectares. Goiana tem ainda uma Área de Preservação ambiental Goiana (APA-Goiana), que é administrada pelo poder público (Conselho Municipal de Conservação e Defesa do meio Ambiente – CONDEMA).<sup>47</sup>

**Figura 13 – RESEX Acaú – Goiana**



Fonte: Blog Anderson Pereira <sup>48</sup>

Desde então, o município tem sentido alterações no seu Plano de Diretor (que é de 2006) para abrigar as novas demandas. Projetos ousados como o “Northville Goiana” e

<sup>47</sup> Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. In < <http://www.icmbio.gov.br/portal/>> Acesso out 2016

<sup>48</sup> Blog do Anderson Pereira < <http://www.blogdoandersonpereira.com/2012/11/meio-ambiente-resex-acau-goiana-realiza.html>> Acesso out 2016

“Cidade Atlântica” foram os precursores dos grandes projetos no município. No entanto, o “Cidade Atlântica” teve o projeto embargado, enquanto o “Northville Goiana” segue com a proposta já lançada.

#### *4.1.1 Breve histórico*

“Guyanna” (escrita em tupi-guarani) tornou-se uma terra próspera. Mais tarde, promovida à aldeia, “Gueena” se tornou bastante conhecida pela exportação de cana-de-açúcar e pelas atividades comerciais e o seu porto, para o escoamento de mercadorias vindas do interior. “Goyana” só passou a se chamar Goiana de fato em 1606. Sendo assim, esse município deixava de ser distrito (título criado em 1568), para Vila em 1742 e, finalmente, como cidade e sede do município em 1840. Goiana abrigou importantes confrontos históricos para o município e estado de Pernambuco. Foram elas: a Batalha das heroínas de Tejucopapo (1646); Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824) e a Revolução Goianense (1825) (IBGE, 2010).

A batalha das heroínas de Tejucopapo merece um olhar especial. Isso porque, diferentemente de outras conhecidas (majoritariamente encabeçada por homens), foi organizada por mulheres do distrito de Tejucopapo. Aos 24 dias do mês de abril de 1646, um grupo de holandeses foi para Tejucopapo em busca de alimentos e mantimentos. O dia era um domingo, dia em que os homens do município se dirigiam para Recife. Coube então às mulheres a defesa de seu distrito. Armadas com pedaços de madeira, tachos, panelas com águas escaldantes, as heroínas de Tejucopapo surpreenderam os holandeses, saindo vencedoras da batalha. Em homenagem à força das mulheres de Tejucopapo, foi erguido um monumento na entrada do Distrito (foto 2) (IBGE, 2010).

O distrito de Tejucopapo apresenta ainda uma comunidade remanescente quilombola, o povoado de “São Lourenço”, em que é possível encontrar a mais antiga igreja erguida pelos Jesuítas no Brasil, em 1555 (Foto 3). Essa igreja foi tombada pelo Patrimônio Histórico de Pernambuco no ano de 1994. Atualmente o povoado de São Lourenço, em sua maioria,

mantém sua renda através da cata de mariscos no manguezal que se forma nos estuários do Rio Goiana e Rio São Lourenço<sup>49</sup>.

**Foto 2 – Estátua de barro “Heroínas de Tejucopapo”**



Fonte: Blog Luz Berto<sup>50</sup>

Desde sua primeira divisão administrativa, Goiana foi sendo separada em distritos. Em 1911, por exemplo, tínhamos cinco: Goiana, Goianinha, Nossa Senhora do Ó, Tejucopapo e Ponta de Pedras. No entanto, desde 1979, o município é constituído por três distritos: Goiana, Ponta de Pedras e Tejucopapo, sendo o distrito de Goiana a sede do município e o mais adensado. Goiana apresenta ainda um extenso litoral, formado por cerca de seis praias: Carne de Vaca, Tabatinga, Ponta de Pedras, Catuama, Barra de Catuama e Atapuz (IBGE, 2016).

Goiana ainda é conhecido devido ao seu patrimônio histórico. Entre mais de trinta igrejas, o município tem um vasto Patrimônio Arquitetônico Religioso, que inclui ainda conventos; oito dessas igrejas são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), além das igrejas consideradas patrimônios da cidade, o antigo prédio da prefeitura (atualmente em restauração), o prédio do Colégio Sagrado Coração, a Escola

---

<sup>49</sup>Exposição quilombolas de São Lourenço acontece em Goiana. In <http://adgoiana.pe.gov.br/noticias/exposicao-quilombolas-de-sao-lourenco-acontece-em-goiana/> Acesso out 2017

<sup>50</sup> In <<<http://www.luzberto.com/wp-content/uploads/2015/04/bt.jpg>>> Acesso out 2016

Municipal Manoel Borba e o casario da antiga fábrica Fiação de Tecidos Goiana (Fiteg) (FUNDAJ, 2011)<sup>51</sup>.

**Foto 3 – Igreja erguida pelos Jesuítas no povoado de São Lourenço**



Fonte: a autora. Abril, 2016.

**Foto 4– Antigo prédio da Prefeitura de Goiana**



Fonte: A autora. Janeiro 2017

Duas das igrejas que fazem parte do Patrimônio Religioso:

---

<sup>51</sup> Goiana, PE: patrimônio histórico e cultural. In [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=861&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=861&Itemid=1) Acesso nov 2017

**Foto 5 –Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**



Fonte: A autora. Janeiro 2017

**Foto 6 – Igreja Nossa Senhora da Conceição**



Fonte: A autora. Janeiro, 2017

Como já relatado anteriormente, Goiana apresenta em seu território um vasto campo voltado à monocultura da cana-de-açúcar, e é inegável que esse tipo de *plantation* deixe marcas por onde passa. Segundo Andrade (2001), o *plantation* do Nordeste, além de ter

deixado marcas severas na paisagem (em se tratando de Pernambuco, a Zona da Mata quase não é mais configurada pela estrutura vegetal que lhe deu nome), como o desmatamento vasto; além disso, a estrutura social advinda da monocultura da cana é muito rígida. Freyre (2004), referindo-se a essa estrutura social, diz que “Em nenhuma parte do Brasil, a formação da família se processou tão aristocraticamente como entre os entre os canaviais da Nova Lusitânia” (p. 130). Segundo o autor, essa “civilização do açúcar” (FREYRE, 2004, p. 130) criou um tipo de aristocracia no nordeste brasileiro, com direito a uma vida fidalga e nobre, com seu escravo e mantendo a seleção sexual da sua família através da endogamia (casamento entre primos, tio com sobrinhas etc.).

### **Foto 7 – Canavial em Goiana (margens BR-101)**



Fonte: A autora. Abril 2015.

Além da paisagem de Goiana, é possível ainda notar traços de certa aristocracia açucareira, principalmente no setor político do município. Famílias ligadas à política local há anos levam seus sobrenomes ano após ano nas cadeiras de prefeito e vereadores de Goiana. Nesse caso, a política virou uma tradição familiar.

Atualmente Goiana tem vivenciado uma nova dinâmica territorial da produção do espaço. Antes envolvida com comércio e engenhos de cana-de-açúcar, o município tem se visto desafiado a lidar com indústrias de vocação automotiva, vidreira e farmacoquímico. A mudança, que se pode dizer repentina, já apresenta alguns impactos (sociais e econômicos) no município.

#### 4.1.2 Como se vive em Goiana?

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiana tem uma população que totaliza 75.644 habitantes. Para 2015, a estimativa populacional foi de 78.618 habitantes; para 2016, foi de 78.940 habitantes. Observe a tabela de variação populacional:

**Tabela 7 – Tabela da variação populacional**

Período	Variação populacional em valor absoluto	%
1991-1996	2749	4,28
1996-2000	4278	6,40
2000-2007	619	0,86
2007-2010	3848	5,35
2010-2015	2974	3,93

Fonte: IBGE, 2015. Elaboração própria.

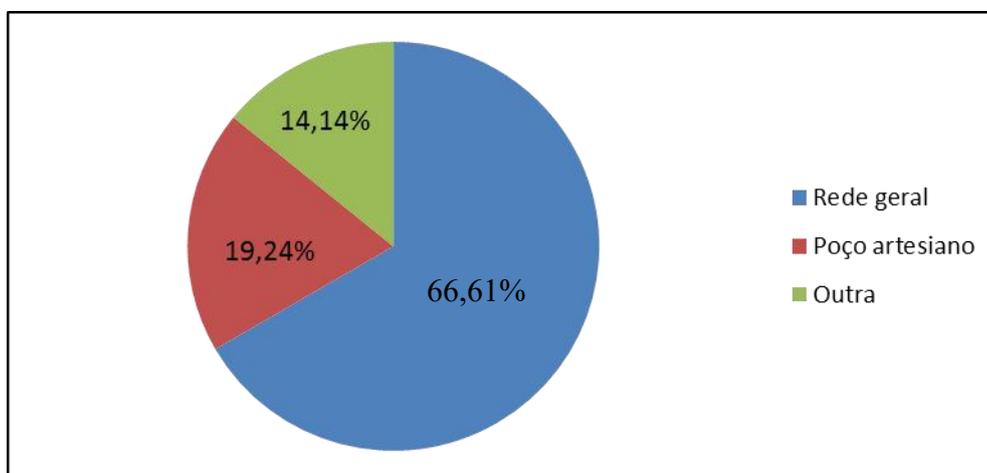
Entre os anos de 1991 a 2000, houve um crescimento ascendente no município. Durante os próximos sete anos seguintes (2000-2007), nota-se uma baixa na variação populacional do município; comparada aos anos anteriores, a taxa de crescimento ficou em torno de 0,87%. No entanto, observa-se, nos três anos seguintes, até o ano de 2010, uma evolução populacional abrupta nesse período.

O crescimento nesse período de três anos chega a ser superior ao que ocorreu no período de sete anos (entre 2000-2007); a essa interpretação sugere-se a promoção e instalação das novas indústrias no município que atraiu/está atraindo um contingente populacional para o município para trabalhar nas atuais instalações fabris. Sabe-se que a migração populacional está relacionada diretamente com a oferta de trabalho, visto o êxodo que aconteceu durante os anos 50, 60, quando nordestinos saíram de suas terras natais e seguiram com destino ao centro de industrialização brasileira.

De acordo com o IBGE (2010), a população de Goiana está distribuída em um total de 21.480 domicílios distribuídos em três distritos: Goiana sede, com 16.940 domicílios; Ponta de Pedras, com 2.254 e Tejucoapapo, com 2.286 domicílios, sendo Goiana sede o distrito mais adensado como já relatado.

Sobre as formas de abastecimento de água, observe o gráfico 2 abaixo.

**Gráfico 3 – Formas de abastecimento de água %**



Fonte: IBGE, Censo de 2010. Elaboração própria

Como é possível observar, 66,61% dos domicílios é abastecida pela rede geral, com qualidade de água comprovada. O número de poços artesianos em domicílios permanentes é bastante alto. É importante ressaltar a necessidade da fiscalização pública desses poços, em relação à qualidade da água. Esse fator, entre tantos outros, seria um dos mais importantes, pois água bem tratada previne doenças e dá maiores condições de habitabilidade.

A coleta de lixo compõe um elemento básico para o funcionamento estrutural de um município. Observe a tabela abaixo:

**Tabela 8 – Coleta de lixo ( %)**

Coleta de Lixo	Domicílios	%
Coleta por serviço de limpeza	17.269	80,3
Coleta em caçamba de serviço de limpeza	987	4,6
Jogado em rio, lago ou mar	34	0,16
Queimado na propriedade	1358	6,32
Enterrado na propriedade	49	0,23
Jogado em terreno baldio	1692	7,88

Outro destino	91	0,42
Total	21480	100

Fonte: IBGE, Censo de 2010. Elaboração própria.

De acordo com a tabela acima, pode-se observar que de fato a maior parte dos domicílios é beneficiada com a coleta do serviço de limpeza oferecido pela prefeitura, somando com os que são coletados em caçamba fornecidas pelo serviço de limpeza, temos um total de 18256 domicílios. Ou seja, mais da metade dos domicílios usufruem de uma coleta regular e segura.

No entanto, o número de municípios com condições precárias de descarte de lixo também é alto, juntos correspondem a 3.224 domicílios, ou seja, 15% dos domicílios do município sofrem com o descarte do lixo. O descarte, na maioria das vezes, é insalubre e pode comprometer a saúde dos moradores. Dentre os descartes irregulares, o de maior número são os resíduos que são despejados em terrenos baldios; o resultado desse lixo num ambiente insalubre como um terreno baldio é o acúmulo de água e aumento de pestes urbanas como ratos, escorpiões e baratas. Além disso, Goiana não tem aterro sanitário. No momento, os resíduos coletados são direcionados para a cidade vizinha, Igarassu.

Para um município que se denomina como a cidade das oportunidades, apresentar ainda problemas estruturais como a coleta difícil, torna-se complicado qualquer promoção da cidade. A situação fica ainda mais desconfortável se levar em consideração o aumento da oferta imobiliária no município; logo, mais habitante, mais lixo. Goiana precisa com urgência de seu aterro sanitário para abarcar todo o lixo que será produzido no município. Quanto ainda será gasto com o transporte de lixo para Igarassu?

O esgoto compõe o último indicador no que se refere ao saneamento básico. Observe a tabela 9:

**Tabela 9 – Esgotamento sanitário**

<b>Tipo</b>	<b>Número de domicílios</b>	<b>%</b>
Rede geral de esgoto ou pluvial	4915	25

Fossa séptica	2368	12,04
Fossa rudimentar	11600	59
Vala	474	2,42
Rio, lago ou mar	169	0,85
Outro	137	0,69
Total	19663	100

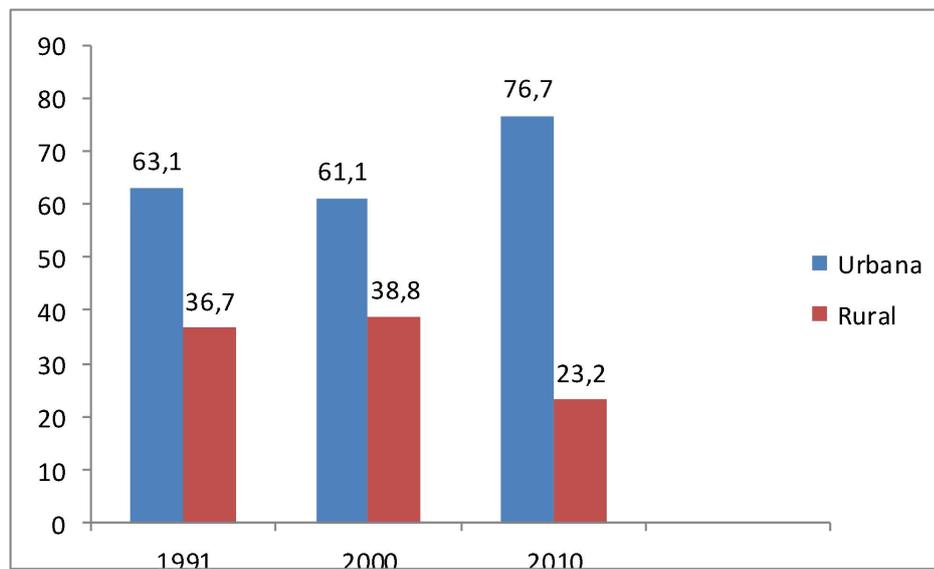
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria

De acordo com a tabela acima que utiliza como indicador os domicílios que possuem banheiro dentro da residência de uso exclusivo dos moradores (total de 19.663), é possível constatar que a maioria dos domicílios usa como esgotamento sanitário a fossa rudimentar. Esse tipo de fossa não é salubre e pode contamina, por exemplo, poços de água. O número de fossa rudimentar ultrapassa até mesmo o da rede geral de esgoto, contrariando o que acontece no caso do abastecimento de água.

5,14% dos domicílios (1105) tinham sanitários, mas eles ou não se localizavam dentro da residência ou não eram de uso exclusivo do município; 712 domicílios declararam não ter banheiro. Esse é um número preocupante. Onde estaria o saneamento básico de Goiana? Como uma cidade, considerada um polo de desenvolvimento do norte do estado. Ainda há casas sem banheiro? Torna-se ainda mais preocupante se olharmos o número de domicílios que jogam seus detritos no mar, rio ou lago, um total de 169. Goiana é uma APA (Área de Preservação Permanente) e possui uma Resex em seu território; ter domicílios que utilizam desse tipo de esgotamento sanitário é um tanto insalubre visto a condição atual de status em que é definido o município.

Na condição de “Outra”, é possível elencar abastecimento através de carro pipa, açudes e chuva (cisterna). O número também é bastante preocupante, visto a condição insalubre que essas formas de abastecimento de água apresentam.

Outro dado interessante é que no município ainda há uma população rural bastante significativa. No entanto, observa-se que a população urbana vem crescendo ao longo dos anos visto a nova dinâmica industrial.

**Gráfico 4 - População rural e urbana (Valores em %)**

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria

De acordo com o gráfico acima, podemos visualizar os dados estimativos da população rural e urbana do município. Curiosamente, observa-se um aumento populacional rural entre os anos de 1991 e 2000, o que é perfeitamente comum em um município que mantinha sua economia local (além dos serviços do setor terciário) voltada para a monocultura da cana-de-açúcar (Engenhos). No entanto, a partir da primeira década de 2000, observa-se que há uma diminuição da população rural. Em contrapartida, a população urbana em Goiana aumentou significativamente entre os anos de 2000-2010.

A densidade demográfica do município, segundo o censo de 2010 do IBGE corresponde a 150,72 hab/km<sup>2</sup>. Óbvio que o aumento populacional do município resultaria também numa maior densidade populacional, se pegarmos o dado estimativo do IBGE para a população de Goiana em 2015, que foi de 78.618 habitantes; a densidade demográfica para o mesmo ano de 2015 resulta em 176,34 ha/km<sup>2</sup>. No entanto, devido à extensa área do município (445,814km<sup>2</sup>), maior até que Recife, a população de Goiana concentra-se boa parte na área mais urbana, ou Goiana sede, como é classificado pelo IBGE.

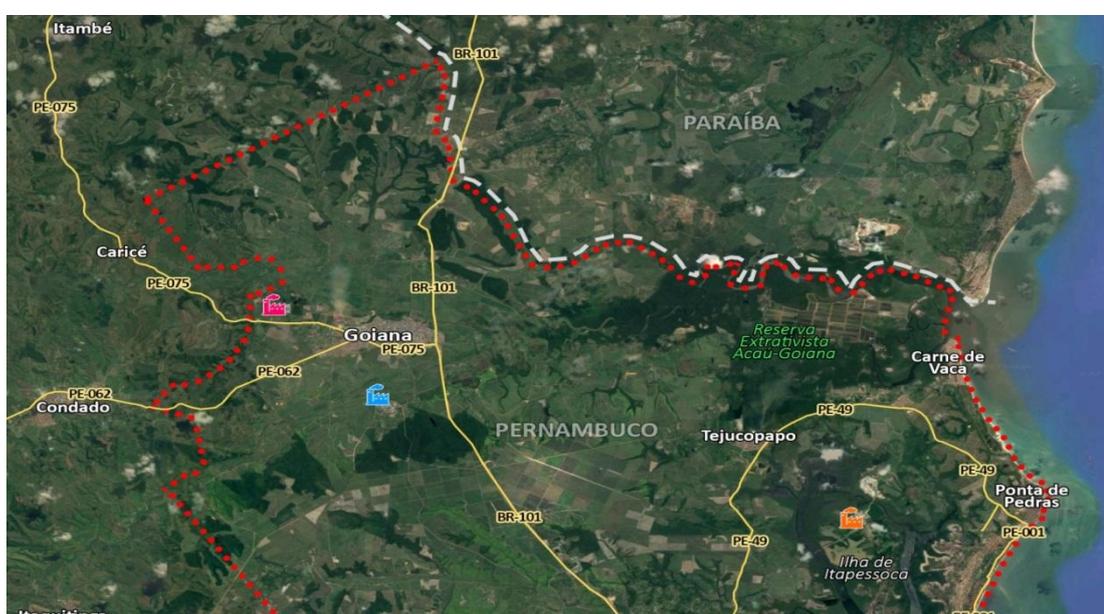
Os dados acima retratados expõem sobre a conjuntura social do município, de como é viver em Goiana. Se pode associá-los aos dados anteriormente retratados no capítulo um, sobre a DST no município. Goiana se apresenta atualmente como “A cidade das

oportunidades”, no entanto, é um tanto contraditório encontrar em uma cidade que se abre para o mundo dados relatados acima, como por exemplo, uma significativa população rural e casas sem ainda o devido esgotamento sanitário.

#### 4.2 Os eventos industriais

Observe a figura 14:

**Figura 14 – Localização das indústrias Klabin, Itapessoca e Usina Santa Tereza**



#### LEGENDA

 KLABIN S/A

 USINA SANTA TERESA

 FÁBRICA DE CIMENTO ITAPESSOCA

Fonte: Google maps. Edição: Allyson Campos. Março, 2017

Goiana já apresenta em seu território certa autonomia em seu cenário industrial. Sendo assim, podemos destacar a Fábrica de Cimentos Itapessoca Agroindustrial do grupo Nassau, a Usina Santa Tereza e Klabin, importante empresa no ramo de papelão ondulado com mais de 40 anos de fundação (figura 14).

No entanto, esse cenário muda um pouco de figura quando, a partir dos anos 2010, Goiana passa a ser vislumbrada pelo governo do estado de Pernambuco. Nos anos precedentes desta década, mais precisamente entre 2010 a 2013, Goiana se configura como um dos municípios mais aspirados para instalação industrial e logo passa a ser conhecido como um importante Polo industrial de Pernambuco<sup>52</sup>.

As intenções do Governo do Estado eram exatamente expandir a produção industrial para o interior, visando à dispersão dessas indústrias e desafogar a RMR, proporcionando assim uma descentralização de investimentos na tentativa de diminuição de desigualdades sociais e econômicas<sup>53</sup>. Salienta-se aqui que essa intenção do Governo do Estado veio logo após momentos importantíssimos para a política de desenvolvimento do país, que foi a PNDR, que vai totalmente de acordo com a intenção de expandir os investimentos além da RMR.

A partir desse momento, três importantes indústrias anunciam instalação em Goiana: A VIVIX, HEMOBRÁS e a Fiat Chrysler (FCA). Vale salientar que a HEMOBRÁS já tinha o terreno para a sua construção desde o ano de 2005, em um terreno de 400 hectares, desapropriado e pago pelo Governo do Estado; no entanto, a fábrica só entrou em operação em 2012, ano em que a FIAT iniciou sua construção em Goiana. Com duas indústrias nacionais (VIVIX e HEMOBRÁS) e uma multinacional (Fiat Chrysler (FCA)), o município, que até o momento era conhecido apenas pela monocultura de açúcar (apesar da presença de outras indústrias), passa a ser o “Oásis Industrial” do estado de Pernambuco. Com o anúncio desses importantes grupos, outras empresas menores, mas dos mesmos segmentos, são também atraídas, o que dá origem aos polos farmacoquímico, vidreiro e automotivo.

Considera-se aqui a importância da AD-DIPER nesse processo, visto que a ela trabalhou de maneira mais intensa na atração (especialmente no que se refere à Fiat Chrysler (FCA)) dos meios de produção, que através de mecanismos como o PRODEPE (no que se refere a incentivos fiscais estaduais), tornou possível a instalação dessas indústrias.

---

<sup>52</sup> Goiana está prestes a virar pólo industrial de Pernambuco. <http://www.brasil247.com/pt/247/pernambuco247/89213/Goiana-est%C3%A1-prestes-a- virar-polo-industrial-de-PE.htm>>. Acesso nov 2017

<sup>53</sup> Em Goiana, Eduardo Campos defende desenvolvimento integrado como forma de reduzir desigualdades entre as regiões. In < [http://www.psb40.org.br/not\\_det.asp?det=3544](http://www.psb40.org.br/not_det.asp?det=3544)>. Acesso nov 2017

Esse momento caracteriza uma mudança deveras intensa para o município. Antes, desconhecido até mesmo para os pernambucanos, Goiana passa a ser conhecida nacionalmente; o município, a partir de então, começa a experimentar mudanças na sua DTT e DST. A DTT que já sofrera alterações, visto que a partir de 2007, há clara intenção de ascender economicamente as regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste, destituindo paradigmas relacionados principalmente à Região Nordeste, como afirmava Santos e Silveira (2002), de que a essa região era conferido o status da região que apresentava a menor densidade técnico-científico- informacional do Brasil.

Dessa forma, os eventos industriais mudam a dinâmica territorial do município, e até mudar a DST, apesar de as duas estarem inter-relacionadas, demora um pouco, visto que um processo social demora mais que uma instalação fabril. No entanto, no que diz respeito a contingente populacional, esse é o resultado mais palpável, a população em Goiana aumentou significativamente como resultado da atração do trabalhador por esses novos empreendimentos. Além disso, a oferta de cursos preparatórios também muda a dinâmica da DST, pois eles montam uma nova conjuntura técnica no município; portanto, os cursos profissionalizantes executam uma função importante na dinâmica da DST do município, pois elevam o nível de escolaridade da população e a insere em um novo contexto de vínculo empregatício.

#### *4.2.1 O polo farmacológico*

Segundo a AD-Goiana (s/d), o polo farmacológico, além da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), conta com cerca de 10 indústrias, que darão suporte à âncora do polo. Criada através da lei nº 10.972, de 2 de novembro de 2004, e um terreno de 25 hectares, a HEMOBRÁS é uma importante empresa ramo farmacológico, pois diminuirá a dependência do Brasil nos produtos relativos a hemoderivados e biofármacos. O polo farmacológico ao todo, conta com um terreno de 287 hectares.

Além dessas atividades, o polo farmacológico é assegurado como um importante gerador de empregos. Segundo a AD-Goiana (s/d), a previsão de geração de empregos quando

o polo estiver em pleno funcionamento é de 1500. O polo farmacológico conta com financiamento através do PRODEPE e é coordenado pela AD-DIPER.

**Figura 15 – Composição do polo farmacológico**

EMPRESA	ESPECIALIDADE	INVESTIMENTO	EMPREGO
Hemobrás	Hemoderivados	R\$ 670 milhões	360 diretos
Lafepequímica	Antirretrovirais	Em estudo	Em estudo
Riff	Soros	R\$ 83,8 milhões	228 diretos
Vita Derm	Cosméticos	R\$ 30 milhões	350 diretos
AC Diagnósticos	Kits de diagnóstico	R\$ 13,5 milhões	270 diretos
IonQuímica	Insumos para indústria farmacêutica	R\$ 18 milhões	50 diretos
Inbesa (Rishon)	Cosméticos	R\$ 6 milhões	105 diretos
Cosméticos Ind. e Com. (Hair Fly)	Cosméticos	R\$ 20 milhões	180 diretos
Multisaúde	Homeopatia	R\$ 4,29 milhões	40 diretos
<b>Total</b>	-	<b>R\$ 845 milhões</b>	<b>1.583 diretos</b>

Fonte: Jornal ggn<sup>54</sup>

Segundo Frota (2013), apesar de a HEMOBRÁS ser uma empresa estatal, a tecnologia que é desenvolvida para seu funcionamento é estrangeira, no que diz respeito a máquinas e equipamentos, e, portanto, segundo a autora, nesse segmento da cadeia, o montante do estado será pequeno. No que se refere à tecnologia estrangeira, há a participação do Laboratório Francês de Biotecnologia<sup>55</sup> (LFB), que participa desde a transferência tecnológica a resolução da Diretoria Executiva da HEMOBRÁS. Essa migração de tecnologia também se trata de uma estratégia que Godoi e de Deus (2009), que salientam que o Brasil começou a participar, no ano de 1945, da abertura do mercado para tecnologias internacionais para o aperfeiçoamento do mercado interno, que, neste caso, faz ligação direta com empresa francesa de tecnologia.

<sup>54</sup> In <<<https://jornalggn.com.br/sites/default/files/document/s/marciostefanniad-diper.pdf>>> Acesso dez 2016

<sup>55</sup> Ministro assina acordo para construção da segunda etapa da Hemobrás em Goiana <<https://pedesenvolvimento.com/2011/05/07/ministro-assina-acordo-para-construcao-da-segunda-etapa-da-hemobras-em-goiana/>> Acesso dez 2016

A HEMOBRÁS pretende também manter um setor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica (PD&I). Essas pesquisas, como sinaliza Frota (2013), serão desenvolvidas tanto em universidades e centros de pesquisa, quanto em seus próprios laboratórios. Para isso, a empresa conta com o financiamento do BNDES para o desenvolvimento das pesquisas; essas parcerias de pesquisas saem do estado de Pernambuco e estão ligadas a fundações de pesquisas no Rio de Janeiro e Paraná, por exemplo.

Segundo o site PE no desenvolvimento<sup>56</sup>, na segunda etapa da construção da HEMOBRÁS, a força de trabalho estimada para o serviço foi de 300 trabalhadores, de maneira que no pico da construção esse número quase triplica, indo para 800 trabalhadores. Esse torna-se um dado importante, visto que Santos e Silveira (2002) salientam para o fato que o “discurso de empregos” torna-se completamente aceitável para a atração de um empreendimento para uma determinada área.

Espera-se que a HEMOBRÁS esteja em pleno funcionamento no ano de 2018 (a empresa já opera, no entanto, a obra total não está concluída). O polo farmacológico segue a mesma linha, mas ainda não tem previsão de conclusão.

#### *4.2.2 O polo vidreiro*

Dando segmento ao polo de desenvolvimento de Goiana, temos o polo vidreiro, tendo como âncora a Empresa Vivix de Vidros Planos (VVP). A Vivix é a única no Brasil com capital 100% nacional. Em fevereiro de 2014, deu início às suas atividades, tendo como principais clientes as indústrias da construção civil e movelaria.

A Vivix encontra-se numa área de 90 mil m<sup>2</sup>, com capacidade para produzir 900 toneladas por dia. Apesar de ser a única empresa brasileira do ramo com 100% de capital nacional, a Vivix, por sua vez, também conta com parceria tecnológica francesa, o grupo Fives, reforçando assim o que se entende por alianças de capital no município de Goiana, favorecendo e reforçando um cenário favorável para a DIT, que por sua vez implicará na DTT

---

<sup>56</sup> Ministro assina acordo para construção da segunda etapa da Hemobrás em Goiana < <https://pedesenvolvimento.com/2011/05/07/ministro-assina-acordo-para-construcao-da-segunda-etapa-da-hemobras-em-goiana/>> Acesso dez 2016

visto o investimento tecnológico estrangeiro ao qual a produção dos vidros está sendo submetido; e também na DST, já que ambas (DTT E DST), segundo Santos (2006), são indissociáveis.

Outras empresas estão presentes no polo vidreiro (as sistemistas), são elas: a Pórtico Esquadrias (investimento de R\$ 8 milhões e geração de 230 empregos), a CBVP (R\$ 770 milhões e 1,5 mil empregos), a Sanvidro (R\$ 11 milhões e 120 empregos), Target (R\$ 15 milhões e 120 empregos), Intervidro (R\$ 6,6 milhões e 102 empregos), Norvidro (R\$ 6 milhões e 97 empregos) e Casa Bandeirantes (R\$ 7 milhões e 50 empregos)<sup>57</sup>. A Vivix, assim como outras empresas do polo vidreiro, foi viabilizada através do PRODEPE, e também é monitorada pela AD-DIPER.

#### **Foto 8– Fábrica da Vivix em Goiana**



Fonte: ADDIPER<sup>58</sup>

Atenta à necessidade, a Vivix tem realizado algumas capacitações para a mão-de-obra no estado. Em fevereiro de 2016, a empresa, em parceria com o SENAI e o governo do estado, realizou uma série de capacitações em Jaboatão dos Guararapes e em Itapissuma, visto a

<sup>57</sup> Polo vidreiro ganha espaço. In <<https://pedesenvolvimento.com/2013/04/27/polo-vidreiro-ganha-espaço/>>

<sup>58</sup> In <<<http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/ad-diper-monitora-162-empresas-instaladas-e-beneficiarias-do-prodepe/>>> Acesso dez 2016

necessidade de mão-de-obra qualificada para o setor<sup>59</sup>. A Vivix faz parte do Grupo Cornélio Brennand. E, assim como o polo farmacológico, o polo vidreiro está com suas obras estagnadas.

#### 4.2.3 O polo automotivo

O polo automotivo, que tem como âncora o grupo Fiat Chrysler (FCA), é um dos mais importantes polos de Goiana, se não o mais importante, o mais representativo. Em um terreno de mais de 14 milhões m<sup>2</sup> (referente a todo pólo automotivo), a Fiat está orçada numa obra de R\$ 8 bilhões, que inclui fábrica, pista de testes, campo de provas e centro de desenvolvimento tecnológico e mais 16 empresas sistematizadas. Segundo a AD-Goiana (s/d), a previsão é de gerar sete mil empregos.

A fábrica da Fiat Chrysler (FCA), que anteriormente havia sido direcionada para o Cabo de Santo Agostinho em 2010 (mas que num movimento estratégico da AD-DIPER, ela voltou-se para Goiana na tentativa de manter no Cabo de Santo Agostinho apenas empresas e indústrias que fomentem a atividade industrial naval), teve sua localização definida em agosto de 2011; como uma estratégia de desenvolvimento regional direcionada pelo Governo do Estado, na intenção de aliviar o adensamento industrial da RMR. O terreno onde se localiza a Fiat foi doado pelo governo do estado. Segundo a AD-Goiana, a estrutura própria da fábrica da Fiat tem 260 mil m<sup>2</sup> e o parque de fornecedores mede 270 mil m<sup>2</sup>. 17 linhas de produção estão previstas para o polo automotivo; essas operações resultarão em 27 milhões de operações logísticas por ano, entre a fábrica da Fiat Chrysler (FCA) e os fornecedores (AD-Goiana, s/d).

No ano de 2015, a fábrica iniciou suas operações, com a produção do seu carro chefe, o Jeep Renegade. Considerada a mais moderna do conglomerado da Fiat, a fábrica mantém o seu próprio parque de fornecedores, dos quais foram gastos cerca de R\$2 bilhões numa área de 270 mil m<sup>2</sup>. A inauguração da Fábrica contou com a presença da Presidenta Dilma Roussef.

---

<sup>59</sup> Empresas do polo vidreiro investem em capacitação de mão de obra. In <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pemambuco/noticia/2016/02/03/empresas-do-polo-vidreiro-investem-em-capacitacao-de-mao-de-obra-219782.php>>. Acesso jan 2017

Para instalação da fábrica, o grupo contou com generosos incentivos fiscais, de maneira que dois terços do valor dela vieram do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil e do Banco de Desenvolvimento do Nordeste (O globo, 2016)<sup>60</sup>.

Analisar essas novas instalações fabris em Goiana como “Evento” parte da análise de Santos (2002), quando ele trata evento como algo novo, um conjunto de possibilidades e algo que acontece no presente. Segundo o autor, “os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2002, p. 94). O evento é, portanto, o responsável por tornar as coisas novas.

O autor recorda também que “não há evento sem ator” (SANTOS, 2002, p. 95). Dessa forma, toda a complexidade do evento está envolvida em um conjunto de ações. Os eventos sociais (esses que estamos analisando) são realizados através da ação humana e resultam de adaptação do espaço geográfico de acordo com as necessidades do homem. Os eventos podem ser ainda finitos, de alcance limitado, por fatores econômicos ou mesmo de esgotamento de possibilidades.

Que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas? A primeira delas é o Estado, pelo seu "uso legítimo da força", encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre outras macroorganizações. Nem as instituições supranacionais, nem as empresas multinacionais têm esse poder. Se estas podem colher indiretamente resultados globais, seus efeitos diretos são, sobretudo pontuais ou lineares (SANTOS, 2002, p. 98).

Os eventos industriais em Goiana foram claramente desenvolvidos pelo governo do estado de Pernambuco. Por projeto de lei (como foi o caso da HEMOBRÁS) ou por doação de terreno (caso da Fiat Crysler (FCA)), os eventos foram aprovados sem nenhuma contestação pelo município. Analisar esses polos como eventos nos faz entender que “É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos, lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço” (SANTOS, 2002, p. 101).

---

<sup>60</sup> Grupo Fiat inaugura oficialmente sua fábrica em Goiana, Pernambuco. In <<http://oglobo.globo.com/economia/carros/grupo-fiat-inaugura-oficialmente-sua-fabrica-em-goiana-pernambuco-16005689#ixzz4Xkfx77zS>> Acesso jan 2017.

Esses eventos acontecem também de maneira cronológica, um evento não pode atropelar o outro. A HEMOBRÁS iniciou sua edificação em Goiana em 2009, apenas em 2010, soube-se que a Fiat Crysler (FCA) viria para Pernambuco, e a Vivix, em meados 2011, todos os eventos de maneira sequencial e em momentos diferentes.

A partir desses, surgiram os polos farmacológico, automotivo e vidreiro respectivamente. Nesse momento, se observa a “evolução conjunta dos diversos”, de maneira que como resultado disso, temos alteração tanto no espaço (no que diz respeito – ainda que timidamente - à paisagem da monocultura da cana) quanto na sociedade (através dos cursos de capacitação oferecidos pelo sistema “s” - Senai, Sesi, Senac – pela prefeitura e pelo governo do estado) para força de trabalho nas fábricas, sobretudo na fábrica da Fiat Crysler (FCA).

Goiana foi escolhida como o lugar. Todo evento, segundo Santos (2002), precisa de um lugar. Este, por sua vez, não acontece solto no espaço. Goiana, como lugar estratégico, foi definido para se tornar o novo polo de desenvolvimento do estado. Uma de suas importantes características é que, além de manter-se próximo a duas capitais do Nordeste, Goiana apresenta boa parte de seu relevo plano, o que leva a custos menores em situações de terraplanagem, que na maioria das vezes é oferecida pelo governo do estado como mais um “incentivo” para a instalação dos futuros eventos.

Na imagem abaixo, pode-se observar que houve maior aproximação das indústrias para a sede do município. A Fiat Crysler (FCA), A HEMOBRÁS e a Vivix estão bem localizadas às margens da BR-101, o que facilita o escoamento de produção dos três empreendimentos industriais.

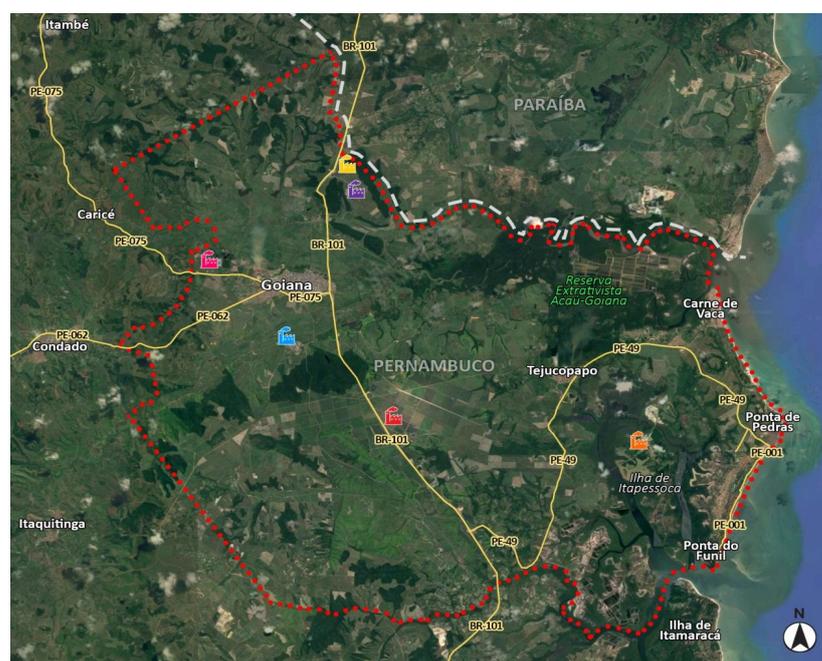
A vinda dos novos eventos industriais para Goiana proporcionou também outro tipo de movimentação no espaço: o mercado imobiliário. Uma indústria é capaz de atrair outros serviços que não são propriamente industriais, mas que, de certa forma, contribuem para o bom funcionamento daquela; neste caso, pode-se citar: rede de hotéis, restaurantes e estabelecimentos comerciais. Esses serviços são importantes, pois dão suporte aos possíveis novos habitantes advindos com a chegada desses novos eventos industriais. Neste capítulo, o

foco será voltado para a expansão do mercado imobiliário no município, chamando a atenção para modelos ambiciosos de cidades planejadas.

A vinda dos novos eventos industriais para Goiana proporcionou também outro tipo de movimentação no espaço: o mercado imobiliário. Uma indústria é capaz de atrair outros serviços que não são propriamente industriais, mas que, de certa forma, contribuem para o bom funcionamento daquela; neste caso, pode-se citar: rede de hotéis, restaurantes e estabelecimentos comerciais. Esses serviços são importantes, pois dão suporte aos possíveis novos habitantes advindos com a chegada desses novos eventos industriais. Neste capítulo, o foco será voltado para a expansão do mercado imobiliário no município, chamando a atenção para modelos ambiciosos de cidades planejadas.

Sendo assim, o novo território industrial de Goiana pode ser representado da seguinte forma:

**Figura 16– Novo território industrial de Goiana**



**LEGENDA**

 KLABIN S/A	 VIVIX
 USINA SANTA TERESA	 HEMOBRÁS
 FÁBRICA DE CIMENTO ITAPESSOCA	 FIAT CRHYSLER/JEEP

Fonte: Google maps. Edição: Allyson Campos, Março 2017

#### 4.3 As consequências da nova Divisão Internacional do Trabalho: a expansão imobiliária

Goiana tem certa dificuldade em expandir-se no sentido de mercado imobiliário, em sua sede, devido à sede do município ser tombada pelo IPHAN, visto o evidente adensamento urbano e o fato de a maior parte do distrito ser tombado pelo IPHAN, impossibilitando assim grandes reformas nas casas e construções de grandes gabaritos. Para tanto, a expansão imobiliária do município dá-se em direção da PE-075, e em direção da PE-049 (praias de Goiana) e PE-062 (sentido Condado).

Essa nova dinâmica imobiliária do espaço pode ser entendida como “mercado capitalista da construção” (MARQUES 2005 apud VOLOCHKO, 2008). Isso porque, entendendo a dinâmica de expansão industrial como um processo de expansão de mercado capitalista, tudo que vier como resultado dessa expansão também será interpretado como tal, pois se trata do modo capitalista de produção do espaço.

Devemos pontuar que a produção dos elementos do ambiente construído pelo mercado capitalista – casas, edifícios residenciais e comerciais, fábricas, escolas, clubes, Shopping Centers, condomínios etc – apresenta características peculiares, pois tais elementos se caracterizam como sendo uma modalidade específica da mercadoria: a mercadoria “espaço”. Em primeiro lugar, comparada com outras mercadorias, a produção do espaço mantém uma relação intrínseca com o poder político do Estado, que atua como instância de normatização, regulação, aprovação da produção desta mercadoria. São exemplos de ação determinante do Estado as inúmeras legislações referentes ao uso e ocupação do espaço, seu zoneamento em suas funções, os parâmetros sobre coeficientes de aproveitamento, as avaliações técnicas de projetos imobiliários, as deliberações sobre a execução de obras para a instalação/melhoramento de equipamentos urbanos, entre outros. Contudo, a despeito de todo esse controle, temos elementos suficientes para desconfiar que a lógica que figura a base de sua atuação não tem sido fundamentalmente diferente da lógica capitalista, e que, assim, haveriam mais parcerias que confrontariam em relação à atuação do Estado frente aos capitais (VOLOCHKO, 2008, p. 78).

Nesse caso, entendemos que o espaço está à mercê do mercado capitalista de habitação, de maneira que é normatizado pelo Estado, mas que se pode entender que o próprio aparelho normativo é confrontado frente ao interesse do capital. Goiana, desde 2010, vem sofrendo uma grande pressão para a expansão do seu mercado imobiliário que sinaliza a nova dinâmica do espaço no município. Em uma reportagem fornecida, no ano de 2011, ao Diário de Pernambuco<sup>61</sup>, o corretor de imóveis da cidade O.M.S. informou que nunca viu tantos orçamentos milionários na cidade; casas que antes eram vendidas a R\$ 200 mil, agora estão

<sup>61</sup> Morar em Goiana já está mais caro. In < <http://www.blogdoandersonpereira.com/2011/08/morar-em-goiana-ja-esta-mais-carro.html>> Acesso jan 2017

sendo negociadas por R\$ 600 mil, de maneira que as de R\$ 600 mil passam a ser negociadas por R\$ 1,5 milhão. O corretor ainda informou que essa valorização perpassa pelos aluguéis. A reportagem chega a relacionar o que está acontecendo com Goiana já ter sido vivenciado em Ipojuca, quando os eventos industriais inflacionaram o mercado imobiliário.

Já em outra reportagem, no ano de 2015, o *Jornal Commercio*<sup>62</sup> afirma que a fábrica da Fiat Chrysler (FCA) foi a grande responsável por essa nova dinâmica econômica (processo de expansão de mercados: capitalista e imobiliário). Na reportagem, são citados pelo menos cinco novos empreendimentos que seriam lançados.

Quando foi citado acima sobre os ambiciosos projetos imobiliários para Goiana, toma-se como exemplo esse, de um trecho da reportagem: “Apenas o Parque das Palmeiras será entregue com heliponto, painéis fotovoltaicos, sistema de reúso de água e área de lazer com quadras, parque aquático, cinema, haras, capela e píer. O investimento nos três empreendimentos chega próximo aos R\$ 35 milhões.” (*Jornal do Commercio*, 2015).

Ressalta-se que todos os equipamentos urbanos citados, na maioria dos empreendimentos imobiliários do município, terão equipamentos de que o município em si ainda não dispõe para a maioria de seus moradores, como é o caso do saneamento básico, parques aquáticos e sistema de reúso de águas. Daí a necessidade de se criar espaços para os novos moradores do município, onde só mora quem tem capital para investir nesse tipo de moradia. O mercado imobiliário de Goiana encontra-se ainda bastante aquecido como se pode observar, visto as atuais necessidades de abrigar contingente populacional advindo com os novos eventos industriais. Já está também em fase de construção o Hotel Abba Goiana, atendendo a uma demanda de “hotéis de negócio”. O hotel será o primeiro com padrão internacional da região, que pretende atender à demanda da fábrica da Fiat Chrysler (FCA); o empreendimento está localizado a apenas 3km da praia. Com 120 leitos, o hotel conta ainda

---

62 Mercado imobiliário permanece aquecido em Goiana. In <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/imoveis/noticia/2015/05/22/mercado-imobiliario-permanece-aquecido-em-goiana-182279.php>> Acesso jan 2017

com sala de reunião, piscina, fitness room e estacionamento. O grupo que coordena a construção é o grupo mineiro Abba<sup>63</sup>.

**Figura 17 – Chamada do JC online sobre o mercado imobiliário em Goiana**

**MATA NORTE**

## Mercado imobiliário permanece aquecido em Goiana

Fábrica da Jeep atrai e continua a atrair empreendimentos horizontais para a região

Publicado em 22/05/2015, às 07h41

f t G+ in e



Loteamento Novo Horizonte, vendeu mais de 50% dos seus 559 lotes em cerca de três meses  
Imagem: Divulgação

Do caderno de Imóveis

Para muitas pessoas, o sonho de viver em condomínios horizontais ou loteamentos acaba esbarrando na falta de oferta ou de opções acessíveis para o bolso. Na cidade de Goiana, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, no entanto, a chegada da fábrica da Jeep acabou atraindo investimentos para diversos perfis de compradores, mantendo as vendas aquecidas. Diante da demanda, grupos planejam ainda mais lançamentos na região para os próximos meses.

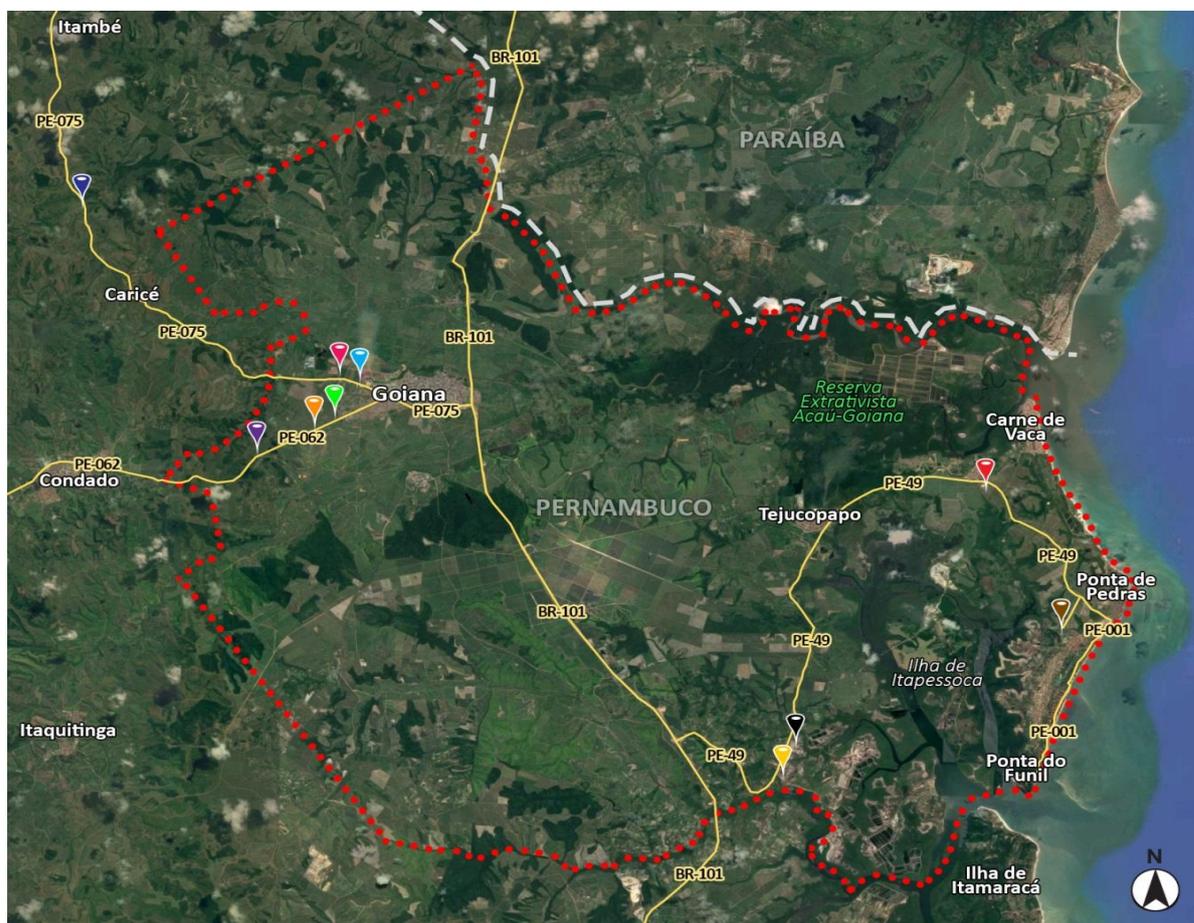
Fonte:JC online<sup>64</sup>

<sup>63</sup> Goiana terá hotel de negócios para atender a demanda do Polo Jeep. In < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/12/16/goiana-tera-hotel-de-negocios-para-atender-a-demanda-do-polo-jeep-263730.php>> Acesso jan 2017

<sup>64</sup> In < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/imoveis/noticia/2015/05/22/mercado-imobiliario-permanece-aquecido-em-goiana-182279.php>> Acesso jan 2017

A figura abaixo (figura 18) traz uma lista dos empreendimentos imobiliários em Goiana. No entanto, não se trata de todos os empreendimentos; a pesquisa foi realizada com uma imobiliária local (Goiana Imóveis) que forneceu os dados.

**Figura 18– Empreendimentos imobiliários em Goiana**



### LEGENDA

- |   |   |
|---|---|
|  <b>RESERVA ATLÂNTICA CAJUEIROS</b><br>Incorporadora: Nacional Empreendimentos<br>Imóveis de 42,22m <sup>2</sup>                   |  <b>PARQUE DAS PALMEIRAS ECOLIFE</b><br>Incorporadora: Grupo Empresarial Paradigma<br>Lotes a partir de 200m <sup>2</sup> a 1000m <sup>2</sup> |
|  <b>LOTEAMENTO VISTA PLENA</b><br>Incorporadora: Vista Empreendimentos<br>Lotes de 240m <sup>2</sup>                               |  <b>PORTAL DO MAR</b><br>Incorporadora: AMP Empreendimentos imobiliários<br>Lotes a partir de 250m <sup>2</sup>                                |
|  <b>PORTAL GOIANA RESIDENCE</b><br>Incorporadora: Inocoop Plus/Coesa<br>Área do apartamento: 50,20m <sup>2</sup>                   |  <b>MIRANTE DO MAR</b><br>Incorporadora: Imobi Desenvolvimento Urbano<br>Lotes de 220m <sup>2</sup> a 500m <sup>2</sup>                        |
|  <b>NOVO HORIZONTE</b><br>Loteamento com 644 lotes   |  <b>GOIANA BEACH LIFE</b><br>Incorporadora: Imobi Desenvolvimento Urbano<br>Lotes de 250m <sup>2</sup> a 400m <sup>2</sup>                     |
|  <b>NORTHVILLE</b><br>Incorporadora: Grupo Empresarial Paradigma<br>105 lotes de 450m <sup>2</sup> e quatro torres de apartamentos |  <b>CONDOMÍNIO CAMINHO DA PRAIA</b><br>Incorporadora: Patrimônio Incorporações<br>Lotes a partir de 200m <sup>2</sup>                          |

Fonte: Google maps. Edição: Allyson Campos, março 2017

**Tabela 10 – Valor estimado de venda dos lotes e apartamentos**

<b>Empreendimento</b>	<b>Valor estimado</b>
Caminho da Praia	Lotes a partir de R\$ 95 mil
Mirante do Mar	Lotes a partir de R\$ 60 mil
Goiana Beach Life	Lotes a partir de R\$ 70 mil
Northville Houses	Metro quadrado do empreendimento comercializado a R\$ 3,5 mil
Northville Residence	*
Portal Goiana Residence	A partir de R\$ 115 mil (para o programa social Minha Casa, Minha vida)
Parque das Palmeiras	A partir de R\$ 47 mil
Portal do Mar	A partir de R\$ 67 mil
Novo Horizonte	A partir de R\$ 75 mil
Loteamento Vista Plena	A partir de R\$ 50 mil
Reserva Cajueiros	Parcelas a partir de R\$ 199,00

Fonte: Elaboração própria. Consulta de valores com imobiliárias e internet.

Outro projeto de grande porte é o Ecoresort Aparauá. Ele será construído numa área equivalente a 40% dos 340 hectares da área; é prevista uma forma de utilização sustentável de recursos, como aproveitamento de água e de energia solar. O espaço atual conta com uma infraestrutura básica que vinha sendo utilizada para eventos e ecoturismo em Goiana. Com o novo projeto, a estrutura será adaptada para hotelaria e ampliação para o conceito de bairro

planejado. Lançado em 2012, o projeto fica a 9km da fábrica da FIAT, no distrito de Ponta de Pedras. Os investidores da área são os próprios proprietários da área, uma empresária do grupo Petribu (mesmo grupo que estava envolvido com a Cidade Atlântica que teve seu projeto embargado).

Houve ainda outro empreendimento para Goiana, o empreendimento Cidade Atlântica. O empreendimento teria capacidade para dezoito mil unidades habitacionais e sessenta mil moradores, contando ainda com dois centros comerciais. Eram previstos ainda para o local shopping, hotéis, centros de logísticas escolas, supermercados, consultórios médicos, entre outros serviços. Financiado por um consórcio privado (Cavalcanti Petribu, GL Empreendimentos, Moura e Queiroz Galvão), Cidade Atlântica fez parte da primeira leva de cidades planejadas em Pernambuco. Com unidades habitacionais que privilegiam tanto a classe baixa com a classe média, segundo o consórcio, o empreendimento é custeado em torno de 3 bilhões de reais numa área de 600 hectares. O projeto da Cidade Atlântica incorporava três bairros e estaria a 12km do núcleo urbano de Goiana.

Apesar de toda propaganda, a Cidade Atlântica sofreu impasses e o projeto passou a ser inviabilizado. Um dos motivos alegados é que a Fábrica da FIAT não permite tanta proximidade com o projeto. Segundo a FIAT, a proximidade da fábrica com o empreendimento iria prejudicar o desenvolvimento da fábrica. O projeto, que foi anunciado por volta de 2012, não teve continuidade, visto que o embargo pela FIAT surgiu no primeiro semestre de 2014<sup>65</sup>.

Todos os empreendimentos apresentados, apesar de se encontrarem numa cidade em que a maior parte da população corresponde a uma renda de aproximadamente dois salários mínimos<sup>66</sup>, respondem a uma tendência de bairros planejados, como no caso do Northville, e de condomínios e loteamentos fechados, que são comercializados a partir de R\$ 90 mil e R\$ 120 mil em média.

---

<sup>65</sup> Cidade atlântica pode não sair do papel. In < <http://www.blogdoandersonpereira.com/2014/01/goiana-fiat-nao-aceita-proximidade-de.html>> Acesso jan2017

<sup>66</sup> IBGE, 2015

## 5 ARRANJOS PARA A PRODUÇÃO CAPITALISTA EM GOIANA

É óbvio que todos esses investimentos, tanto imobiliários quanto industriais, exigiriam certa infraestrutura do município. Boa parte das contrapartidas para o transporte desses investimentos para Goiana é realizada pelo próprio governo do Estado. Passo que como foi afirmado por Volochko (2008), o poder público é o maior fomentador da produção capitalista do espaço, e deve, portanto, atender as exigências desse rigoroso mercado. Iniciando essas contrapartidas no âmbito de eventos industriais, a fábrica da FIAT Chrysler (FCA), em particular, demandou certa exigência e uma série de processos para seu estabelecimento. Iniciaremos pelo Arco Metropolitano.

O Arco Metropolitano é parte de uma concessão de trechos da BR-232 e BR-101 do governo federal para a exploração privada. O Arco não foi viabilizado com a ida da Fábrica para Goiana, mas é no mínimo inquietante que essa tenha sido proposta exatamente no período em que a FIAT iniciaria sua produção; isso porque o Arco facilitará o escoamento da produção da Fábrica e a ligará ao Porto de Suape, importante distribuidor das mercadorias.

Apesar de não integrar a área do projeto, Goiana sofrerá influência direta dessa obra; isso porque as obras do Arco seguirão até Itapissuma, cidade vizinha a Goiana. Segundo a presidente Dilma, em discurso durante a inauguração da fábrica da FIAT, está se estudando a viabilidade da inclusão do trecho norte no plano do Arco Metropolitano, em que ela caracterizou esse movimento como “estratégia de um desenvolvimento regional”<sup>67</sup>.

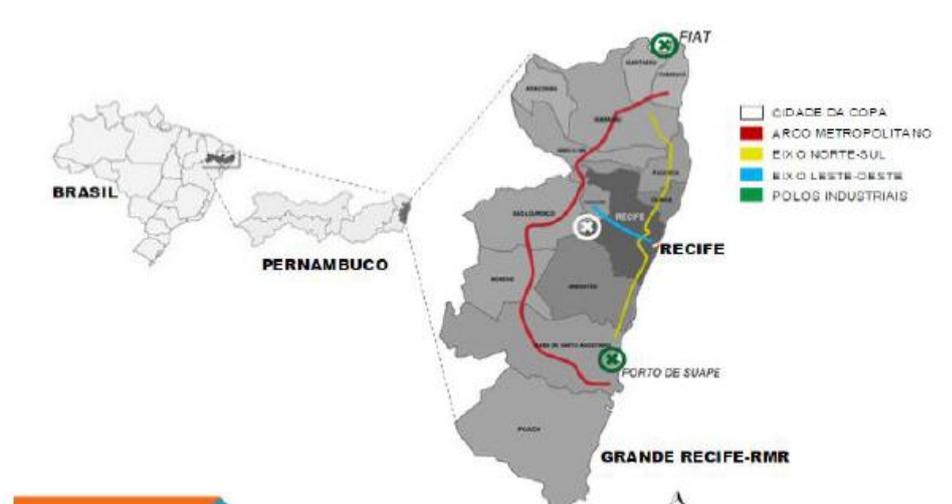
O arco se trata de um anel viário que vai desde a BR -101 norte, próximo a Goiana, à BR – 101 sul, no município do Cabo de Santo Agostinho. Esse molde de anel viário liga dois importantes polos de desenvolvimento do estado. O arco passa ainda por rodovias como a BR – 232 e a PE-060. O projeto do arco é assumido pelo PAC e se trata de uma obra prevista desde a década de 70, no entanto apenas nos anos 2010 que foi viabilizada sua construção. O arco é dividido em dois lotes, o lote 1 que liga a BR-101 norte de São Lourenço da Mata a Goiana, e o lote 2 (trecho sul) – que liga Paudalho (BR-408) ao Cabo (BR-101). Apesar de toda

---

<sup>67</sup> Dilma garante trecho do Arco Metropolitano. Outra parte vai para concessão. In < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/04/28/dilma-garante-trecho-do-arco-metropolitano-outra-parte-vai-para-concessao-178774.php>> Acesso Jan 2017

sua viabilidade para desafogar o trânsito da RMR e facilitar o escoamento das mercadorias, as obras do Arco enfrenta problemas na execução na perspectiva ambiental, por cortar trechos importantes de Mata Atlântica<sup>68</sup>.

**Figura 19 – Arco metropolitano**



Fonte: Slideplayer <sup>69</sup>

Com a inviabilidade do Arco Metropolitano devido ao entrave ambiental, surge uma nova alternativa ao escoamento dessas mercadorias, dessa vez lançado pelo governo do estado de Pernambuco, o Miniarco. Com cerca de 14 km de extensão, esse se trata de uma rodovia estadual pedagiada, que contorna o trânsito da BR-101 nas cidades de Igarassu e Abreu Lima, que são a única via de acesso para Goiana. A obra do Miniarco é prevista em R\$ 160 milhões e será viabilizada através de uma parceria público-privada. O traçado do Miniarco foi elaborado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) mas a obra foi repassada para o governo do estado, pois o Dnit entendeu que ambas estariam concorrendo, enquanto o governo do estado afirma que as obras são complementares e que o Miniarco seria, além de tudo, uma medida mais urgente, visto que ainda não há previsão de entrega do Arco Metropolitano<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> Arco Viário só em 2019. In < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/12/16/arco-viario-so-em-2019-160633.php>> Acesso jan 2017

<sup>69</sup> In < <http://slideplayer.com.br/slide/2318030/>> Acesso jan 2017

<sup>70</sup> Miniarco para desafogar BR-101 começa a sair do papel. In < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/03/12/miniarco-para-desafogar-br-101-comeca-a-sair-do-papel-225602.php>> Acesso jan 2017

Figura 20 – Miniarco



Fonte: Divulgação, 2016

Ainda quando a FIAT não tinha lugar certo e estava apenas no âmbito especulativo, em 2010, a fábrica recebeu uma ajuda do governo federal para integrar-se a programas de benefícios fiscais. O programa de incentivos fiscais para empresas automotivas do Nordeste só é válido para empresas que já estejam inscritas no programa; a FIAT, por exemplo, não estava inserida. Para tanto, além de o programa ter sido estendido para 2020, a FIAT adquiriu uma empresa que já estava inscrita nesse programa, a TCA (fabricante de chicotes elétricos) instalada em Jaboatão dos Guararapes desde 1960.

Ocorre que, no final de novembro de 2010, o governo federal editou uma Medida Provisória (MP) para regime tributário de montadoras. Essa MP foi estabelecida para as regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste, mas com duas MPs distintas; no entanto, a única MP que sofreu alteração foi a lei 9.826, de 1999, conhecida como “Lei Ford”. A lei permitia apenas a concessão entre empresas que produzissem o mesmo produto, no entanto, com a modificação, tornou-se possível a vinculação sem que ambas tratassem da mesma mercadoria.

Como é o caso da FIAT, que produz carros, e da TCA, que produz os chicotes elétricos. Sendo assim, a FIAT, ao adquirir a TCA, herdou seus benefícios tributários<sup>71</sup>.

Afora essas contrapartidas dadas pelo governo do federal e do estado, pode-se somar mais uma. Todo o serviço de terraplanagem do terreno (que foi doado pelo governo do estado de Pernambuco) foi feito pelo próprio estado, numa obra orçada em R\$ 82 milhões (informação extraoficial obtida através de entrevista), em contrapartida aos mais de quatro mil empregos que a fábrica pode gerar.

Ainda é possível citar o conturbado protocolo de intenções. Esse protocolo de intenções deixou a FIAT isenta de pagar seu Imposto Predial e Territorial Urbano. Segundo informações extraoficiais, esse protocolo havia sido assinado entre o prefeito Henrique Fenelon, que antecedeu a Fred Gadelha (prefeito entre 1/1/2013 a 31/12/2016), e, no momento em que o município foi cobrar o imposto, a FIAT apresentou o protocolo. O impasse está sendo discutido desde 2015 e a Prefeitura de Goiana cobra o imposto retroativo desde 2013, somando cerca de 50 milhões de imposto atrasado. O empasse entre a prefeitura e a fábrica tomou grandes proporções quando, ao reivindicar a sexta parcela de um empréstimo concedido pela SUDENE, ela não apresentou a certidão negativa do imposto, ficando impossibilitada de receber a parcela de R\$ 33, 2 milhões<sup>72</sup>.

Ainda como obra de infraestrutura, Goiana integra a chamada “PPP do saneamento”. Essa PPP entendida como a maior obra de saneamento do Brasil, integra a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e o consórcio formado pelas empresas Foz do Brasil (Odebrecht) e Lidemarc Construções. A pretensão é investir R\$ 4,5 bilhões na obra que beneficiará 3,7 milhões de pessoas nas cidades da RMR e Goiana, totalizando obras em 15 municípios.

---

<sup>71</sup> Com ajuda do governo federal, Fiat terá fábrica em Pernambuco. In <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-ajuda-do-governo-federal-fiat-tera-fabrica-em-pernambuco-imp-,651892>> Acesso jan 2017

<sup>72</sup> R\$ 33 milhões parados: briga entre a prefeitura de Goiana e a Jeep chegou a SUDENE. In <<http://www.blogdoandersonpereira.com/2015/11/r-33-milhoes-parados-briga-entre.html>> Acesso dez 2016

Goiana receberá um tratamento especial, mais R\$ 140 milhões serão investidos no município, na tentativa de ampliar o acesso ao sistema de esgoto na cidade, que atualmente corresponde a apenas 1% da população. Serão direcionados também R\$ 10 milhões para o Polo Farmacoquímico. A justificativa da COMPESA de integrar Goiana na PPP do saneamento que inicialmente atenderia apenas municípios da RMR, é que segundo a Companhia, Goiana está registrada como município da RMR em sua rede e muitas redes de abastecimento de Goiana estão vinculadas a redes da RMR<sup>73</sup>.

O município integra ainda um projeto de lei completar que tramita na Câmara do Recife, nº 10/2015, para sua inserção da RMR juntamente com os municípios de Escada, Ribeirão e Sirinhaém. Caso seja aprovado, a RMR passará de 14 para 18 cidades. Quando Goiana passar a integrar de fato a RMR, ela receberá uma série de investimentos destinados apenas às regiões metropolitanas, viabilizando assim cada vez mais obras de infraestrutura.<sup>74</sup>

Segundo Carlos (2007):

Também o poder político do Estado se exerce através do espaço enquanto dominação política e, neste sentido, ele se reproduz interferindo constantemente na reprodução do espaço. É assim que se normatiza o uso do espaço, bem como se produzem planos diretores e que se direciona e hierarquiza o investimento na cidade. Mas também há interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade, que vêm no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro. Mas cada fração de capital atua segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando para realizar, prontamente, seu fim que é a reprodução constante) (CARLOS, 2007, p. 87).

Diante do que foi exposto, observa-se a clara intenção do Estado em promover Goiana. O Estado, que articulado também com a esfera privada, promove o município para os investidores. O plano diretor importa instrumento para o desenvolvimento urbano da cidade, pois normatiza e dá diretrizes para o poder público e esfera privada trabalharem para o planejamento da cidade; esse plano é elaborado pelo poder público. No entanto, a exemplo de Goiana, o plano diretor tem sofrido constantes alterações na tentativa de expandir o tecido urbano da cidade (Anexo A).

<sup>73</sup> PE: Goiana entra na PPP do saneamento. In <  
<http://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/pe-goiana-entra-na-ppp-do-saneamento/>> Acesso dez 2016

<sup>74</sup> Projeto amplia número de municípios na RMR. In <  
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/02/06/projeto-amplia-numero-de-municipios-na-rmr-167192.php>> Acesso dez 2016.

**Figura 21 - Chamada do JC online sobre ampliação de municípios da RMR**

## Projeto amplia número de municípios na RMR

Projeto de lei incorpora ao Grande Recife mais quatro cidades. População passaria dos quatro milhões de habitantes

Publicado em 06/02/2015, às 08h00



Foto: Arnaldo Carvalho/CI Imagem

Ayrton Maciel

Mais populosa Região Metropolitana do Nordeste, segundo o IBGE (Censo de 2010), com 3,88 milhões de habitantes estimados em 2014, o Grande Recife pode dar um salto e sua população e passar de 4 milhões este ano. Projeto de Lei Complementar (nº 10/2015), que acaba de ser protocolado na Assembleia Legislativa, propõe a inclusão dos municípios de Escada, Goiana, Ribeirão e Sirinhaém entre os que compõem a RMR, passando das atuais 14 para 18 cidades. O PL é o 10º de 18 já apresentados em 2015 e que se encontram na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), a primeira comissão do Legislativo, para a análise da sua constitucionalidade.

Fonte: JC online<sup>75</sup>

Uma dessas transformações tem por caráter a flexibilidade na legislação. O projeto de lei do Plano Diretor (PDDU) do município, realizado inicialmente em 2006, sofreu alteração no ano de 2012, exatamente o ano em que começaram as obras da fábrica da FIAT no município.

Inicialmente, no Art. 35 do PDDU do município, estavam previstas três macrozonas: I- macrozona urbana da sede de Goiana (MZ1); II- macrozona estratégica para o desenvolvimento sustentável de Goiana (MZ3); III- macrozona dos núcleos urbanos de turismo e veraneio (MZ4), na MZ4 estavam contempladas duas zonas de expansão urbana,

<sup>75</sup> In < <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/02/06/projeto-amplia-numero-de-municipios-na-rmr-167192.php>> Acesso jan 2017

são elas: Zona de Expansão Urbana de Pontas de Pedras (ZEUPP) e Zona de Expansão Urbana de Carne de Vaca (ZEUCV). Na alteração do projeto de lei, foi inserida a Zona de Expansão Urbana de Atapuz (ZEUA) e deliberado o que é permitido erguer no local, que no geral destinam-se a condomínios, meios de hospedagem e lazer. Ou seja, fica muito clara a intenção de expandir o tecido urbano de Goiana, mas uma intenção que está diretamente relacionada aos novos arranjos contidos no município.

A Prefeitura de Goiana, inclusive, já mostrou interesse na construção de um novo Plano Diretor, visto a nova dinâmica espacial do município; esse novo Plano Diretor é urgente como instrumento de regulação das obras que ali estão sendo realizadas. No entanto, não há ainda nenhum projeto e/ou licitação para a elaboração do plano.

Em linhas gerais, segundo Guedes (1915 apud Whitaker 2007), sempre houve, na história mundial, cidades que sobressaíam no cenário econômico devido sua localização estratégica, potencial econômico etc. Sendo assim, nos anos 70, quando houve maior expansão do mercado num período conhecido por Globalização, essas cidades se tornaram o local de oferecimento de serviços modernos, centros de pesquisa, maior infraestrutura e desenvolvimento tecnológico das comunicações.

As cidades, ainda segundo Whitaker (2007), que passam a oferecer esses espaços propícios para a reprodução do capital, entram num circuito mundial de conexões econômicas, passando a atender os fluxos globais do capital. Essas cidades são interessantes estrategicamente para a expansão do capital, pois apresentam um novo perfil interessante para a reprodução desse, pois, nesse caso, as cidades seriam capazes de superar a atividade industrial.

Goiana passou a estar presente na rota dos fluxos globais de capital, quando competiu com tantas outras cidades do mundo pela aquisição de uma multinacional e está clara a intenção do Estado em promovê-la cada vez para isso; prova disso é a flexibilização na legislação e financiamentos/facilidades oferecidos pelo estado.

As demandas da cidade por um mercado imobiliário forte de cidades e bairros planejados, com rede de hotéis específica para o setor empresarial e obras de revitalização urbana e planos para o futuro da cidade do “oásis industrial”, apenas demonstram que a

cidade das oportunidades estará sempre aberta as novas possibilidades de reprodução do capital, sem que haja qualquer preocupação prévia com a estrutura social/econômica e socioeconômica canavieira anteriormente cultivada com tanto afinco pelos senhores de engenho da Nova Lusitânia; prova disso é a pouca ou nenhuma participação popular na tomada de decisões de expansão urbana/industrial do município.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto na dissertação, é possível fazer algumas considerações prévias, pois Goiana se trata de uma história em curso, e recente, visto que o cenário de abertura do município para investimentos advindos com apoio do Governo do Estado teve início em 2010.

No primeiro capítulo, balizador de todo o trabalho, foi exposto como ocorre o processo de produção capitalista do espaço, tendo em vista que espaço assume uma dinâmica territorial direcionada para sua produção capitalista. Há aqui de se destacar dois pontos importantes: a do Estado capitalista com provedor dessas novas dinâmicas e das diferenciações regionais causadas por esse modelo de produção do espaço.

Sendo assim, percebeu-se, ao longo do trabalho, que a premissa trazida na introdução de que o Estado, na sua estância de “Governo do Estado de Pernambuco”, promoveu o município na intenção de sanar ou amenizar as diferenciações regionais, criando assim um novo polo de desenvolvimento do Estado, desafogando a Região Metropolitana do Recife.

Nesse mesmo capítulo, foram apresentados dados sobre a renda, a escolaridade e o PIB de Goiana, no intuito de ressaltar as divisões social e territorial do trabalho, respectivamente, indicadores importantes para o entendimento da dinâmica da produção do espaço. Os dados apresentados de Goiana correspondem a um município da Zona da Mata Norte, mas vai de encontro ao pressuposto da “Cidade das Oportunidades”, levando em consideração a baixa oferta de ensino superior, técnico e médio no município e a concentração de renda dele. O PIB de Goiana também sofreu alterações com a dinâmica territorial, o valor direcionado ao da atividade industrial aumentou significativamente, enquanto o valor associado ao da agropecuária diminuiu. Isso mostra a adesão do município à nova divisão territorial do trabalho.

No segundo capítulo, foi abordado que os programas e políticas de desenvolvimento regional tiveram e têm um papel fundamental no desenvolvimento regional, sobretudo a PNDR e o PAC; ambos instituídos no ano de 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com objetivo de integrar os investimentos do país, na tentativa de diminuição das desigualdades regionais, como resultado do próprio sistema de acumulação capitalista

(desenvolvimento geográfico desigual). É importante destacar aqui a participação do PRODEPE, programa que antecedeu todas as políticas acima citadas (decretado em 1999), mas que é um importante agregador das políticas de desenvolvimento regional, de maneira que através dele boa parte dos eventos industriais de Goiana foram de fato estabelecidos.

Apenas três anos após o decreto dessas políticas de desenvolvimento (já no governo da presidenta Dilma Rousseff), Goiana passou a ser visualizada como um importante polo de desenvolvimento do estado de Pernambuco; o estado passa agora a ter dois polos de representatividade nacional, sendo eles polo de desenvolvimento de SUAPE e, agora, Goiana.

É importante salientar também a efetivação de políticas regionais como essas, pois elas são responsáveis por um melhor direcionamento dos recursos para regiões com menor desenvolvimento. A PNDR e o PAC foram importantes impulsionadores para o desenvolvimento do Nordeste, instituídos ambos em um governo progressista, que voltava pela primeira vez os olhos para o Nordeste do Brasil. O PRODEPE, importante autor da nova dinâmica territorial do município, foi direcionado ao município de Goiana com maior intensidade apenas após a PNDR e o PAC, ou seja, no momento em que os olhos estavam voltados para a diminuição das desigualdades regionais.

No terceiro capítulo, ao analisar Goiana, é possível notar que boa parte da sua produção espacial (ao menos no que se trata dos eventos industriais) está relacionada à propriedade de terra que o governo do Estado tem no município, e este doa para as incorporações privada (no caso do grupo *Fiat Chrysler* (FCA)) e pública (como é o caso da HEMOBRÁS – obra Estatal), o que leva a concluir que o pressuposto proposto inicialmente na introdução do trabalho é concreto. E quem tem direcionado Goiana para o status de Oasis industrial é o próprio Governo do Estado, de maneira que o poder público municipal não tem participação na tomada de decisões no que diz respeito à localização dos eventos industriais.

O empasse da Prefeitura de Goiana na justiça pelo pagamento do IPTU da fábrica da FIAT demonstra mais uma vez o que Santos e Silveira (2002) já atentavam; quando chamaram a atenção para o discurso das fábricas automobilísticas, que segundo os autores são as que mais apresentam esse discurso de “benesses” a troco de um território reorganizado para o funcionamento e escoamento exclusivo da sua produção. Nesse caso, as benesses que seriam trazidas com a fábrica ficaram reduzidas à geração de novos empregos (garantidos pela

alienação da população – campo exploratório de força de trabalho) e uma dívida de mais de R\$30 milhões.

A reorganização espacial estabelecida pela nova dinâmica territorial do município inicia com as indústrias e logo aparece a onda imobiliária. São empreendimentos de grande porte: loteamentos fechados, condomínios clubs e apartamentos. O adensamento da sede do município propiciou um direcionamento do setor para áreas mais afastadas, dando possibilidade de crescimento do mercado para os distritos.

No entanto, em Goiana, nos deparamos com uma situação peculiar: o município com menos de 80 mil habitantes, com maior parte da renda entre um e dois salários mínimos, com condomínios e loteamentos luxuosos? Na verdade, é um pouco difícil estabelecer o que pode acontecer em Goiana em relação aos empreendimentos imobiliários, visto que a maior parte dos empreendimentos ainda está em fase de construção; no entanto o cenário que se tem é que o que era “produção do longe” (distritos), agora está sendo visualizado como um novo eixo de produção espacial (direcionado única e exclusivamente pelo capital privado), e (futuramente) poderão representar uma nova centralidade do município.

Portanto, o que se revela ao longo da pesquisa é que os programas de desenvolvimento regional foram precursores do que está acontecendo no município; o que não é, sobretudo, ruim, visto que o objetivo deles é sanar uma desigualdade regional fruto do sistema de acumulação de capital; além do que o investimento para a região desafogou a RMR e SUAPE. No entanto, de acordo com o que pode ser observado, essa estratégia não passa de mais uma estratégia de expansão de capital, que pode ser comprovado, visto que em nada mudou consideravelmente em Goiana de 2010 para 2016, no que diz respeito à infraestrutura,

O aquecimento do setor imobiliário após os investimentos advindos com a instalação das indústrias, sobretudo após o anúncio da FIAT, apenas afirma isso. Até então as áreas dos distritos eram desinteressadas de qualquer política que se pode dizer de “desenvolvimento”. No entanto, após os eventos industriais, houve um aumento massivo dos investimentos do capital privado para o setor imobiliário no que se diz respeito aos caminhos que dão acesso aos distritos. A necessidade de criar novos espaços (estes com público específico) é o que encabeça a especulação imobiliária; que está seguindo à risca o discurso de “oferecer imóveis

para quem trabalha nas indústrias”, que, obviamente, não se trata do trabalhador do chão de fábrica.

Por se tratar de uma antiga área voltada exclusivamente aos engenhos de cana-de-açúcar, Goiana ainda dispõe de grandes áreas para a implantação de possíveis novas indústrias e empreendimentos imobiliários. O curso do capital não se encerra na instalação desses empreendimentos; as demandas crescem à medida que o espaço para a acumulação do capital se expande e as necessidades continuarão a ser criadas. No que se trata de agente produtor do espaço, se pode destacar o governo do estado e os promotores imobiliários; ambos exercem uma função fundamental de promover a cidade para o mercado (seja ele comercial, industrial ou imobiliário). Em segundo lugar, pode-se citar os proprietários dos meios de produção (no caso, as indústrias) que são de fato os grandes consumidores fundiários nesse momento do município.

São muitas as inquietações que surgem com a dissertação: até quando Goiana suportará esse novo processo de produção espacial? Goiana seria a nova SUAPE (não apenas no contexto industrial, mas também de todas as mazelas sociais que já se fazem presentes no Cabo de Santo Agostinho)? A única certeza que se tem é que Goiana terá que reorganizar-se (territorialmente) a todo tempo para continuar sendo uma cidade das oportunidades e atender as (novas) demandas do capital, pois, caso contrário, o município, como já alerta Santos e Silveira (2002) poderá deslocar investimentos para outras áreas e assim perder o status de “oásis industrial” e “cidade das oportunidades”.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana. 1984 (10-25).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: LABUR. 2007. Edição eletrônica. Disponível em <  
[http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco\\_urbano.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf)> Acesso mar 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2005 (p. 265-290).

SMITH, Neil. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996. Edição eletrônica. Disponível em <  
<https://direitasja.files.wordpress.com/2012/02/adam-smith-a-riqueza-das-nac3a7c3b5es-vol-i.pdf>> Acesso mar 2016. (p. 65-90).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática. 1989 (p. 11-31).

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global. 2008. (p. 23-140).

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: J Olympio. 1967.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1 ed. São Paulo: Annablume. 2005.

\_\_\_\_\_. **Os limites do Capital**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013 (p. 523-559).

\_\_\_\_\_. **O enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011 (p. 9-157) Edição eletrônica. Disponível em <  
<https://escoladequadrosmes.files.wordpress.com/2014/01/oenigmadocapital-eascrisesdocapitalismo.pdf>> Acesso fev 2016.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Pontes. 1981 (p. 20-94).

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 2002.

LEFBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Edição eletrônica. Disponível em <  
[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf)>  
Acesso fev 2016.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel Editoria, 1988 ( p. 10-160).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início século 21. 5 ed. Rio de Janeiro: Record. 2002. (p. 50-300).

\_\_\_\_\_; **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP. 2006. Edição eletrônica. Disponível em <  
[http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton\\_Santos\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espaco.pdf](http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf)> Acesso abr 2016.

VAINER, Carlos B. “**Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**”. In: ARANTES, Otília; VEINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 3ª edição. p.75-102..

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global. 1986 (p. 80-89).

\_\_\_\_\_; **O espaço intra-urbano do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Fapesp. 2001 (p. 11-225).

ZYGMUNT, Bauman. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar. 2010. (p. 7-32).

**Artigos, teses e trabalhos publicados que foram visitados:**

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02022010-142654/>>. Acesso mai 2016.

ALVES, A. M.; ROCHA NETO; J. M. **A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios**. Revista Política e Planejamento Regional, v. 1, n. 2, p. 311-338, 2014. Disponível em <<http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/5525776c88b67.pdf>> Acesso out 2016.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade global**. Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em <[http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/ferreira\\_doutorado\\_mitocidglobal.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidglobal.pdf)> Acesso mai 2016.

FROTA, et al. **Os incentivos fiscais do governo do estado de Pernambuco para atração de empresas: um caso de sucesso?**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 67-82, out./dez., 2014. Disponível em <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1488](https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1488)> Acesso out 2016.

GODOI, Cíntia Neves; DE DEUS, João Batista. **A urbanização do Brasil e as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo**. 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16035/9036>> Acesso mai 2016.

GOMES, et al. **O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas**. 2015. Disponível em <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=536](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=536)> Acesso mai 2016.

**JARDIM, Maria Chaves**. A construção social do mercado de trabalho no setor de construção civil nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): **consensos e conflitos**. Soc. estado. vol.30 no.1 Brasília Jan./Apr. 2015. Disponível em <

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000100165](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100165)>

Acesso out 2016.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. s/d.

Disponível em < <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>> Acesso em mai 2016.

RESENDE, et al. **Brasil: dez anos da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR)**. s/d. Disponível em <

[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/150814\\_bru\\_11\\_cap5.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/150814_bru_11_cap5.pdf)>

Acesso set 2016.

### Sites visitados

**A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós 2010**. Disponível em <

<http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>> Acesso

set 2016.

**Arco Viário só em 2019**. In <

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/12/16/arco-viario-so-em-2019-160633.php>>

**Balanco de gestão AD-DIPER – 2014**. Disponível em <

<https://pt.slideshare.net/ADDiper/balano-de-gesto-ad-diper-2014>> Acesso out 2016

**Base de estudos do Estado**. Disponível em <

[http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?codFormatacao=745&CodInformacao=915&Cod=1](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=745&CodInformacao=915&Cod=1)> Acesso set 2017.

**Brasil: dez anos da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR)**. Disponível em

<[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/150814\\_bru\\_11\\_cap5.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/150814_bru_11_cap5.pdf)>

Acesso set 2016.

**Biblioteca digital FGV In**. Disponível em

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11647/PARCERIAS%20PUBLICO%20PRIVADAS%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>> Acesso setembro 2016

Com ajuda do governo federal, Fiat terá fábrica em Pernambuco. **Disponível em** <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-ajuda-do-governo-federal-fiat-tera-fabrica-em-pernambuco-imp-,651892>> Acesso out 2016

**Composição do pólo farmacológico.** Disponível em <<https://jornalggn.com.br/sites/default/files/document%20s/marciostefanniad-diper.pdf>> Acesso dez 2016.

**Dilma garante trecho do Arco Metropolitano.** Outra parte vai para concessão. In <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/04/28/dilma-garante-trecho-do-arco-metropolitano-outra-parte-vai-para-concessao-178774.php>>

Disponível em In <<http://slideplayer.com.br/slide/2318030/>> Acesso janeiro 2017

**Empresas do polo vidreiro investem em capacitação de mão de obra.** Disponível em <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/02/03/empresas-do-polo-vidreiro-investem-em-capacitacao-de-mao-de-obra-219782.php>>.

Fiat não aceita proximidade de fábrica e projeto Cidade Atlântica pode não sair. **Disponível em** <<http://folhametropolitana.com.br/fiat-nao-aceita-proximidade-de-fabrica-e-projeto-cidade-atlantica-pode-nao-sair/>> Acesso dez 2016

**Goiana, PE: patrimônio histórico e cultural.** Disponível em <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=861&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=861&Itemid=1)> Acesso dez 2016

**Grupo Fiat inaugura oficialmente sua fábrica em Goiana, Pernambuco.**

Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/carros/grupo-fiat-inaugura-oficialmente-sua-fabrica-em-goiana-pernambuco-16005689#ixzz4Xkfx77zS>> Acesso jan 2017.

**IBGE cidades.** Disponível em

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=26&search=pernambuco&lang=>>

Acesso jan 2016.

**Instrumentos para financiamento de uma nova política nacional de desenvolvimento regional.** Disponível em <

[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3076/1/Instrumentos%20para%20financiamento\\_12\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3076/1/Instrumentos%20para%20financiamento_12_P_BD.pdf)> Acesso setembro 2016.

**Jeep e Prefeitura de Goiana tentam acordo sobre isenção de IPTU.** Disponível em <  
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/11/24/jeep-e-prefeitura-de-goiana-tentam-acordo-sobre-isencao-de-iptu-209462.php>> Acesso outubro 2016.

**Mercado imobiliário permanece aquecido em Goiana.** Disponível em <  
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/imoveis/noticia/2015/05/22/mercado-imobiliario-permanece-aquecido-em-goiana-182279.php>> Acesso janeiro 2017

**Ministro das Cidades discute andamento de obras do PAC em Recife.** Disponível em <  
<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/11/ministro-das-cidades-discute-andamento-de-obras-do-pac-em-recife>> Acesso setembro 2016.

Ministro assina acordo para construção da segunda etapa da Hemobras em Goiana.

**Disponível em < <https://pedesenvolvimento.com/2011/05/07/ministro-assina-acordo-para-construcao-da-segunda-etapa-da-hemobras-em-goiana/>> Acesso dezembro 2016**

**Ministério de Integração Nacional.** Disponível em <  
<http://www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional>> Acesso setembro 2016.

**Miniarco para desafogar BR-101 começa a sair do papel.** Disponível em <  
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/03/12/miniarco-para-desafogar-br-101-comeca-a-sair-do-papel-225602.php>> Acesso janeiro 2017

**Mobilidade urbana e parcerias público privadas: modelo que está dando certo.** Disponível em <  
<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/cotidiano/mobilidade-urbana-e-as-parcerias-publico-privadas-modelo-que-esta-dando-certo/84937/>> Acesso setembro 2016

**Morar em Goiana já está mais caro.** Disponível em <  
<http://www.blogdoandersonpereira.com/2011/08/morar-em-goiana-ja-esta-mais-caro.html>>  
Acesso janeiro 2017

Oportunidade para voltar ao Prodepe. **Disponível em <**  
**<http://www.folhape.com.br/economia/economia/economia/2017/04/06/NWS,23517,10,550>,**

**ECONOMIA,2373-OPORTUNIDADE-PARA-VOLTAR-PRODEPE.aspx> Acesso set 2016.**

**Para driblar a crise, pe faz com que empresas devolvam incentivos.** Disponível em <  
<https://www.brasil247.com/pt/247/pernambuco247/247132/Para-driblar-a-crise-PE-faz-com-que-empresas-devolvam-incentivos.htm>> Acesso set 2016.

**Perfil Municipal Goiana.** Disponível em <  
<http://www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/GOIANA.pdf>> Acesso set 2016.

**PE: Goiana entra na PPP do saneamento.** Disponível em <  
<http://www.saneamentobasico.com.br/portal/index.php/arquivo/pe-goiana-entra-na-ppp-do-saneamento/>> Acesso dez 2016

**Portal CAGED.** Disponível em  
 <<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>> Acesso jan 2017

**Prodepe - Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco.**  
 Disponível em < <http://www.investinpernambuco.pe.gov.br/web/invest/incentivos-fiscais1>>  
 Acesso out 2016.

Projeto Goiana: **Um Novo Conceito. Uma Nova Cultura.** Disponível em <  
<https://projetogoiana.wordpress.com/tag/patrimonio-historico/>> Acesso set 2016.

**Projeto amplia número de municípios na RMR.** Disponível em <  
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/02/06/projeto-amplia-numero-de-municipios-na-rmr-167192.php>> Acesso dez 2016.

**Ppp do Saneamento faz dois anos com 32% de índice de coleta de esgoto.** Disponível em  
 < [http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/07/24/ppp-do-saneamento-faz-dois-anos-com-32\\_porcento-de-indice-de-coleta-de-esgoto-191573.php](http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/07/24/ppp-do-saneamento-faz-dois-anos-com-32_porcento-de-indice-de-coleta-de-esgoto-191573.php)>  
 Acesso setembro 2016.

**Resultados do Sistema de Contas Regionais – Pernambuco 2010 – 2014.** Disponível em <  
[http://www.portais.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ca132be4-425e-47b8-94f7-5291c2a3c50a&groupId=19941](http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ca132be4-425e-47b8-94f7-5291c2a3c50a&groupId=19941)> Acesso out 2016.

**R\$ 33 milhões parados: briga entre Prefeitura de Goiana e Jeep chegou a SUDENE.**

Disponível em < <http://www.blogdoandersonpereira.com/2015/11/r-33-milhoes-parados-briga-entre.html>> Acesso dez 2016.

## ANEXO A - ALTERAÇÃO NO PLANO DIRETOR DE GOIANA



*Compromisso com o desenvolvimento da cidade.*

LEI Nº 2.196/2012.

Altera dispositivos da Lei n. 1987, de 06 de outubro de 2006 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Goiana-PE, e dá outras providências.

Art. 1º - Os incisos II e III, do art. 24, da Lei n. 1987, de 06 de outubro de 2006 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Goiana-PE, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. ....

I - .....

II - as áreas ocupadas ou loteadas das Praias de Ponta de Pedras, Catuama, Carne de Vaca e Atapuz, inclusive suas áreas de expansão urbana, integrantes da MZ4;

III - as áreas ocupadas de Povoação de São Lourenço e Gambá, inclusive de expansão urbana, integrantes da MZ3;

IV - .....

Art. 2º - Extingue o parágrafo único e acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º, incisos e alíneas ao art. 29, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, com a seguinte redação:

Art. 29. ....

§ 1º. Área de Proteção Ambiental criada por esta lei, referenciada por APA GOIANA, tem seu zoneamento e seu regime urbanístico disciplinados no Capítulo III deste Título.

§ 2º. A MZ3 compreende as seguintes zonas:

I - Zona de Expansão Urbana de Tejucupapo – ZEUT - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que tem a função de permitir a expansão urbana do distrito de Tejucupapo, a consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional do município, a realização de

atividades antrópicas, com utilização e ocupação do solo para fins urbanos com densidade variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população. A Zona de expansão Urbana de Tejucupapo – ZEUT divide-se em:

- a) Zona de Expansão Urbana de Tejucupapo – ZEUT 1 – caracterizada por paisagens de orla municipal e pela forte vocação habitacional e turística; tem a função de permitir a ocupação com média densidade relativa;
- b) Zona de Expansão Urbana de Tejucupapo – ZEUT 2 – caracterizada por paisagens de estuários municipais, por elementos da cultura regional e pela vocação habitacional e turística. Tem a função de permitir a ocupação com baixa densidade relativa.

**II - Zona de Expansão Urbana de Povoação de São Lourenço – ZEUSL** - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que tem a função de permitir a expansão urbana de povoação de São Lourenço e a consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional do município. Tem a função de permitir a realização de atividades antrópicas, com utilização e ocupação do solo, para fins urbanos com densidade variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população.

**III - Zona de Expansão Urbana de Gambá – ZEUG** - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que tem a função de permitir a expansão urbana do Povoado do Gambá, a consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional do município e a realização de atividades antrópicas, com utilização e ocupação do solo para fins urbanos com densidade variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população.

**§ 3º - São permitidos nas ZEU's-Gambá, São Lourenço e Tejucupapo, os seguintes usos:**

- I. residencial unifamiliar isolado;
- II. condomínio horizontal;

- III. condomínio vertical;
- IV. condomínio vertical em conjunto;
- V. comércio varejista e atacadista em geral;
- VI. serviços em geral;
- VII. meios de hospedagem:
  - a) hotéis, resorts;
  - b) hotel-residência, flat-service, apart-hotel, condo-hotel;
  - c) pousadas;
  - d) pensões;
- VIII. lazer associado ao turismo;
- IX. não-residencial e misto;
- X. serviços de logística.

**Art. 3º.** Acrescenta alíneas ao inciso III do Art. 35, alterando os já existentes, e cria o inciso IV, no mesmo artigo da Lei nº. 1.987, de 06 de Outubro de 2006 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Goiana - PE, com a seguinte redação:

**Art. 35 - .....**

**I - .....**

**II - .....**

**III - .....**

- a) Zona de Expansão Urbana de Ponta de Pedras – ZEUPP - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que têm a função de permitir a expansão urbana da Praia de Ponta de Pedras, consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional sustentável do município, possibilitando a realização de atividades antrópicas com a utilização específica e

ocupacional de densidade sustentável variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população.

- b) Zona de Expansão Urbana de Ponta de Pedras 1 – ZEUPP1 – caracterizada por paisagens da orla municipal e pela forte vocação habitacional e turística, tem a função de permitir a ocupação com média densidade relativa;
- c) Zona de Expansão Urbana de Ponta de Pedras 2 – ZEUPP2 - caracterizada por paisagens da orla municipal e pela forte vocação habitacional e turística, tem a função de permitir a ocupação com média densidade relativa;
- d) Zona de Expansão Urbana de Ponta de Pedras 3 – ZEUPP3 - caracterizada por paisagens dos estuários municipais por elementos da cultura regional e pela vocação habitacional e turística, têm a função de permitir a ocupação com baixa densidade relativa.
- e) Zona de Expansão Urbana de Carne de Vaca 1 – ZEUCV1 - caracterizada por paisagens da orla municipal e pela forte vocação habitacional turística, tem a função de permitir a ocupação com média densidade relativa;
- f) Zona de Expansão Urbana de Carne de Vaca 2 – ZEUCV2 - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que tem a função de permitir a expansão urbana da Praia de Carne de Vaca consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional sustentável do município, possibilitando a realização de atividades antrópicas com a utilização específica e ocupacional de densidade sustentável variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população.
- g) Zona de Expansão Urbana de Atapuz 1 – ZEUA 1 - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que têm a função de permitir a expansão urbana de Atapuz consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional do município, tem a função de

permitir a realização de atividades antrópicas com a utilização e ocupação do solo para fins urbanos com ocupação de densidade variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população.

- h) Zona de Expansão Urbana de Atapuz – ZEUA2 - área onde existem atividades agrícolas e pecuárias, além de importantes recursos culturais, que têm a função de permitir a expansão urbana de Atapuz consecução da estratégia de desenvolvimento habitacional municipal, tem a função de permitir a realização de atividades antrópicas com a utilização e ocupação do solo para fins urbanos com ocupação de densidade variável, desde que não ofereçam riscos ao meio ambiente e à população.

IV – São permitidos nas ZEU's das praias de Ponta de Pedras, Carne de Vaca e Atapuz, os seguintes usos:

- a) residencial unifamiliar isolado;
- b) condomínio horizontal;
- c) condomínio vertical;
- d) condomínio vertical em conjunto;
- e) comércio varejista e atacadista em geral;
- f) serviços em geral;
- g) meios de hospedagem:
  - hotéis, resorts;
  - hotel-residência, flat-service, apart-hotel, condo-hotel;
  - pousadas;
  - pensões;
- h) lazer associado ao turismo;
- i) não-residencial e misto.

Art. 4º - Os Anexos I, II e VII, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Goiana, ficam substituídos pelos Anexos I, II e III da presente lei.



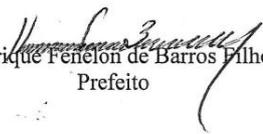


Compromisso com o desenvolvimento da cidade.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Goiana, em 05 de Junho de 2012.

  
Henrique Feneion de Barros Filho  
Prefeito